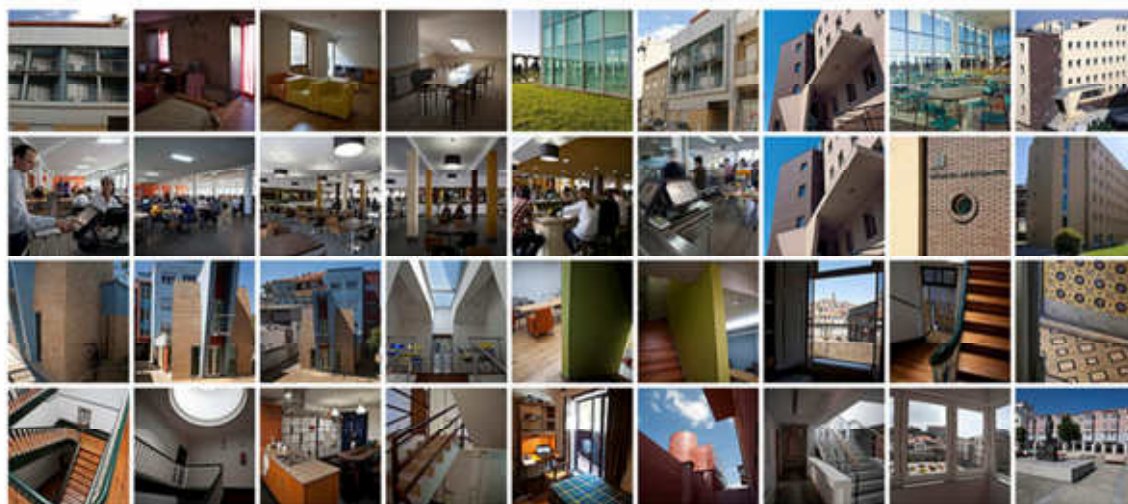


Relatório de Gestão 2012



SERVIÇOS DE
ACÇÃO SOCIAL
DO INSTITUTO
POLITÉCNICO
DO PORTO



Índice

I. Introdução.....	4
II. Caracterização da entidade	7
1 - Identificação.....	7
2 - Legislação	7
3 - Estrutura Organizacional.....	8
4 – Estrutura Orgânica.....	10
5 – Delegação de Competências	10
6 - Descrição sumária das atividades	11
7 - A missão dos SAS.IPP encontra-se agora bem definida no art.º 20.º do RJIES, que se transcreve:.....	12
8 - Recursos Humanos.....	12
9 - Organização Contabilística	15
10 - Outra informação considerada relevante.....	16
III. A estrutura de recursos humanos afetos à missão dos SAS.IPP	18
A caracterização das pessoas.....	18
Número de efetivos em 2012 igual ao verificado em 2011	27
Desenvolvimento de competências.....	27
Os encargos com pessoal	28
IV. Missão e princípios dos SAS.IPP	32
1 - A missão	32
2 - Os princípios estruturais e estruturantes de atuação dos SAS.IPP	33
3 - Os destinatários da missão SAS.IPP em 2012	34
4 - A tipologia dos serviços públicos prestados em 2012	35
V. Atividades de natureza transversal	38
1 - O atendimento	38
1.1 - O atendimento presencial.....	39
1.2 - O atendimento telefónico.....	42
1.3 - O atendimento eletrónico.....	44
VI. Apoios sociais diretos: Bolsas de estudo e auxílios de emergência	48

1 – Enquadramento normativo	48
2 - Apoios sociais diretos: resultados.....	52
VII. Alimentação e nutrição.....	65
1 – Enquadramento e caraterização das unidades alimentares	65
2 – Modelo de gestão.....	66
3 – Garantia do preço de refeição social no âmbito do modelo de gestão	68
4 – Número de refeições servidas.....	70
5 – Avaliação das condições de qualidade e funcionamento das unidades alimentares	74
6 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2012 nas unidades alimentares.....	79
7 – Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades alimentares do tipo cantinas.....	82
VIII. Alojamento	88
1 – Enquadramento.....	88
2 – Modelo de gestão.....	96
3 – Modelo de atribuição de alojamento.....	101
4 – Ocupação das residências	104
5 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2012 residências de estudantes	109
6 - Projetos de novas Residências: Residência de Estudantes Gil Vicente e Residência D. João IV	114
7 – Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das residências de estudantes do IPP	116
IX. Outras atividades de apoio social	124
X. Análise do orçamento e financiamento das atividades.....	127
1 – Introdução	127
2 – Análise orçamental.....	129
XI. Conclusões	140

I.

Introdução

É imperativo elementar de gestão o enquadramento da atuação das organizações em dois instrumentos fundamentais: o plano e o relatório de atividades anuais. O primeiro, para definir a estratégia, hierarquizar opções, programar ações e afetar e mobilizar os recursos. O segundo, destinado a relatar o percurso efetuado, apontar os desvios, avaliar os resultados e estruturar informação relevante para o futuro próximo.

Planeamento e controlo complementam-se e são exigências recíprocas numa qualquer gestão eficiente, às quais, naturalmente, a Administração Pública não pode ser indiferente.

Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 183/96. D.R. n.º 225, Série I-A de 1996-09-27
Presidência do Conselho de Ministros

Define os princípios a que deve obedecer a elaboração do plano e relatório anual de atividades dos serviços e organismos da
Administração Pública

I. Introdução

O presente relatório, assim como as contas que lhe estão anexas, relativo ao exercício de 2012, dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS.IPP), foi elaborado nos termos da legislação aplicável aos organismos dotados de autonomia administrativa e financeira e das normas procedimentais do POC Educação, destinando-se à prestação de contas perante os órgãos de governo do IPP, e consequente consolidação de contas do respetivo Grupo Público, bem como, nos termos da Lei, ao Tribunal de Contas, Ministérios da Tutela e ao Ministério das Finanças.

Os SAS.IPP constituem-se assim como um serviço do IPP dotado de autonomia, mas integrante do universo do respetivo grupo público, articulando, na concessão de apoios aos estudantes, as orientações estratégicas definidas pelos órgãos próprios do IPP e a política de ação social escolar da responsabilidade do Governo.

As demonstrações financeiras, bem como os demais documentos de prestação de contas, incluindo o presente relatório, foram elaborados sob a responsabilidade do Administrador, nos termos previstos na alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento Orgânico dos SAS.IPP, aprovado por Deliberação n.º 1386/2010, do Conselho Geral do IPP, e publicada na 2.ª série do Diário da República, n.º 152, de 06 de Agosto, e aprovados pelo Conselho de Gestão do IPP, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo Regulamento.

O Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2012 procurará, de uma forma sucinta, demonstrar não só as atividades dos Serviços, mas também a sua organização, financiamento e custos, integrando-as relacionalmente com os anos anteriores, de acordo com a estrutura que a seguir se descreve.

II	Caracteriza a entidade
III	Dedica-se à estrutura de recursos humanos afetos à missão dos SAS.IPP
IV	Descreve a missão e os princípios estruturantes à atuação dos SAS.IPP
V	Atividades de natureza transversal

VI	Atividades prosseguidas na área de atribuição de apoios diretos, que inclui a atribuição de bolsas de estudo e auxílios de emergência a estudantes carenciados
VII	Atividades prosseguidas na área do apoio social indireto – área de prestação de serviços de alimentação, com foco na descrição do movimento dos bares e cantinas sob a gestão dos SAS.IPP
VIII	Atividades prosseguidas na área do apoio social indireto – área de prestação de serviços de alojamento e à caracterização da atividade gerada neste sector de missão
IX	Atividades de cariz social, cultural, desportivo ou recreativo
X	Procede à análise sumária do orçamento e financiamento das atividades

II.

Caracterização da entidade

*O limite ideal para o qual se encaminha a nova organização do trabalho
é aquele em que este se limitaria a esta única força de ação: a
iniciativa.*

Jean Fourastié

II. Caracterização da entidade

1 - Identificação

Designação: Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto

Endereço: Praça do Marquês de Pombal nº 94 - 4 000 - 390 Porto

Classificação Orgânica: 151042203 – SAS – Instituto Politécnico do Porto

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior

Regime Financeiro: Autonomia Administrativa e Financeira

2 - Legislação

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto (SAS.IPP) são um Serviço do Instituto Politécnico do Porto (IPP), dotado de autonomia administrativa e financeira conforme o art.º 37.º dos Estatutos, homologados pelo Despacho Normativo n.º 5/2009, de 2 de Fevereiro.

Para além dos Estatutos, regem-se pela legislação aplicável às instituições de ensino superior públicas, nomeadamente a Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro (RJIES) e Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, bem como pela legislação específica da Ação Social no Ensino Superior Público, nomeadamente pelo Decreto-Lei 129/93, de 22 de Abril.

Entretanto, o Regulamento Orgânico dos SAS.IPP foi aprovado, através da Resolução do Conselho Geral do IPP n.º 1386/2010, de 7/6/2010, conforme publicação do DR 2.ª Série, n.º 152, de 6/8/2010.

3 - Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica dos SAS.IPP foi definida pelo Regulamento Orgânico acima referido. No entanto, quer pela escassez de recursos humanos, quer pelos esforços de reorganização interna, esta estrutura foi sendo adaptada à realidade dos meios.

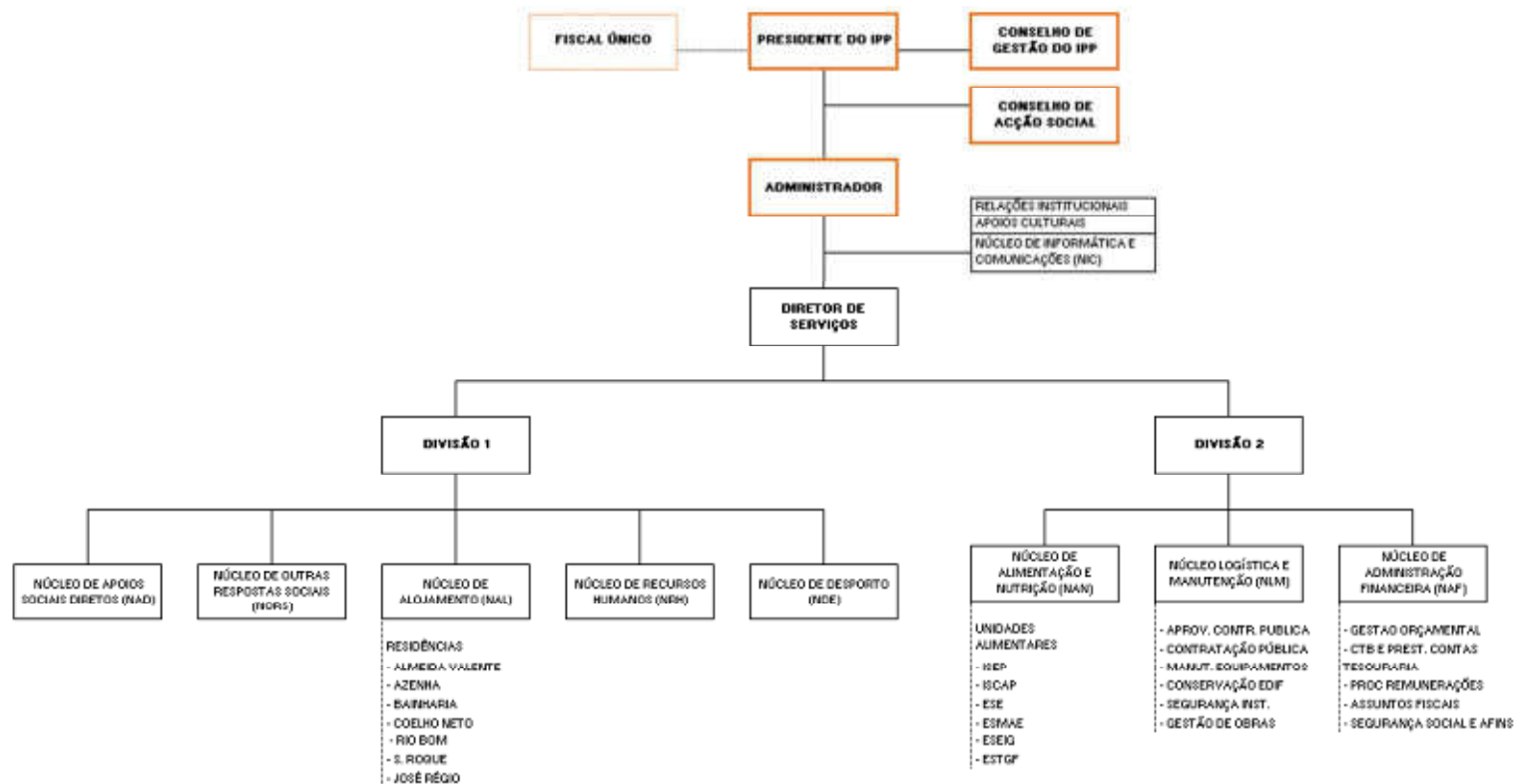
Assim, em 2012, vigorou um regime transitório, com a assunção de competências na área financeira pelo Conselho de Gestão, conforme quadro normativo interno referido adiante, sendo a supervisão do funcionamento dos serviços e parte das competências previstas para o Administrador cometidas à Diretora de Serviços em funcionamento nos SAS.IPP.

Durante o ano de 2012 não foi provido o cargo de Administrador na medida em que estavam em curso medidas de reorganização a nível interno e externo. Efetivamente foi objetivo promover uma reorganização interna, tendo em conta:

- a) Por um lado, a possibilidade, face a critérios de racionalidade interna, em especial suportados por razões orçamentais, de os SAS.IPP se virem a integrar no âmbito dos Serviços Centrais e Presidência do IPP, com integração das atividades instrumentais, nos termos já previstos no n.º 3 do art.º 20.º do referido Regulamento Orgânico;
- b) Por outro, a possibilidade de partilha de serviços com os Serviços de Ação Social da Universidade do Porto, conforme estudos desenvolvidos ao longo do ano de 2012.

A estrutura governo e de funcionamento dos SAS.IPP está refletida na imagem seguinte.

Organigrama SAS.IPP



(Administrador) Não obstante previsto no mapa de pessoal de 2012 e no Regulamento Orgânico dos SAS.IPP, o cargo não foi provido no ano de 2012. Nesse ano, as funções de coordenação geral dos serviços foram asseguradas pelo Diretor de Serviços e as competências asseguradas de acordo com o enquadramento normativo interno expresso no ponto 1.5 deste relatório.

(Diretor de serviços) Assegura, cumulativamente, as seguintes funções:

- Coordenação das áreas de atividade transversais, nomeadamente as enquadráveis nos gabinetes de apoio: qualidade e auditoria interna, planeamento e gestão de projetos e inovação e projetos especiais;
- Direção dos serviços enquadrados na Divisão 1.

(NORS) Funções encontram-se a ser asseguradas pelo NAD e o (NDE) Na situação atual a atividade desportiva está residente na orgânica dos Serviços Centrais da Presidência

4 – Estrutura Orgânica

Por outro lado, e como consequência do referido ponto anterior, os órgãos de gestão específicos dos SAS.IPP são apenas o Conselho de Ação Social e o Administrador (em parte substituído pelo diretor de serviços a partir de 20 de Outubro de 2011 e até 28 de fevereiro de 2013), sendo que têm competência também nesta área, para além do Conselho Geral do IPP, o Presidente e o Conselho de Gestão, de acordo com a Lei, os Estatutos e o referido Regulamento Orgânico.

Presidente do IPP: Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho

Conselho de Gestão do IPP:

Presidente..... Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho

Vice-Presidente..... Delminda Augusta Pinto Lopes

Vice-Presidente..... Carlos Fernando da Silva Ramos

Vice-Presidente..... Orlando de Freitas Barreiro Fernandes

Administrador..... Paulo Sérgio Ribeiro Nogueira Ferraz

Conselho de Ação Social:

Presidente..... Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho, Presidente do
IPP

Representantes dos Alunos..... Filipe Morim (Presidente da AE da ESTSP, na qualidade de
bolseiro)

Representantes dos Alunos..... Paulo Neto (Presidente da AE do ISEP, na qualidade de não
bolseiro)

Diretor de serviços..... Eduarda Clara Mendes da Costa Machado (que secretaria)

5 – Delegação de Competências

No ano de 2012 vigoraram, no âmbito interno dos SAS.IPP, os seguintes despachos de delegações de competências:

- a) Despacho n.º IPP/P-119-A/2011, de 31 de outubro, que comete os poderes do regime geral de autonomia administrativa e financeira previstos nos artigos 37.º, n.º 2, alínea a), 41.º e 42.º dos Estatutos ao Conselho de Gestão do IPP, sem prejuízo de delegação ou subdelegação, e o funcionamento, direção de pessoal, a dinamização da ação social, a

execução dos planos e deliberações aprovadas pelos órgãos competentes, bem como o exercício de outras competências delegadas ou subdelegadas, à Diretora de Serviços em exercício nos SAS.IPP;

- b) Despacho n.º 15724/2011, publicado no DR II Série, n.º 222, de 18/11/2011: delegação de competências da Presidente do IPP na Vice-presidente, Eng.ª Delminda Augusta Pinto Lopes;
- c) Despacho n.º 15725/2011, publicado no DR II Série, n.º 222, de 18/11/2011: delegação de competências da Presidente do IPP no Vice-presidente, Dr. Orlando Fernandes;
- d) Despacho do Conselho de Gestão n.º 17149/2011, de 17/11/2011, publicado no DR II Série n.º 244, de 22/12/2011: Delegação de competências do Conselho de Gestão do IPP no Vice-presidente Dr. Orlando Fernandes;
- e) Despacho n.º 159/2012, publicado no DR II Série n.º 5, de 6/1/2012, de subdelegação de competências do Vice-presidente do IPP no Diretor de Serviços, Dr.ª Eduarda Machado;
- f) Resolução do Conselho de Gestão n.º 28/2012, publicado no DR II Série n.º 145, de 27/7/2012, que define o regime transitório de administração financeira e patrimonial dos SAS.IPP (revoga o Despacho n.º 17149/2011, de 22/12), retificada pela Declaração de Retificação n.º 1041/2012, publicado no DR II Série, n.º 155, de 10/08/2012.

6 - Descrição sumária das atividades

Os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico do Porto são uma unidade orgânica do Instituto Politécnico do Porto e têm por finalidade a execução da política de ação social definida superiormente, quer pela Tutela, quer pelos órgãos próprios do IPP e pelo Conselho de Ação Social, tendo como missão proporcionar aos estudantes deste Instituto equidade no acesso ao ensino superior face a carência económica do respetivo agregado familiar e melhores condições de frequência escolar, através da prestação de apoios diretos (bolsas) e indiretos (nomeadamente alojamento e alimentação).

7 - A missão dos SAS.IPP encontra-se agora bem definida no art.º 20.º do RJIES, que se transcreve:

“Acção social escolar e outros apoios educativos

1 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de acção social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem-sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar.

2 — A acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira.

3 — No âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios directos e indirectos geridos de forma flexível e descentralizada.

4 — São modalidades de apoio social directo:

- a) Bolsas de estudo;*
- b) Auxílio de emergência.*

5 — São modalidades de apoio social indirecto:

- a) Acesso à alimentação e ao alojamento;*
- b) Acesso a serviços de saúde;*
- c) Apoio a actividades culturais e desportivas;*
- d) Acesso a outros apoios educativos.*

6 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:

- a) A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;*
- b) A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;*
- c) A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.”*

Do que no transcrito preceito se prescreve, estes SAS.IPP não desenvolveram a atividade desportiva, bem como a atribuição de bolsas de mérito, ambas residentes nos Serviços Centrais do IPP, sob coordenação da Presidência. Também foi reduzida a atividade nas áreas da saúde e cultural, por falta de recursos financeiros.

8 - Recursos Humanos

Os Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto tinham em 31/12/2012 um total de 19 trabalhadores efetivos, sendo o número total de potenciais utentes de 17.756 em 2012/12

(estudantes) a utilizar os seus serviços, o que representa um rácio trabalhador/estudantes de 934/1, que é um dos mais baixos de todos os serviços de ação social das instituições de ensino superior público.

Tabela 1 - Efetivos existentes em 31/12/2012

Cargo/Carreira	Efetivos	Vínculo	Área Funcional	Obs.
Diretor Serviços	1	CS	Direção e coordenação dos diversos serviços	
Chefe de Divisão	1	CS	Núcleos de Alimentação e Nutrição, Administração Financeira e Logística e Manutenção	
Técnico Superior	6	CTTI	Apoios Diretos - Bolsas	
Técnico Superior	1	CTTI	Serviços Financeiros	
Técnico Superior	1	CTTI	Área Alimentar	
Técnico de Informática	1	CTTI	Informática	
Assistente Técnico	1	CTTI	Apoios Diretos - Bolsas	
Assistente Técnico	2	CTTI	Alojamento	a)
Assistente Técnico	1	CTTI	Secretariado / Atendimento Geral	
Assistente Operacional	3	CTTI	Núcleo Logística e Manutenção	b)
Assistente Operacional	1	CTTI	Núcleo de Alimentação e Nutrição	c)

Observações:

CS - Comissão Serviço

CTTI – Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (RCTFP)

CTT – Contrato de trabalho em funções públicas a termo (RCTFP)

- a) 1 em mobilidade intercategorias
- b) 1 a exercer funções nos Serviços da Presidência
- c) A exercer funções na cantina da ESMAE, por conta da empresa concessionária

O mapa de pessoal aprovado para 2012 consta da página seguinte.

Tabela 2 - Mapa de pessoal para 2012

Unidade ou Área	Atribuições/competências/actividades	Cargo/ carreira							Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho		
		Administrador / Secretário	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Técnico de informática	Assistente técnico	Assistente operacional		Ocupados	Vagos	Extintor
Administração e Gestão	Administração Geral	1								1	0	0
	Coordenação e direcção de serviços		1						Licenciatura e experiência compatível	1	0	0
	Coordenação e direcção de serviços			2					Licenciatura e experiência compatível	1	1	0
	Secretariado de Direcção						1		Habilitação legalmente exigida para a carreira	1	0	0
	Sub-Total	1	1	2	0	0	1	0		4	1	0
Gabinetes de Apoio	Planeamento e gestão de projectos				1				Licenciatura em Administração Pública ou afim, Gestão ou Direito	0	1	0
	Sub-Total	0	0	0	1	0	0	0		0	1	0
Núcleo de Apoios Directos	Apoios directos ao estudante				6				Licenciatura educação social e psicologia	6	0	0
							1		Habilitação legalmente exigida para a carreira	1	0	0
	Sub-Total	0	0	0	6	0	1	0	Habilitação legalmente exigida para a carreira	0	0	0
Núcleo de Outras Respostas Sociais	Apoio Social				0				Licenciatura em educação social	0	0	0
	Sub-Total	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0
Núcleo de Alimentação e Nutrição	Área Alimentar				1				Licenciatura e experiência compatível	1	0	0
							1		Habilitação legalmente exigida para a carreira	0	1	0
Sub-Total	0	0	0	1	0	1	0		1	1	0	
Núcleo de Alojamento	Área de Alojamento				1				Licenciatura em Gestão Hotelaria ou Gestão de Infra-estruturas Turísticas ou afim	0	1	0
							2		Habilitação legalmente exigida para a carreira	2	0	0
								1		Carta de condução de ligeiros	0	1
Sub-Total	0	0	0	1	0	2	1		2	2	0	
Núcleo de Outras Respostas Sociais	Apoio Social				1				Licenciatura em educação social	0	1	0
	Sub-Total	0	0	0	1	0	0	0		0	1	0
Núcleo de Logística e Manutenção	Área de logística e manutenção				1				Licenciatura em Eng.ª Civil	0	1	0
							1		Habilitação legalmente exigida para a carreira	0	1	0
								3		Carta condução de ligeiros profissional	3	1
Sub-Total	0	0	0	1	0	1	3		3	3	0	
Núcleo de Informática e Comunicações	Área de informática					1			DET: Instalação e Manutenção de Redes E Sistemas Informáticos	1	0	0
		Sub-Total	0	0	0	0	1	0	0		1	0
Núcleo de de Administração Financeira	Área de administração financeira e patrimonial				2				Licenciatura em contabilidade ou afim	2	0	0
		Sub-Total	0	0	0	2	0	0	0		2	0
Total Geral		1	1	2	13	1	6	4		20	9	0

9 - Organização Contabilística

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, o qual inclui a contabilidade orçamental, patrimonial e analítica, suportado pelo *software* de gestão PRIMAVER AP, o qual assegura os registos e instrumentos de prestação de contas previstos pelo POC Educação.

Existe ainda o Registo de Inventário, de acordo com o CIBE, integrado no sistema Primavera.

O sistema informático utilizado é baseado numa plataforma de base de dados SQL Server e num sistema integrado de módulos aplicativos, englobando as diferentes áreas, o qual funciona em ambiente Windows.

Existe um arquivo único, onde se encontram os documentos de suporte às operações orçamentais. Neste arquivo e juntamente com o documento emitido informaticamente, comprovativo do registo da correspondente operação orçamental, encontra-se a documentação conexa relativa ao processo de aquisição, tais como propostas e documentos similares.

Existe um arquivo onde se encontram os documentos emitidos relativos às operações orçamentais de compromisso, as quais são efetuadas após a autorização para efetuar a despesa.

Os documentos de suporte dos custos e proveitos encontram-se em dois arquivos, consoante a sua natureza. Juntamente com os documentos de suporte dos custos e proveitos é arquivada a nota de lançamento, emitida pelo sistema informático, que no caso das despesas está associada às ordens de pagamento correspondentes.

Como arquivos auxiliares existem ainda os seguintes arquivos de documentos:

- Orçamento e alterações orçamentais;
- Extratos bancários;
- Reconciliações bancárias.

No sistema contabilístico em vigor no corrente ano foram produzidas de forma regular todas as informações relativas à execução orçamental, nomeadamente através do sistema SIGO, as conciliações bancárias e outras para suporte da gestão e prestação periódica de contas aos diversos organismos.

No que respeita ao *software* de suporte à gestão de atribuição de bolsas de estudo e alojamento, por força da adesão obrigatória dos Serviços de Ação Social das Instituições de Ensino Superior Público, ocorrida em 2011, à plataforma informática de apoio à atribuição de apoios sociais

diretos (bolsas de estudo e auxílios de emergência), da responsabilidade da DGES – Direção Geral do Ensino Superior, plataforma essa que não integra qualquer resposta integrada para a gestão do alojamento, deixou de ser justificar, pela relação custo/ benefício, o investimento em novos desenvolvimentos, estando em curso a criação, com base em recursos humanos e tecnológicos do IPP, de software específico para a gestão do alojamento.

10 - Outra informação considerada relevante.

Em 2010 foi designado o Fiscal Único para todo o IPP, o qual tem funções de acordo com o RJIES e os Estatutos do IPP.

A contabilidade é efetuada por uma entidade privada, embora integrante do grupo público IPP – a Fundação Instituto Politécnico do Porto (FIPP), que dispõe de uma área especializada nesta matéria, operando com o sistema Primavera AP.

Este serviço está assim a ser assegurado em regime de *outsourcing*, complementado por duas técnicas superiores afetas aos Serviços Financeiros, uma das quais pertence ao mapa de pessoal dos SAS.IPP e outra ao mapa de pessoal dos Serviços da Presidência.

III.

A estrutura de recursos humanos

Mais importante? As pessoas.

São elas o mais valioso recurso que qualquer organização pode ter.

III. A estrutura de recursos humanos afetos à missão dos SAS.IPP

As pessoas são as protagonistas das organizações. Uma equipa motivada, envolvida com a organização, aquela que veste a camisola nos bons e nos maus momentos, é fator decisivo para o sucesso das organizações. É assim que se caracteriza a pequena, mas coesa e comprometida, equipa de pessoas ao serviço dos SAS.IPP. Uma equipa permitiu atingir as metas a que nos propusemos, as mais das vezes em condições adversas, e que nos permite afirmar: encerramos mais um ano de atividades com a convicção de termos cumprido da melhor forma possível a missão dos SAS.IPP.

Os dados que a seguir se apresentam, bem como as figuras que se lhe associam, reportam a 31 de dezembro de 2012.

A caracterização das pessoas

Tabela 3 - Evolução dos recursos humanos, por grupo profissional

Grupo profissional	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Dirigente	1	2	3	3	2	2
Técnico Superior	2	3	7	7	8	8
Assistente Técnico	3	2	3	3	4	4
Assistente Operacional	5	5	4	4	4	4
Técnico Informática		1	1	1	1	1
Avençados	6	3	2	1		
total	17	16	20	19	19	19

Figura 1 – Evolução dos recursos humanos, por grupo profissional

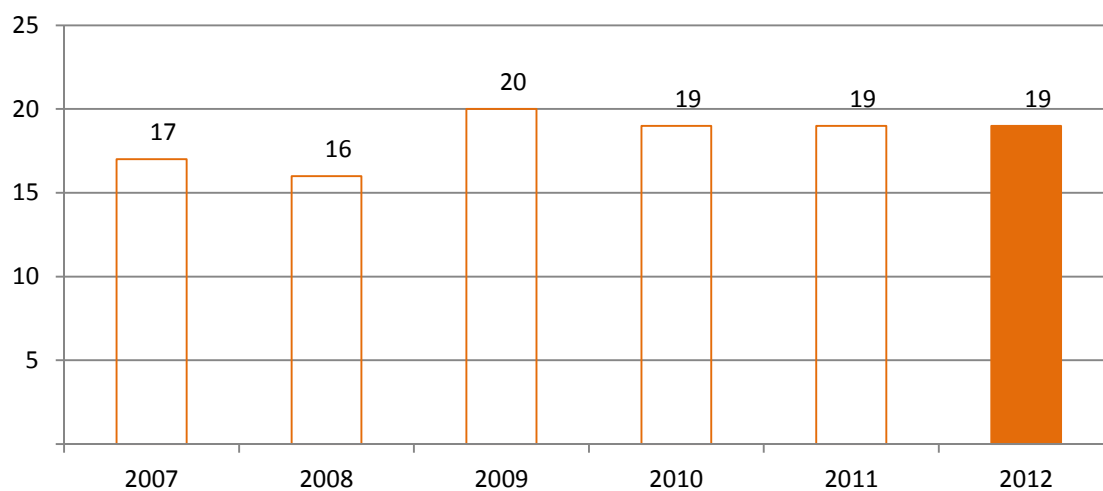


Tabela 4 - N.º de efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e sexo

Grupo/cargo/carreira/ Mobilidades de vinculação	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		Nomeação e Comissão de serviço ao abrigo da LVCR		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior					0	0	0
Dirigente Intermédio			2		2	0	2
Técnico Superior	4	4			4	4	8
Assistente Técnico		4			0	4	4
Assistente Operacional	1	3			1	3	4
Informático	1				1	0	1
Total	6	11	2	0	8	11	19

Tabela 5 - N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira/escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira/ Escalão etário e género	30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior															0	0	0
Dirigente Intermédio				1		1									0	2	2
Técnico Superior	2	3			1	1				1					3	5	8
Assistente Técnico		1		1						1		1			0	4	4
Assistente Operacional	1							1		1				1	1	3	4
Informático			1												1	0	1
Total	3	4	1	2	1	2	0	1	0	3	0	1	0	1	5	14	19

Tabela 6 - N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	Até 5 anos		5-9		10-14		15-19		20-24		25-34		35-39		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior															0	0	0
Dirigente Intermédio				1		1									0	2	2
Técnico Superior	2	3	1	1				1							3	5	8
Assistente Técnico							4								0	4	4
Assistente Operacional					1	2								1	1	3	4
Informático					1										1	0	1
Total	2	3	1	2	2	7	0	1	0	0	0	0	0	1	5	14	19

Tabela 7 - N.º de efetivos por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/cargo/carreira/ Habilitação literária	4 anos de escolar.		6 anos de escolar.		9.º ano ou equiv.		11.º ano		12.º ano ou equiv.		CET		Licenciatura		Mestrado		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior																		0	0	0
Dirigente Intermédio														1		1		0	2	2
Técnico Superior													4	4				4	4	8
Assistente Técnico										3				1				0	4	4
Assistente Operacional		2			1	1												1	3	4
Informático											1							1	0	1
Total	0	2	0	0	1	1	0	0	0	3	1	0	4	6	0	1	6	13	19	

Tabela 8 - N.º de trabalhadores admitidos ou regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o modo de ocupação

Grupo/cargo/carreira/ Modo de ocupação do posto de trabalho	Proc. Concursal		Cedência de interesse público		Mobilidade interna, órgãos ou serviços		Regresso de licença		Comissão de Serviço		CEAGP		Outras situações		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior																0	0	0
Dirigente Intermédio										1						0	1	1
Técnico Superior																0	0	0
Assistente Técnico		1				1										0	2	2
Assistente Operacional																0	0	0
Informático																0	0	0
Total	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	3

Tabela 9 - Contagem de trabalhadores contratados por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Denúncia por iniciativa do trabalhador		Exercício de outras funções no IPP		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior					0	0	0
Dirigente Intermédio					0	0	0
Técnico Superior					0	0	0
Assistente Técnico					0	0	0
Assistente Operacional					0	0	0
Informático					0	0	0
Total	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano por grupo/cargo/carreira

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de Procedimento Concursal
Dirigente Superior	0
Dirigente Intermédio	1
Técnico Superior	2
Assistente Técnico	1
Assistente Operacional	4
Informático	0
Total	8

Tabela 11 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ modalidade de horário de trabalho	Rígido		Flexível		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior							0	0	0
Dirigente Intermédio						2	0	2	2
Técnico Superior			4	4			4	4	8
Assistente Técnico				4			0	4	4
Assistente Operacional	1	3					1	3	4
Informático			1				1	0	1
Total	1	3	5	8	0	2	6	13	19

Tabela 12 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ trabalho extraordinário	Trabalho extraordinário diurno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Isenção de horário		Total		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior							0	0	0
Dirigente Intermédio							0	0	0
Técnico Superior				26			0	26	26
Assistente Técnico				17			0	17	17
Assistente Operacional							0	0	0
Informático			8				8	0	8
Total	0	0	8	43	0	0	8	43	51

Tabela 13 - Contagem dos dias de ausência do trabalho durante o ano por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Ausência ao trabalho	Proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Por acidente em serviço ou doença profissional		Doença		Assistência a familiares		Trabalhador-estudante/cumprimento de obrigações		Por conta das férias		Greve		Deslocação no país		Total		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior																				0	0	0
Dirigente Intermédio								13		2										0	15	15
Técnico Superior								10	7	32			2	5						9	47	56
Assistente Técnico								3				12		4						0	19	19
Assistente Operacional				1			3	126						2						3	129	132
Informático	40		1									1		1						43	0	43
Total	40	0	1	1	0	0	3	152	7	34	1	12	3	11	0	0	0	0	55	210	265	

Tabela 14 - Total dos encargos com o pessoal durante o ano

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração Base	247.852,87 €
Pessoal a aguardar aposentação	486,82€
Suplementos remuneratórios	6.335,91 €
Prémios de desempenho	- €
Subsídios e prestações Sociais	29.393,93 €
Outros encargos com pessoal	53.427,58 €
Total	337.497,11 €

Tabela 15 - Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho extraordinário	380,55 €
Abono para falhas	- €
Ajudas de Custo	391,50€
Representação	5.564,21 €
Outros suplementos remuneratórios	- €
Total	6.335,91 €

Tabela 16 – Subsídios e prestações sociais

Subsídios e prestações Sociais	Valor (Euros)
Remunerações por doença/ parentalidade	3.719,88 €
Abono de família	636,96 €
Acidente de trabalho e doença profissional	- €
Subsídio de refeição	17.502,73 €
Subsídio de férias e Natal	7.376,92 €
Outras despesas de Segurança Social	157,44 €
Total	29.393,93 €

Tabela 17 – Outros encargos com pessoal

Outros encargos com pessoal	Valor (Euros)
Contribuições para a Segurança Social	25.402,23 €
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	21.501,10 €
Descontos para a ADSE	6.524,25 €
Total	53.427,58 €

Tabela 18 - Contagem relativa a participações em ações de formação profissional, durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de Ação/Formação	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	De 60 119 horas	120 horas ou mais
Internas	2	2		1
Externas	3			
Total	5	2	0	1

Tabela 19 - Contagem das horas despendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ Horas despendidas	Horas despendidas em ações internas	Horas despendidas em ações externas
Dirigente Superior		
Dirigente Intermédio		18
Técnico Superior	126	7
Assistente Técnico	6	
Assistente Operacional	6	
Informático	18	0
Total	156	25

Tabela 20 - Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ n.º de participação e de participantes	Ações internas		Ações externas		Total	
	N.º de ações	N.º de participantes	N.º de ações	N.º de participantes	N.º de ações	N.º de participações
Dirigente Superior					0	0
Dirigente Intermédio			1	1	1	1
Técnico Superior	4	2	1	2	5	4
Assistente Técnico	1	2			1	2
Assistente Operacional	1	1			1	1
Informático	1	1			1	1
Total	7	6	2	3	9	9

Número de efetivos em 2012 igual ao verificado em 2011

A área de gestão de recursos humanos, foi, no essencial marcada por atividades de:

- Avaliação do desempenho dos colaboradores, nos termos definidos na Lei (SIADAP - Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública).
- Pela promoção de ações de formação profissional, quer internas, quer externas.
- Pela conclusão de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um assistente técnico por tempo indeterminado. Da contratação decorrente deste recrutamento não resultou, no entanto, o amento de efetivos face ao verificado em 31/12/2011.

Desenvolvimento de competências

No ano de 2012, os SAS.IPP continuaram a aposta na melhoria de competências dos seus colaboradores e, tal como em anos anteriores, recorreram aos seus recursos próprios para ministrar essas ações, relegando para a formação externa as áreas de competências que, por aquela via não podiam ser supridas.

Ao nível da formação interna, as ações de formação sustentaram-se quer em metodologias de formação em sala, direcionadas para a formação nas TIC – Tecnologias

de Informação e Comunicação, de natureza transversal quanto ao tipo de participantes, quer em metodologias alternativas, de formação “*on the job*”, vocacionadas para articular a transmissão de novos conhecimentos, nomeadamente técnicos, ou competências, com a sua aplicação prática no terreno a projetos concretos.

Essa formação foi, no essencial, suportada na metodologia de “*coaching*”, desencadeada pelas lideranças institucionais, que teve por fim ajudar as equipas a trilharem o seu próprio caminho de autodesenvolvimento com o objetivo de as ações e as soluções a implementar para cada caso dependessem menos de quem coordena e mais se constituem como agentes ativos da melhoria do desempenho institucional e da adaptação às, cada vez mais frequentes, mudanças: cada membro da equipa.

A metodologia de formação do tipo *coaching* foi ainda articulada com outra que a complementou: o método de “*inside training*”. Este método, que se caracteriza como um método de formação informal, sustentou a orientação para a divulgação dos objetivos, valores, resultados, estratégias e para o apoio especializado em tempo real à transmissão de práticas, técnicas ou metodologias, a aplicar na resolução de problemas, ou na melhoria de métodos de trabalho ou dos modelos de organização e de gestão.

Os encargos com pessoal

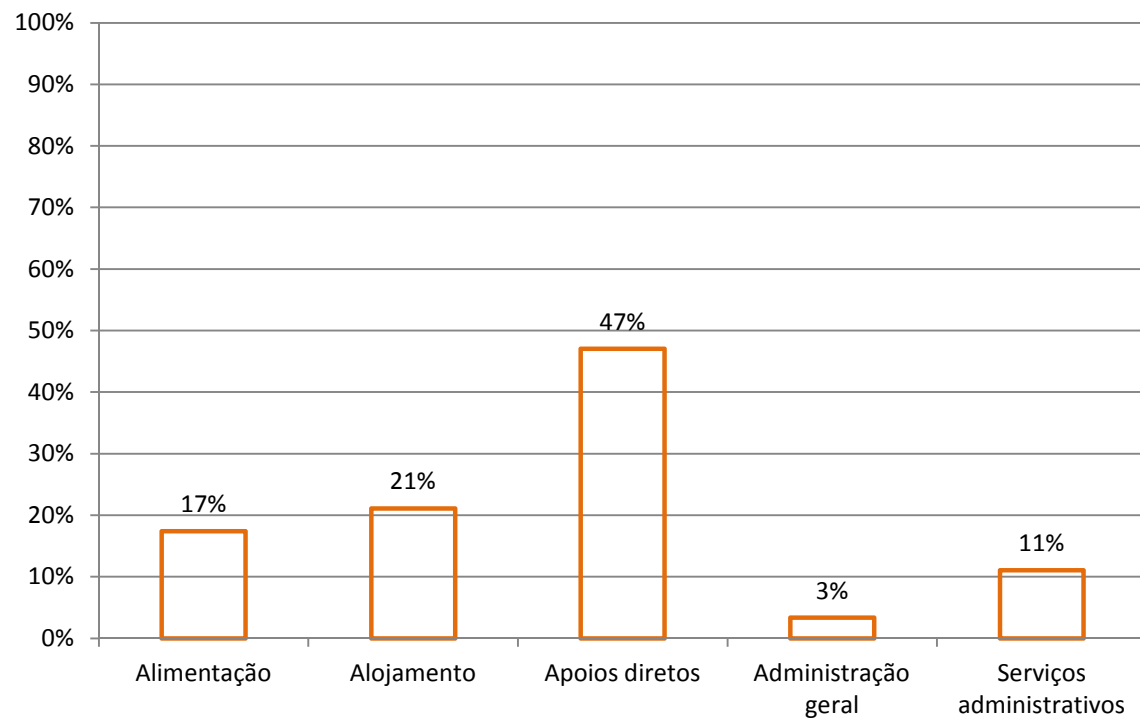
Os encargos com pessoal representaram cerca de 29% (32% em 2011) do total da despesa no ano de 2012 e atingiram 337.497,11 € €.

A tabela e imagem que se seguem, os encargos são afetos às respetivas rubricas de classificação económica, havidas neste domínio de despesa pública, bem como à respetiva área funcional e centro de custo.

Tabela 21 – Distribuição da despesa por rubrica, por referência à área funcional

ÁREA FUNCIONAL	Pessoal quadros	Pessoal a aguardar aposentação	Representação	Subsidio refeição	Subsidio férias/Natal	Remunerações por doença/maternidade e paternidade	Horas extraordinárias	Ajudas de custo	ADSE - Ent Patronal	Subsidio familiar	Contribuição Segurança Social (CGA)	Contribuição Segurança Social (TSU)	Outras despesas Segurança Social	TOTAL
	01.01.03	01.01.08	01.01.11	01.01.13	01.01.14	01.01.15	01.02.02	01.02.04	01.03.01 AO 00	01.03.03	01.03.05 AO AO	01.03.05 AO BO	01.03.10	
ADMINISTRAÇÃO	31.931,38		3.428,88	926,59	0,00	896,18	0,00	122,72	820,68	0,00	4.966,68	0,00		43.093,11
ATENDIMENTO GERAL	9.094,15		0,00	939,40	811,00	90,81	97,99	0,00	248,88	636,96	1.493,36	0,00	157,44	13.529,99
NAD - NÚCLEO DE APOIOS SOCIAIS DIRETOS	95.279,08	0,00	0,00	6.601,42	1.000,48	160,20	27,02	197,01	2.455,05	0,00	2.162,64	18.296,96	0,00	126.179,86
NAF - NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	45.268,28	0,00	2.135,33	1.908,69	0,00	348,52	255,54	10,54	1.140,48	0,00	6.873,72	0,00	0,00	57.941,10
NAL - NÚCLEO DE ALOJAMENTO	17.319,75	0,00	0,00	1.878,80	1.811,48	48,17	0,00	0,00	479,48	0,00	2.876,89	0,00	0,00	24.414,57
NAN - NÚCLEO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	22.649,61	486,82	0,00	1.836,10	843,96	0,00	0,00	21,40	599,56	0,00	1.361,33	3.215,16	0,00	31.013,94
NIC - NÚCLEO DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES	11.776,79		0,00	960,75	0,00	2.216,00	0,00	13,16	341,88	0,00	1.766,48	0,00		17.075,06
NLM - NÚCLEO DE LOGÍSTICA E MANUTENÇÃO	14.533,83	0,00	0,00	2.450,98	2.910,00	0,00	0,00	26,32	438,24	0,00	0,00	3.890,11	0,00	24.249,48
TOTAL por rubrica	247.852,87	486,82	5.564,21	17.502,73	7.376,92	3.719,88	380,55	391,15	6.524,25	636,96	21.501,10	25.402,23	157,44	337.497,11

Figura 2 – Distribuição dos encargos com pessoal por centro de custo



IV.

Missão e
princípios
dos SAS.IPP

"Dêem-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo"

Arquimedes

IV. Missão e princípios dos SAS.IPP

1 - A missão

A missão dos SAS.IPP encontra-se agora definida no artigo 20.º, do RJIES, que se transcreve:

Ação social escolar e outros apoios educativos

1 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura a existência de um sistema de acção social escolar que favoreça o acesso ao ensino superior e a prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados com adequado aproveitamento escolar.

2 — A acção social escolar garante que nenhum estudante é excluído do sistema do ensino superior por incapacidade financeira.

3 — No âmbito do sistema de acção social escolar, o Estado concede apoios directos e indirectos geridos de forma flexível e descentralizada.

4 — São modalidades de apoio social directo:

- a) Bolsas de estudo;*
- b) Auxílio de emergência.*

5 — São modalidades de apoio social indirecto:

- a) Acesso à alimentação e ao alojamento;*
- b) Acesso a serviços de saúde;*
- c) Apoio a actividades culturais e desportivas;*
- d) Acesso a outros apoios educativos.*

6 — Na sua relação com os estudantes, o Estado assegura ainda outros apoios, designadamente:

- a) A atribuição de bolsas de estudo de mérito a estudantes com aproveitamento escolar excepcional;*
- b) A concessão de apoios a estudantes com necessidades especiais, designadamente aos portadores de deficiência;*
- c) A promoção da concretização de um sistema de empréstimos para autonomização dos estudantes.”*

A atividade desportiva, bem como a atribuição de bolsas de mérito, ambas residentes nos Serviços Centrais do IPP, sob coordenação da Presidência. Também foi reduzida a atividade nas áreas da saúde e cultural, por falta de recursos financeiros.

2 - Os princípios estruturais e estruturantes de atuação dos SAS.IPP

A atuação dos SAS.IPP no ano de 2012 foi norteada e sustentou-se nem princípios fundamentais, que orientaram as opções de gestão:

- **Princípio da atenção centrada no estudante** – os SAS.IPP estão ao serviço dos estudantes, especialmente os mais carenciados, pelo que devem compreender as suas necessidades atuais e futuras, cumprir os seus requisitos de qualidade e esforçarem-se por exceder as suas expectativas
- **Princípios da transparência – como garantia preventiva da imparcialidade, os SAS.IPP atuam** de forma a garantir objetividade e isenção, que deve sustentar o sentimento de confiança recíproca entre estes serviços e os estudantes
- **Princípio da boa-fé** – os SAS.IPP e os estudantes agem e relacionam-se segundo regras de boa-fé, para que em ambos se enraíze a confiança indispensável a um saudável relacionamento
- **Princípio da proporcionalidade** – entendido como o direito reconhecido a cada estudante de beneficiar de apoio adequado à sua situação concreta
- **Princípio da informação e da qualidade** – os SAS.IPP devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida
- **Princípio da responsabilização do estudante** – que aponta para a assunção pelo estudante das consequências da sua ação, expressa ou implícita, pelos seus atos
- **Princípio da melhoria contínua** – a melhoria contínua do desempenho pelo qual cumprem a sua missão é um objetivo permanente dos SAS.IPP

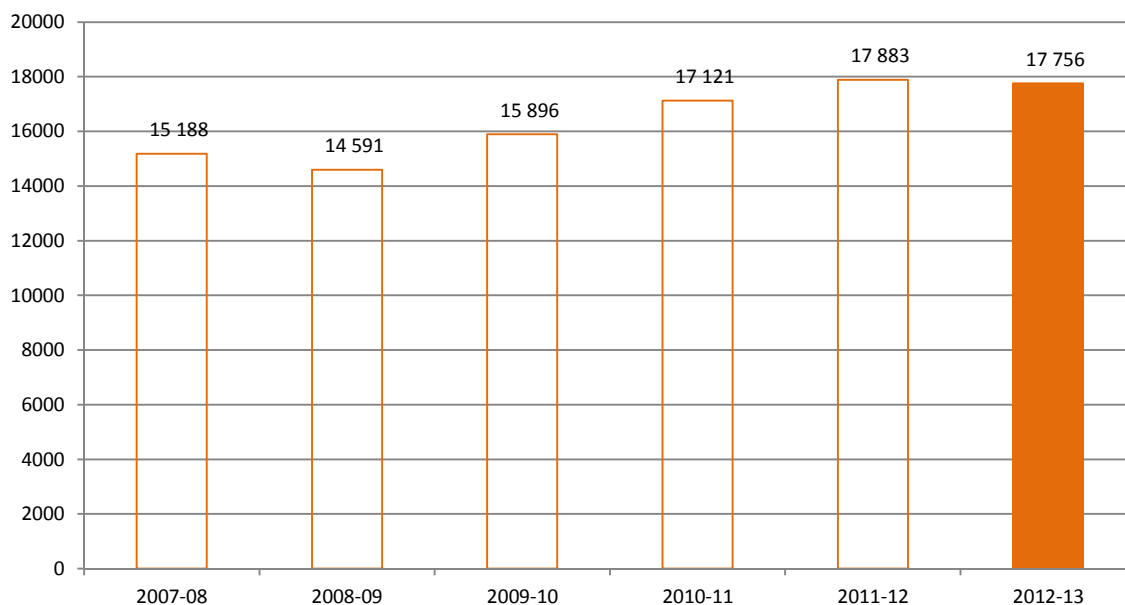
3 - Os destinatários da missão SAS.IPP em 2012

Os SAS.IPP, no âmbito da sua missão e em respeito pela discriminação positiva dos estudantes economicamente carenciados, dirigem os seus serviços à comunidade de estudantes do IPP, assim distribuídos pelas seguintes estruturas de ensino e com a evolução que se identifica:

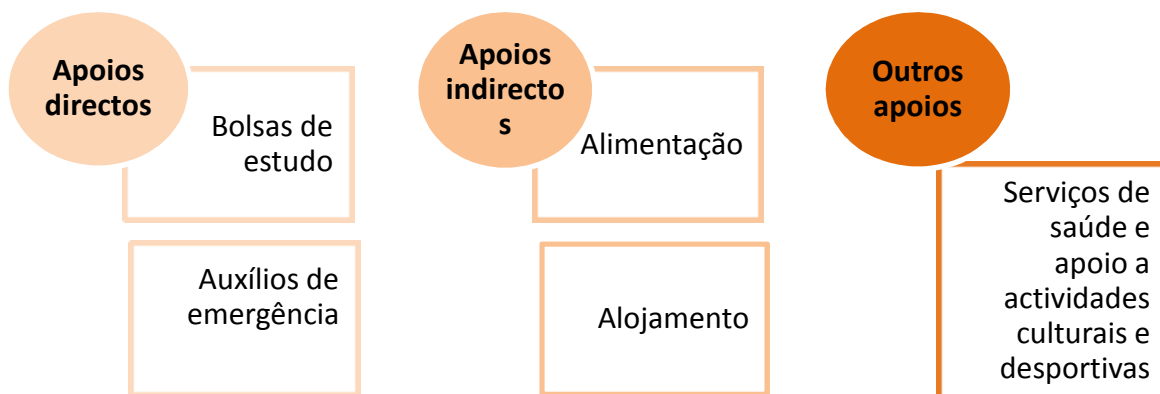
Tabela 22 – evolução do número dos estudantes IPP 2007 a 2011

	Escola	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13
ESE	Escola Superior de Educação	1 332	1 227	1 553	1 631	1 756	1 725
ESMAE	Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo	589	561	551	729	772	835
ESEIG	Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão	1 212	1 065	1 113	1 204	1 362	1 449
ESTGF	Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras	776	882	1 117	1 333	1 361	1 260
ESTSP	Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto	1 769	1 827	2 055	2 004	2 113	2 166
ISCAP	Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto	3 607	3 297	3 349	3 680	3 699	3 742
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto	5 788	5 619	6 059	6 540	6 820	6 579
IPP-TCAV	Tecnologias da Comunicação Áudio - visual	115	113	99	---	---	---
	IPP	15 188	14 591	15 896	17 121	17 883	17 756

Figura 3 – evolução estudantes IPP



4 - A tipologia dos serviços públicos prestados em 2012



Os principais serviços prestados podem ser agrupados em três grandes grupos: (1) serviços de apoio diretos, em especial a atribuição de bolsas de estudo, (2) os serviços de apoio indiretos, onde tem especial relevância a atribuição de alojamento, a prestação de serviços de restauração (cantinas e bares), e (3) outros serviços de apoio, nomeadamente serviços médicos, de promoção e apoio a atividades culturais e desportivas e outras atividades desenvolvidas pelas organizações de estudantes, cursos e escolas.

As atividades desenvolvidas no ano de 2012 com vista à prestação de cada um destes serviços, que formam o sistema de missão dos SAS.IPP, serão retratadas ao longo das partes seguintes, do presente relatório.

V.

Atividades de natureza transversal

*Diz-se de algo (atividade) que atravessa uma área principal
(missão) ou para ela converge (estudante)*

Definição “transversal”, do dicionário de língua portuguesa, adaptada ao contexto SAS.IPP

V. Atividades de natureza transversal

As atividades de natureza transversal são aquelas que, ainda que desenvolvidas pelos contributos dos diferentes serviços, têm um fim comum, assim como aquelas que, tendo sido desenvolvidas por um único serviço, se dirigem de forma transversal à prossecução da missão dos SAS.IPP.

No âmbito das primeiras – diferentes contributos e fim comum – encontramos as atividades de comunicação e atendimento, dirigidas aos principais destinatários da prossecução das diferentes, mas convergentes, áreas de missão dos SAS.IPP: os estudantes do IPP.

1 - O atendimento

O atendimento para estes SAS mais do que um dever constituiu-se numa oportunidade de continuamente revermos e melhorarmos o que fazemos e como fazemos, aumentando a satisfação daqueles que aos nossos serviços recorrem. Desta atividade surgem ao longo do ano reformulações de como comunicar, de como tornar a nossa informação mais atrativa, mais simples e perceptível. Saber ao ouvir e saber interpretar é para nós essencial para melhorarmos continuamente a nossa atuação, por isso agradecemos as críticas construtivas que nos dirigiram e confortou-nos os elogios que nos reconheceram. Bem hajam todos quantos não ficaram indiferentes à nossa atuação porque foi com base nessa atitude que também tivemos capacidade de questionar e reinventar os nossos procedimentos.

A dimensão da atividade de atendimento gerado num ano civil, é também representativa do esforço institucional exigido, de conciliação constante das atividades de *back-office* com as de *front-office*. Uma tarefa difícil, quando os recursos são escassos, mas essencial às organizações aprendentes porque se constitui de primordial importância para conhecermos aqueles a quem prestamos os nossos serviços, as suas principais dificuldades e dúvidas e as suas expectativas.

A análise conjunta da atividade de atendimento, nas suas diferentes modalidades, apresentada nas páginas seguintes, retira abstração ao acima afirmado e ganham, pela concreticidade dos números, a importância que tem no quadro das atividades dos SAS.IPP, gerados por três tipos distintos, mas complementares, de atendimento: o atendimento presencial, o atendimento telefónico e o atendimento eletrónico.

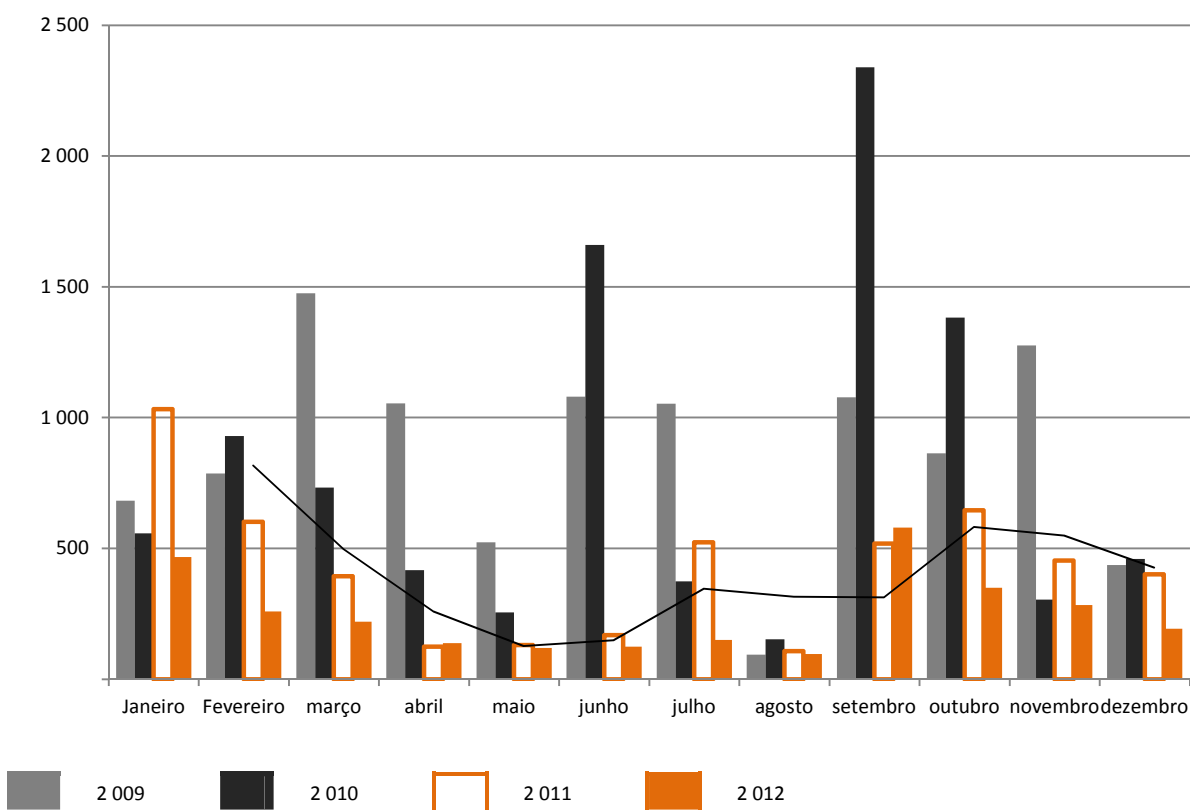
1.1 - O atendimento presencial

Do conjunto das três modalidades de atendimento, o atendimento presencial constitui-se naquele que para estes SAS se constitui mais gratificante e mais exigente. Mais gratificante, porque permite uma interação em tempo real e presencial com os estudantes que procuram os nossos serviços, e mais exigente não só pela representatividade que tem mas também, porque é o atendimento que exige maior competência e aptidões de quem o assegura. Atender significa acolher, ser empático, integrar, orientar, saber ouvir e saber comunicar técnica e emocionalmente.

Tabela 23 - Número de atendimentos presenciais: análise comparativa

Mês	2009	2010	2011	2012
Janeiro	682	558	1 032	467
Fevereiro	787	930	602	259
Março	1 475	732	394	220
Abril	1 055	417	124	138
Maiο	523	255	130	119
Junho	1 080	1 660	168	124
Julho	1 053	374	523	150
Agosto	94	153	107	96
Setembro	1 078	2 339	519	580
Outubro	863	1 382	646	350
Novembro	1 276	304	453	283
Dezembro	437	460	401	193
Total ano	10 403	9 564	5 099	2 979
Alunos IPP (a)	15 896	17 121	17 883	17 756
% de atendimentos (a)	65%	56%	29%	17%

Figura 4 - Número de atendimentos presenciais: análise comparativa



Da análise dos dados, resulta uma tendência de diminuição do atendimento presencial ao longo dos anos, explicada por atividades, desenvolvidas nos diferentes setores de atividade, com o objetivo, por um lado, de aumentar a autonomia dos estudantes, traduzida na sua maior capacidade de interpretar informação e de saber gerir os seus processos, nomeadamente de candidatura, e por outro lado, quer pelo incentivo ao uso alternativo de meios de comunicação, como seja o email, quer pelo recurso a novas ferramentas de gestão, de índole tecnológica, que permite ao estudante de qualquer lado e a qualquer hora, gerir os seus processos, apresentados para decisão, perante os SAS.IPP.

Estes resultados, de diminuição do atendimento presencial, têm sido alcançados por suporte a atividades complementares e essenciais neste domínio, essencialmente sustentadas na elaboração de documentos de orientação do estudante, como sejam: guias de apoio, respostas a questões frequentes, por área de missão, comunicações relevantes e de conteúdo genérico, publicadas na página da internet, entre outros, que

mais não se constituem do que em transformações das suas dúvidas em conteúdos de orientação, aumentando a sua autonomia face a processos de natureza burocrática.

O sucesso deste resultado decorre não do objetivo que lhe parece estar subjacente – de diminuição do atendimento presencial – mas antes do objetivo de aumentar a autonomia do estudante e retirar-lhe o ónus da sua presença, em prejuízo de outras atividades pessoais que tem de desenvolver, para a prossecução de atividades tão simples quanto enviar documentos de instrução de candidaturas. Nestes termos, a diminuição do atendimento presencial, é apenas uma decorrência natural daquele objetivo fixado.

1.2 - O atendimento telefónico

Constituindo-se ainda no meio de comunicação menos eficaz, por força da inexistência de recursos humanos bastantes para comunicar com o estudante com recurso a todos os canais de comunicação disponíveis, houve no entanto uma melhoria relativa nesse meio de comunicação com a entrada em funcionamento do **número azul** no ano de 2010, que permite ao estudante ser atendido por um profissional, capaz de o esclarecer ou encaminhar, sem custos e sem se sujeitar aos encaminhamentos sucessivos entre extensões internas.

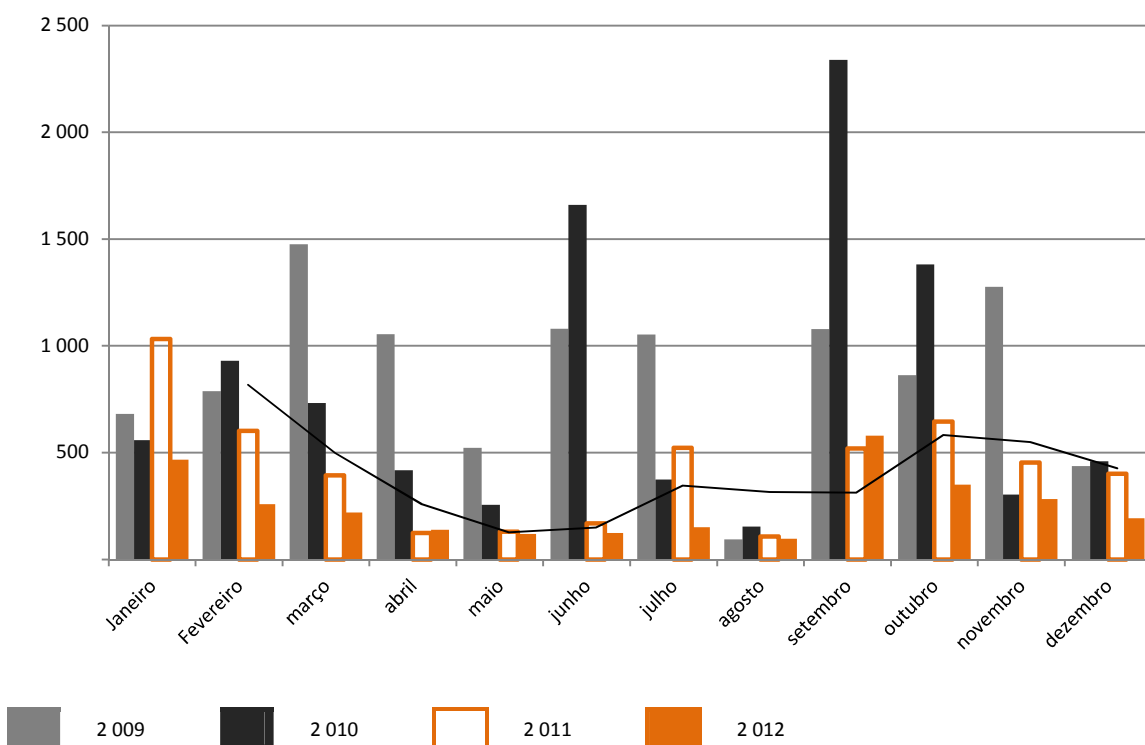
A análise comparativa deste tipo de atendimento apenas é possível remontar ao último quadrimestre do ano de 2010, momento em que foi possível implementar um sistema de telefónicas.

Pela análise dos dados, nos períodos em que a comparação é possível, verifica-se que esta área de atendimento também verificou uma diminuição, mas menos representativa do que na área de atendimento anterior: dos 2.119 atendimentos telefónicos registados no último quadrimestre do ano de 2011 passamos para 1.243 no mesmo período do ano de 2012, o que representa uma diminuição dos atendimentos telefónicos na ordem dos 41%. Esta tendência de diminuição é, em percentagem, próxima da verificada na área de atendimento presencial (diminuição em cerca de 42% face ao ano de 2011).

Tabela 24 - Número de atendimentos telefónicos: análise comparativa

Mês	2009	2010	2011	2012
Janeiro			603	342
Fevereiro			420	213
Março			557	260
Abril			419	164
Maio			356	117
Junho			395	64
Julho			781	56
Agosto			190	45
Setembro		603	570	468
Outubro		660	726	284
Novembro		921	539	291
Dezembro		258	284	200
Total ano		2 442	5 840	2 504
Alunos IPP (a)	15 896	17 121	17 883	17 756
% de atendimentos (a)	0%	14%	33%	14%

Figura 5 - Número de atendimentos telefónicos: análise comparativa



1.3 - O atendimento eletrónico

O atendimento eletrónico, via email, através dos seguintes endereços temáticos:

Área	email
Alimentação e nutrição	gicant@sas.ipp.pt
Alojamento	alojamento@sas.ipp.pt
Bolsas de estudo	bolsas@sas.ipp.pt
Geral	info@sas.ipp.pt

Da análise dos dados, que apresentaremos a seguir, resulta que nesta área de atendimento houve uma tendência convergente com a verificada nas demais áreas de atendimento, presencial e telefónico.

A diminuição de atendimentos eletrónicos verificada no ano de 2012, quando comparada com os atendimentos efetuados no ano de 2011, foi de cerca de 15%.

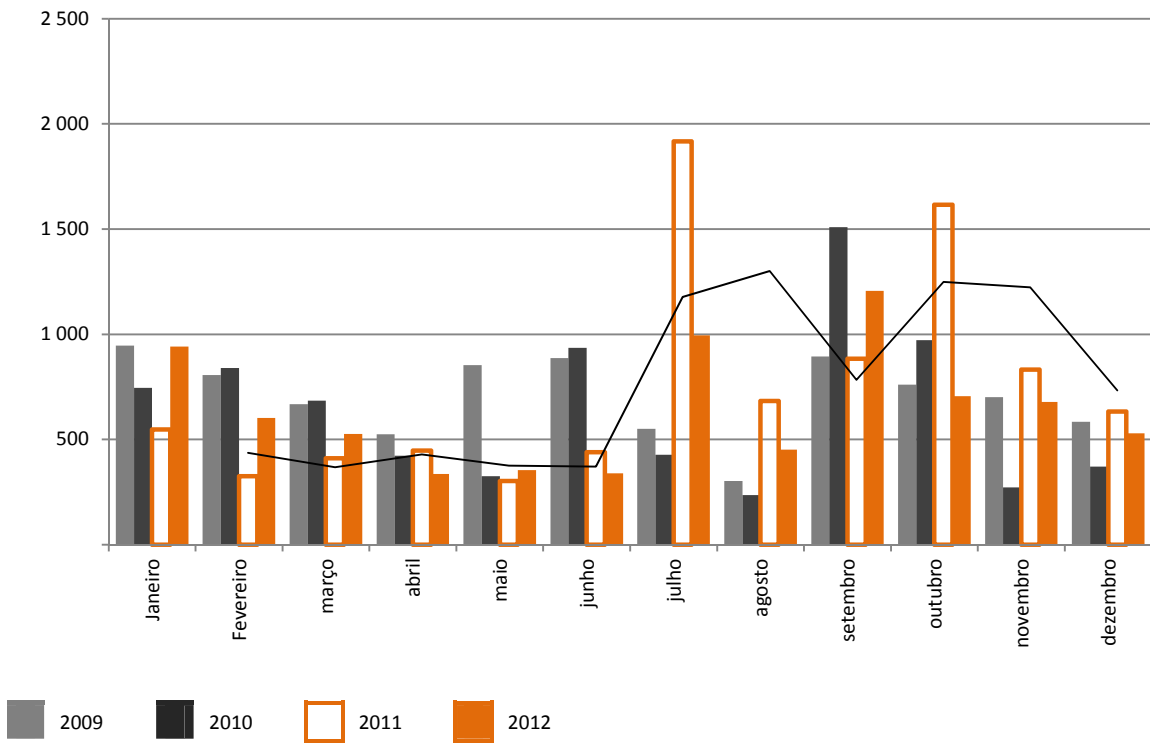
Esta diminuição aproximou-nos mais dos valores verificados no ano de 2010 e amortizou o aumento verificado no ano de 2011 por motivo da alteração da plataforma informática de apoio às candidaturas a bolsa de estudo e das alterações significativas de modelo normativo também verificado naquele ano.

A consolidação do conhecimento dos estudantes atingido em 2012 resulta, em grande medida, como explicação para a diminuição que se objetivou e se concretizou.

Tabela 25 - Número de atendimentos eletrónicos: análise comparativa

Mês	2009	2010	2011	2012
Janeiro	946	746	547	942
Fevereiro	807	840	325	602
Março	668	684	410	527
Abril	525	423	448	336
Maio	853	325	303	355
Junho	887	935	439	339
Julho	551	427	1 917	995
Agosto	303	236	683	452
Setembro	895	1 509	884	1 206
Outubro	761	972	1 615	706
Novembro	701	272	832	678
Dezembro	584	371	633	529
Total ano	8 481	7 740	9 036	7 667
Alunos IPP (a)	15 896	17 121	17 883	17 756
% de atendimentos (a)	53%	45%	51%	43%

Figura 6 - Número de atendimentos eletrônicos: análise comparativa



VI.

Apoios sociais

diretos: bolsas de estudo e auxílio de emergência

As bolsas de estudo (...) são modalidades da ação social a conceder aos estudantes economicamente mais carenciados, visando promover uma efetiva igualdade de oportunidades no sucesso escolar

Artigo 18.º, do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22
Ministério da Educação
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

VI. Apoios sociais diretos: Bolsas de estudo e auxílios de emergência

1 – Enquadramento normativo

1.1 - Principais alterações que decorrem da reforma do processo de atribuição de bolsa de estudo

Até 2009-2010 a atribuição de bolsas de estudo sustentava-se no essencial em dois normativos: o Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior Público, aprovado pela Tutela, e as Regras Técnicas para aplicação daquele Regulamento, aprovado pelo Conselho de Ação Social do IPP sob proposta dos Serviços de Ação Social desta Instituição.

No ano letivo 2010-2011, por força da aprovação do Decreto-Lei n.º 70/2010 publicado em 16 de Junho, inicia-se a formação de um novo quadro normativo da reforma. Mais tarde surge publicado o novo Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, público e não público (publicado na forma de Despacho n.º 14474/2010, na 2.ª série do Diário da República) seguido da publicação, a 19 de Outubro, das Normas Técnicas Nacionais para aplicação daquele Regulamento (publicado sobre a forma de Aviso

n.º 20906, na 2.ª série do Diário da República).

No ano letivo 2011-2012, o regulamento incorpora, num único documento, regulamento e normas técnicas, aprovado por Despacho n.º 12780-B/2011, de 23/09.

No ano letivo 2012-2013 o novo regulamento, aprovado por Despacho n. 8442-A/2012 de 22/06 mantém, na sua generalidade, as medidas acolhidas no regulamento anterior.

A maioria das novidades do presente documento não se traduz em alterações significativas mas antes numa reformulação/reorganização aos seus artigos. Esta revisão, como seja a reunião num só artigo das condições de elegibilidade, teve como objetivo tornar o próprio documento mais legível,

1.2 - Análise numa perspetiva das medidas gerais de reforma (alterações introduzidas)

Das medidas de reforma implementadas destacam-se:

- i. O alargamento do prazo, normal e excepcional, de apresentação da candidatura a bolsa de estudos, podendo aceitar-se candidaturas até ao dia 31 de maio;

- ii. A atribuição de bolsa de estudos mediante uma análise e decisão simplificada.

Este processo simplificado de análise para a atribuição de bolsa de estudos consiste na pré-validação das condições de elegibilidade e informação sobre o agregado familiar, mas no seu essencial traduz-se na aceitação da informação relativa às fontes e valores de rendimento do agregado, não obtidos por processo de interoperabilidade de dados, e ao conjunto do património detido pelos elementos do agregado, mobiliário e imobiliário, declarados sob compromisso de honra pelo candidato, sem prejuízo do rigor técnico e da validação à posteriori dessas declarações.

- iii. No quadro das situações de irregularidade contributiva e/ou tributária a possibilidade de vir a beneficiar da atribuição de bolsa de estudos caso o elemento em situação irregular proceda à regularização da dívida no decurso do ano letivo.

A atribuição da bolsa poderá ter efeitos ao início do ano letivo, caso

a regularização da situação fiscal e/ou contributiva ocorra durante o período da audiência dos interessados ou ao mês da regularização, quando a regularização ocorra após o indeferimento da candidatura a bolsa de estudos.

Ainda neste âmbito foi introduzida uma nova norma acerca do efeito suspensivo do pagamento da bolsa de estudos atribuída por motivo de interrupção do pagamento do plano de regularização da dívida tributária e/ou contributiva.

- iv. No âmbito da atribuição dos auxílios de emergência, as principais modificações consistem na definição mais objetiva da natureza e abrangência destes apoios. O critério de apuramento do valor máximo que pode ser atribuído a este título foi alterado, sendo mais vantajoso para o estudante o atualmente redefinido (passou de 20% da bolsa de referência para três vezes o valor do indexante dos apoios sociais.)

- v. A adição de um apoio complementar à bolsa de estudos com vista à aquisição de produtos

de apoio escolar para os estudantes que beneficiam de estatuto especial na atribuição de bolsa estudos, designadamente os estudantes com necessidades educativas especiais.

1.3. Análise comparativa, 2011-12 e 2012-2013, numa perspetiva das medidas de reforma relativas à atribuição da bolsa e definição do seu valor

Como até aqui, a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior sustenta-se numa dupla perspetiva: a **perspetiva do desempenho académico** e **perspetiva da economia familiar (à qual se associa a perspetiva social)**.

Analisada cada uma destas perspetivas afere-se que as diferenças encontradas entre os dois sistemas, o substituído aprovado para 2011-2012 e o que passou a vigorar a partir de 2012-2013, não são estruturais. Complementarmente à norma existente apenas foram introduzidas novas alíneas.

Assim, no quadro comparativo dos dois sistemas resulta:

1.3.1 - A perspetiva do desempenho académico

Em 2012-2013 mantém-se o nível da exigência de aproveitamento escolar do estudante que pretende beneficiar de bolsa de estudo.

Para além das condições mínimas de aproveitamento escolar fixadas no anterior regulamento, a aprovação a, pelo menos, 60% dos ECTS se o estudante esteve inscrito a 60 ou mais ECTS, ou 36 ECTS se esteve inscrito entre 36 a 59 ECTS, o presente regulamento impõe outro critério mínimo de aprovação escolar, que é a totalidade dos créditos para aqueles alunos que estiveram inscritos a menos de 36 ECTS.

O presente regulamento introduz uma alteração no que concerne ao apuramento do aproveitamento escolar, no que respeita ao n.º máximo de inscrições permitidas para poder concluir o curso e beneficiar de bolsa de estudos, acautelando a situação dos trabalhadores-estudantes que passam a beneficiar no cálculo de mais uma unidade.

1.3.2- A perspetiva da economia familiar

O limiar de capitação do agregado familiar a partir do qual se impede a atribuição de bolsa de estudo mantem-se inalterável face ao previsto no anterior regulamento. A expressão que determina esse limite não foi alterada.

1.3.2.1 - O Agregado familiar

O conceito de base de agregado familiar de estudante não sofre alteração mantendo-se a definição de “agregado familiar doméstico”.

1.3.2.2 - Rendimentos a considerar

O critério para o cálculo dos rendimentos do agregado familiar mantém-se nos termos definidos do anterior regulamento, próximo do critério fiscal e, por regra, considerados os rendimentos reportados ao ano civil anterior ao ano do requerimento.

A fórmula de cálculo do rendimento per capita do agregado familiar também não sofre alteração no atual regulamento.

1.3.2.3 - O cálculo da bolsa de estudo

O cálculo da bolsa de estudos mantém os critérios já definidos no anterior regulamento.

A bolsa de estudos varia, para além do valor do rendimento per capita, em função a dimensão do agregado familiar, beneficiando com esta medida os agregados familiares menos numerosos (unipessoais e constituído por 2 elementos, incluindo o estudante)

2 - Apoios sociais diretos: resultados

Na tabela seguinte pode observar-se a evolução, ao longo dos últimos anos letivos, do número de estudantes inscritos no IPP, do número de candidatos a benefícios sociais, de bolseiros e da bolsa média.

Tabela 5 – Dados evolutivos: 2004-2005 a 2012-2013

anos letivos	N.º de estudantes	N.º de candidatos iniciais	N.º de bolseiros	Encargos anuais com bolsas	Bolsa média anual	N.º candidatos/ n.º estudantes	N.º bolseiros/ n.º candidatos	variação % dos candidatos em cada ano, face a ano anterior
2004-2005	15 395	3 150	2 264	1.428.909,91 €	631,14 €	20%	72%	
2005-2006	15 044	3 147	2 264	1.770.646,69 €	782,09 €	21%	72%	-0,10%
2006-2007	14 988	3 517	2 566	2.884.161,32 €	1.123,99 €	23%	73%	11,76%
2007-2008	15 188	4 086	3 480	6.837.659,80 €	1.964,84 €	27%	85%	16,18%
2008-2009	14 591	5 201	3 699	5.583.566,10 €	1.509,48 €	36%	71%	27,29%
2009-2010	15 896	6 210	4 373	8.161.791,20 €	1.866,41 €	39%	70%	19,40%
2010-2011	17 121	6 043	3 894	6.560.230,55 €	1.684,70 €	35%	64%	-2,69%
2011-2012	17 883	5 927	3 298	5.911.734,18 €	1.792,52 €	33%	56%	-1,92%
2012-2013	17 756	5 449	3 501	4.452.191,64 €	1.271,69 €	31%	64%	-8,06%

(*) Dados provisórios, referenciados à data de 28-03-2013.

Do total de estudantes do IPP, 31% candidataram-se a apoio social direto (grosso modo, a bolsa de estudo) no presente ano letivo (2012-13), o que representa menos 2% do que a percentagem apurada no ano letivo anterior.

No que respeita ao número de candidatos, aos quais foi reconhecida bolsa de estudo, fixam-se nos 64% este ano letivo, dados provisórios mas próximos do que se estimam atingir no final do processo dado que, à data do seu apuramento, era residual o número de processos pendentes de análise, nomeadamente das reclamações apresentadas.

Comparativamente ao ano anterior, ano em que 56% dos candidatos receberam bolsa de estudo, a percentagem verificada à data de referência já permite concluir por um aumento do número de bolseiros em cerca de 8%.

No que respeita à bolsa média anual, o valor calculado à data de referência não é ainda conclusivo porque nessa data nem todos os bolseiros receberam os valores de bolsa, nomeadamente valores retroativos, mas parece apontar para a diminuição da bolsa média anual quando comparada com a apurada no ano letivo anterior.

Nos gráficos seguintes, apresentam-se os dados mais relevantes da tabela anteriormente apresentada.

Tabela 27 – Evolução do número de candidatos a bolsa de estudo: análise por Escola

	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13
ESE	42%	55%	49%	48%	47%	48%
ESMAE	17%	23%	33%	25%	22%	23%
ESEIG	35%	41%	47%	44%	40%	34%
ESTGF	43%	56%	61%	49%	46%	40%
ESTSP	41%	50%	53%	52%	51%	46%
ISCAP	26%	36%	40%	35%	33%	31%
ISEP	17%	24%	26%	23%	22%	20%

Figura 7 – Evolução do número de candidatos a bolsa de estudo: análise por Escola

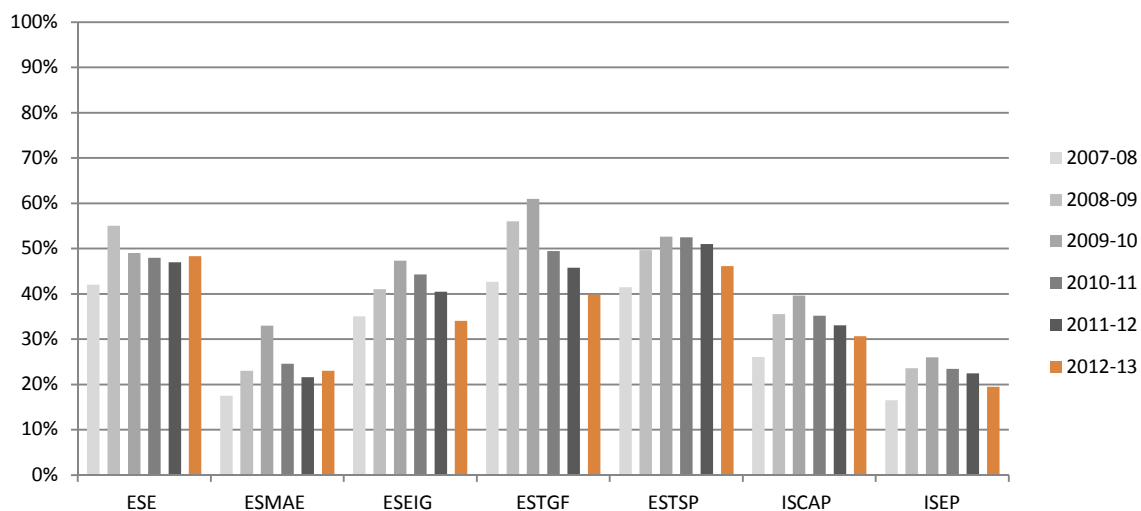


Figura 8 – Evolução do número de candidatos a bolsa de estudo: IPP

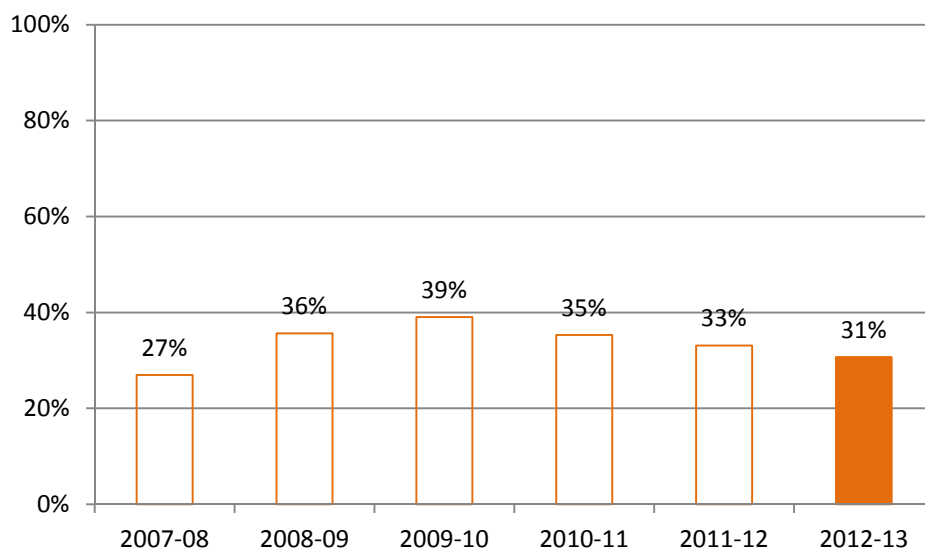


Figura 9 - Origem geográfica dos candidatos

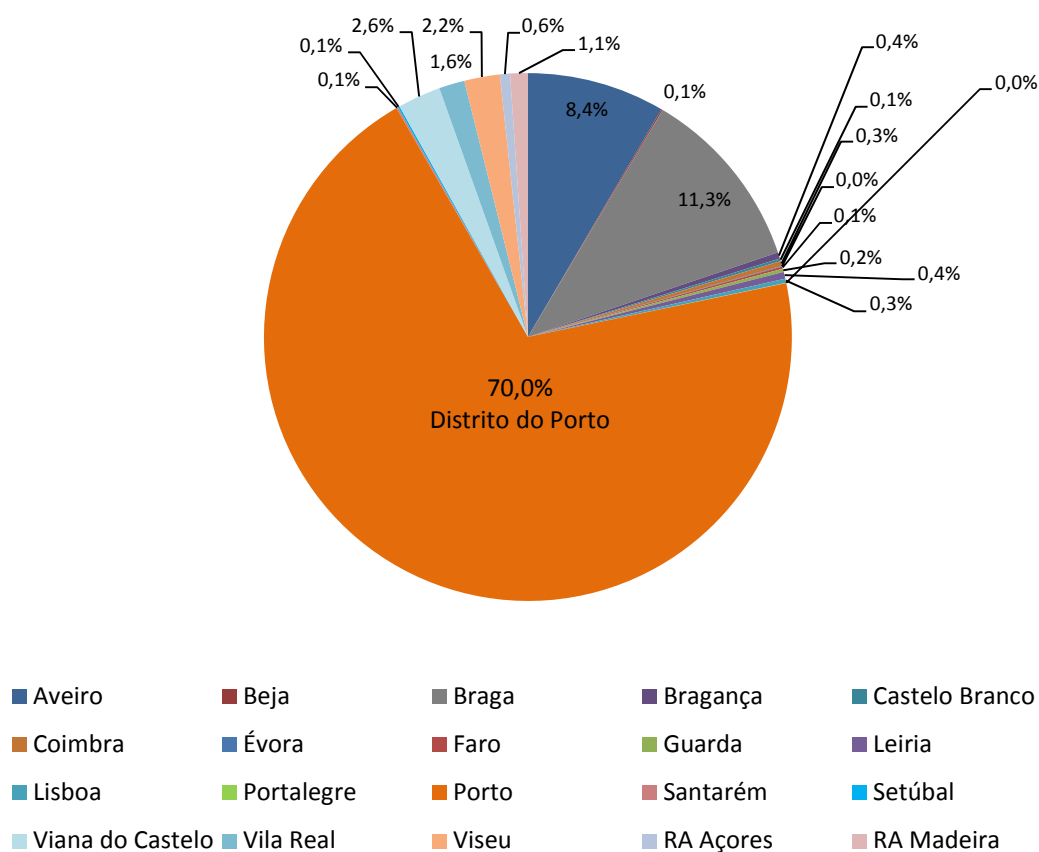


Tabela 28 – Percentagem de candidatos que são bolseiros: análise por Escola

	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11	2011-12	2012-13
ESE	89%	76%	78%	73%	56%	71%
ESMAE	82%	60%	61%	67%	54%	66%
ESEIG	89%	73%	71%	67%	50%	62%
ESTGF	89%	71%	66%	60%	46%	61%
ESTSP	91%	78%	83%	78%	61%	77%
ISCAP	82%	66%	61%	58%	40%	54%
ISEP	78%	69%	64%	57%	45%	61%

Figura 10 – Percentagem de candidatos que são bolseiros: análise por Escola

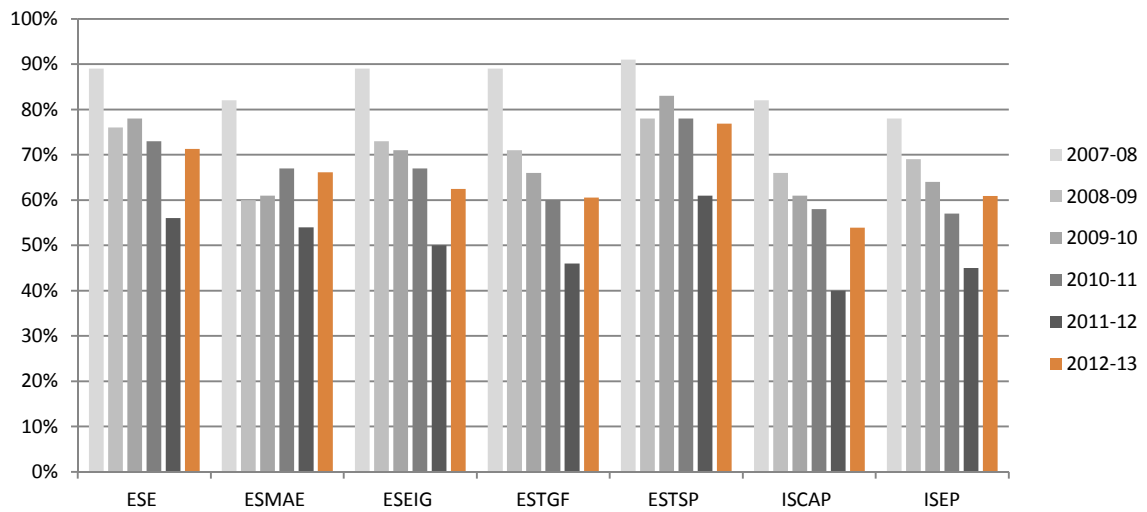


Figura 11 – Percentagem de candidatos que são bolseiros: IPP

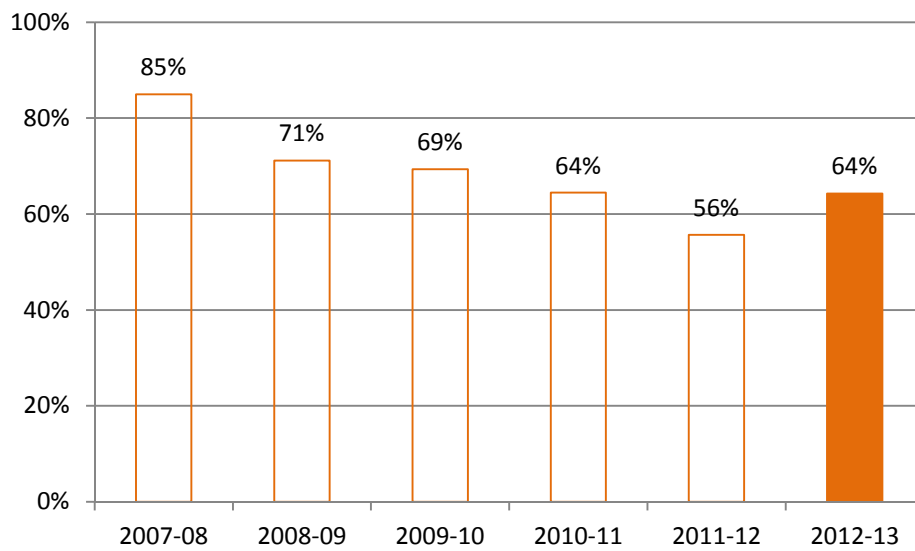


Figura 12 – Variação percentual dos candidatos em cada ano, face a ano anterior

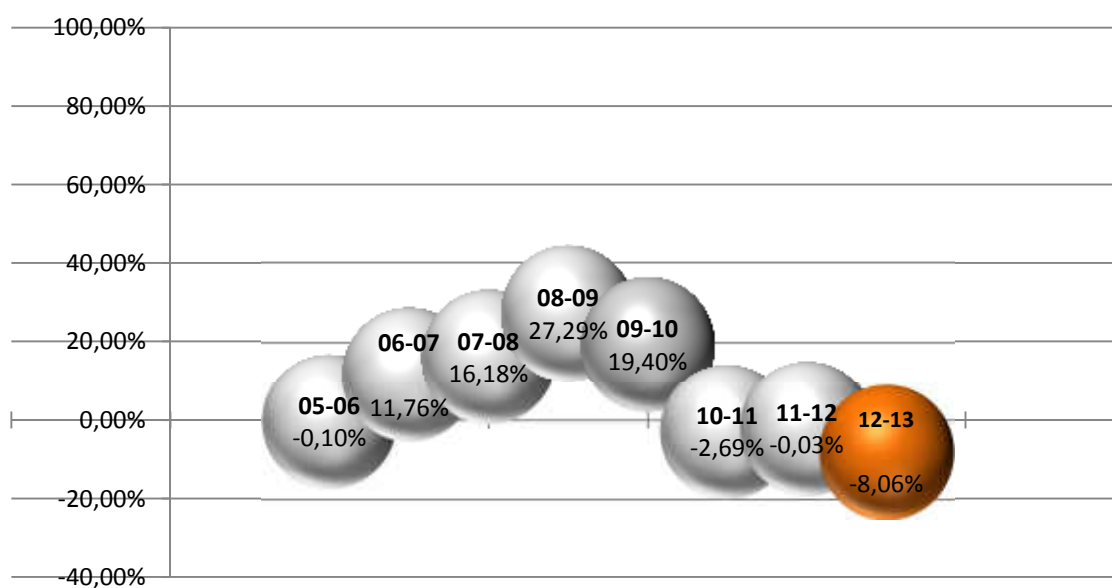


Figura 13 – Bolsa média anual (análise comparativa)

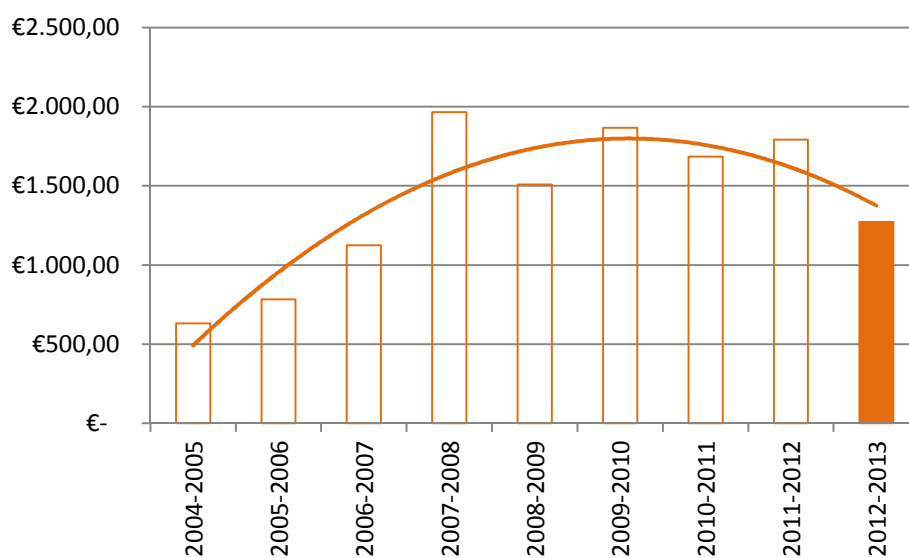


Tabela 29 – Dados evolutivos por escola: 2007-2008 a 2012-2013

ano	ESE					ESMAE					ESEIG					ESTGF					ESTSP					ISCAP					ISEP					IPP				
	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
2007-08	1447	607	541	42%	89%	589	303	84	17%	82%	1212	425	300	35%	89%	776	331	293	40%	89%	1769	734	668	41%	91%	3607	939	768	26%	82%	5788	957	746	17%	78%	15188	4096	3480	27%	85%
2008-09	1340	737	558	55%	76%	561	328	77	23%	60%	1065	437	319	41%	73%	882	494	352	56%	71%	1827	907	708	50%	78%	3257	1172	774	36%	66%	5619	1316	911	24%	69%	14551	5201	3659	36%	71%
2009-10	1652	814	634	49%	78%	551	384	113	33%	61%	1113	526	376	47%	71%	1117	681	450	61%	66%	2055	1068	903	53%	83%	3349	1329	806	40%	61%	6059	1582	1020	26%	64%	15096	4204	4203	39%	69%
2010-11	1831	791	574	48%	73%	729	375	120	25%	67%	1204	533	358	44%	67%	1333	659	394	49%	60%	2004	1052	816	52%	78%	3680	1394	754	35%	58%	6540	1535	878	23%	57%	17121	6043	3884	36%	64%
2011-12	1796	830	524	47%	63%	772	365	101	21%	61%	1362	539	298	40%	55%	1361	620	324	46%	52%	1113	1077	722	51%	67%	3699	1210	562	33%	46%	6820	1486	768	22%	52%	17883	5927	3299	33%	56%
2012-13	1725	833	594	48%	71%	835	392	127	23%	66%	1449	493	308	34%	62%	1260	502	304	40%	61%	1168	999	768	46%	77%	3742	1146	618	31%	54%	6579	1284	782	20%	61%	17756	5449	3501	31%	64%

1 - N.º estudantes 2 - N.º candidatos 3 - N.º bolseiros 4 - % estudantes que se candidatam 5 - % de candidatos que obtêm bolsa

A tendência de decréscimo das candidaturas verificado ao nível desagregado de cada escola converge com a encontrada para o IPP no seu todo. Apenas contraria esta tendência a ESE – Escola Superior de Educação e a ESMAE – Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, que apresentam para o presente ano letivo (2012-13), em termos percentuais e para aquela variável, uma percentagem de alunos ligeiramente superior face à verificada no ano letivo anterior (2010-11: ESE mais 1%; ESMAE mais 2%).

Nas demais escolas, o decréscimo de candidaturas situa-se entre os 2% e os 6%.

Do total de estudantes do IPP, candidataram-se a apoio social direto (grosso modo, a bolsa de estudo) 31% no presente ano letivo (2011-12), menos 2% do que no ano letivo anterior.

No que respeita ao número de candidatos, aos quais foi reconhecida bolsa de estudo, a tendência de crescimento é encontrada em todas as escolas do IPP, sem exceção. A este nível, o aumento de bolseiros situou-se entre os 12% e os 16%.

Este decréscimo é, em grande medida explicado, por um número de estudantes que recebeu bolsa de estudo em 2010-11 (cerca de 17%) ao abrigo do designado “regime transitório” (regime que assegurou aos bolseiros em 2009-10, candidatos em 2010-11, que face às novas regras de atribuição de bolsa de estudo eram inelegíveis, um valor de bolsa mínima).

Os registos seguintes apresentam alguns dados estatísticos relativamente aos resultados atingidos no processo de candidaturas do corrente ano letivo, que se reportam à data de 28-03-2012 e que ainda não são definitivos.

Estado da Candidatura	Número
Aceite	3335
Aguarda Dados	2
Aguarda Documentação	15
Em Análise	5
Reclamação Ativa-Motivo Rejeição Bolsa	5
Reclamação Resolvida-Bolsa Aceite	118
Reclamação Resolvida-Bolsa Rejeitada	133
Reclamação Resolvida-Montante Inalterado	29
Reclamação Resolvida-Montante Revisto	19
Rejeitada-Sistema - Condições de acesso	1788

Total: 5449

Sentido da decisão/ estado	Número
Candidaturas deferidas (1 + 6 + 8 + 9)	3501
Candidaturas indeferidas (7 + 10)	1921
Candidaturas por decidir, submetidas a partir de 22-03-2013 (2 + 4))	7
Candidaturas indeferidas, fase de reapreciação (reclamações/ recursos hierárquicos) (3 + 5)	20

Total: 5449

%
64,3%
35,3%
0,1%
0,4%

Motivo de Indeferimento	Quantidade	N.º	%
Agregado familiar sem a situação contributiva regularizada	106		
Agregado familiar sem a situação tributária e contributiva regularizada	16		
Agregado familiar sem a situação tributária regularizada	46		
Total de indeferimentos por dívidas		168	9%
Agregado familiar sem rendimentos ou cujas fontes rendimento não sejam perceptíveis	22	22	1%
Rendimento per capita do agregado familiar superior a 14 x IAS acrescido da propina máxima (1º ciclo)	575	575	30%
Património mobiliário superior a 240 x IAS	47	47	2%
Conclusão do curso fora do período estabelecido (estudante em regime de tempo integral)	35		
Conclusão do curso fora do período estabelecido - Mudança de curso	7		
Conclusão do curso fora do período estabelecido - trabalhador-estudante	1		
Conclusão do curso fora do período estabelecido - estudante em regime de tempo parcial	8		
Estudante inscrito a menos de 30 ECTS	42		
Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito	656		
Total de indeferimentos por falta de aproveitamento escolar		749	39%
Não matriculado em instituição de ensino superior e não inscrito num curso	34		
Titular de grau de mestre	1		
Titular do grau de licenciado	9		
Total de indeferimentos por outras razões académicas		44	2%
Instrução incompleta	309		
Não prestação das informações complementares dentro dos prazos	6	a)	
Total de indeferimentos por instrução incompleta		315	16%
Prestação de falsas declarações ou omissão de dados	5		
Cidadão de país terceiro sem autorização de residência permanente	16		
Outros motivos de indeferimento		21	1%
Total:		1941	100%

Constitui prática dos SAS.IPP implementar processos de controlo das decisões proferidas ao nível da atribuição de bolsas de estudo, aplicado por amostragem e cujos resultados se demonstram nas tabelas e figuras seguintes:

Tabela 30 – Resultados das visitas domiciliárias

Tipo de alteração	N.º	%
Bolsa cessou	1	3%
Bolsa aumentou	2	7%
Passou a ter bolsa	2	7%
Bolsa diminuiu	8	27%
Sem alteração	17	57%
Total	30	100%

Figura 14 - Resultados das visitas domiciliárias

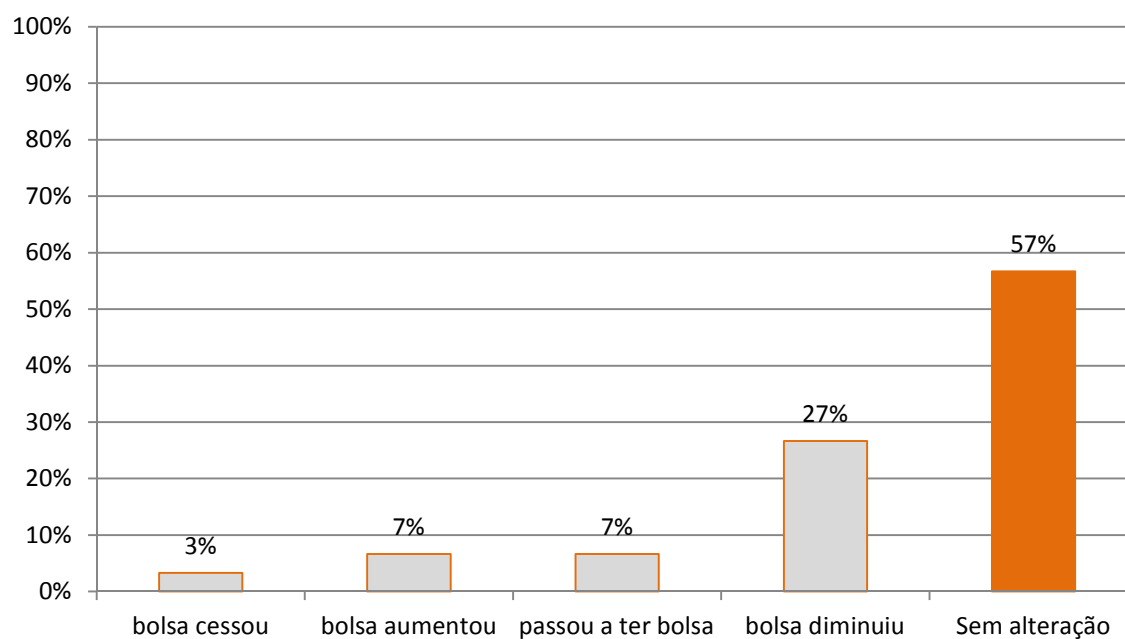
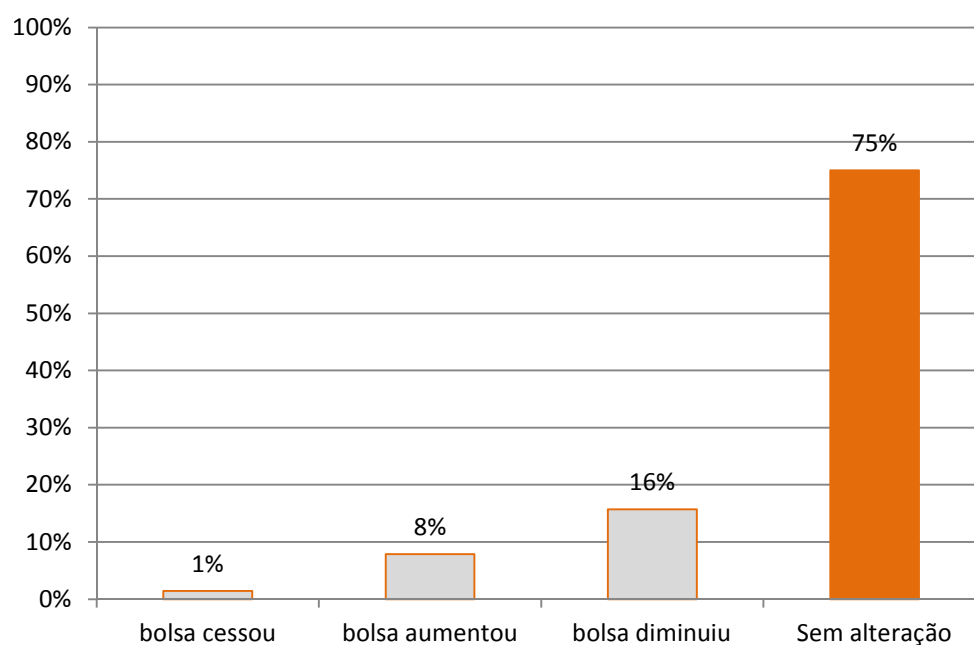


Tabela 31 – Resultados das verificações administrativas (com base em documentos) às declarações prestadas sob compromisso de honra pelos estudantes aos quais foi reconhecida bolsa de estudo

Tipo de alteração	N.º	%
Bolsa cessou	2	1%
Bolsa aumentou	11	8%
Bolsa diminuiu	22	16%
Sem alteração	105	75%
Total	140	100%

Figura 15 - Resultados das verificações administrativas



VII.

Alimentação e nutrição

*A ação social no ensino superior compreende, designadamente o
acesso à alimentação em cantinas e bares*

Artigo 4.º, n.º 2, alínea c) do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22
Ministério da Educação
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

VII. Alimentação e nutrição

1 – Enquadramento e caracterização das unidades alimentares

A área da Alimentação presta apoio à população estudantil do IPP nos seus diversos polos, nomeadamente através de sete unidades alimentares localizadas no Porto, Matosinhos, Vila Nova de Gaia, Vila do Conde/Póvoa e Felgueiras.

Durante o ano 2012 estiveram em funcionamento as seguintes unidades alimentares:

1.1 - Designação das Unidades Alimentares

Escola	Designação das Unidades Alimentares
ISEP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP)
ISCAP	Cantina e Bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP)
ESE	Cantina da Escola Superior de Educação, com serviço interno de Bar (Porto) (ESE)
ESMAE	Cantina e Bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (Porto) (ESMAE)
ESEIG	Cantina e Bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (Vila do Conde) (ESEIG)
ESTGF	Cantina e Bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras (ESTGF)
ESTSP	Snack-bar e Cafeteria da Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Porto (ESTSP)

1.2 - Localização das unidades alimentares

Escola	Localização das unidades alimentares
ISEP	Rua Dr. António Bernardino de Almeida, 431 - 4200-072 - Porto
ISCAP	Rua Jaime Lopes Amorim, s/n - 4465-004 - S. Mamede de Infesta - Matosinhos
ESE	Rua Roberto Frias, 602 - 4200-465 - Porto
ESMAE	Rua da Alegria, 503 - 4000-045 – Porto
ESEIG	Rua D. Sancho I, 981 - 4480-876 - Vila do Conde
ESTGF	Rua do Curral - Casa do Curral - Margaride - 4610-156 - Felgueiras
ESTSP	Rua Valente Perfeito, 322 - 4400-330 - Vila Nova de Gaia

1.3 - Regime de funcionamento

Unidade alimentar	Regime de funcionamento
Cantina da Escola Superior de Educação (ESE)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina e snack bar da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo (ESMAE)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços
Cantina e snack-bar da Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTGF)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Cafetaria da Escola Superior de Tecnologias de Saúde (ESTSP)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras
Cantina do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Snack bar do Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAP)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras
Cantina do Instituto Superior de Engenharia (ISEP)	2.ª a 6.ª feira, com o serviço de almoços e jantares
Snack-bar da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG)	2.ª a 6.ª feira, com refeições ligeiras

Esta área tem como princípio fundamental o serviço de refeições subsidiadas nas cantinas, complementadas por um serviço de snack-bar ou cafetaria. Na ESTSP ainda não existe uma cantina, pelo que não é possível a oferta do serviço de refeições convencional (subsidiadas).

A área da Alimentação dos SAS.IPP pretende proporcionar serviços que vão de encontro aos padrões alimentares normalmente aceites para as faixas etárias abrangidas, sem deixar de corresponder às expectativas e satisfação dos seus utentes, apesar da política de preços mais baixa dificultar esse objetivo. Toda a atividade assenta na melhoria contínua de qualidade dos serviços e das refeições, objeto de auditorias externas.

2 – Modelo de gestão

As sete unidades alimentares funcionaram durante o ano de 2012 sob o modelo de gestão de concessão de serviço público, passando o concessionário contratado para o efeito a explorar diretamente as unidades alimentares (cantinas e snack-bares), sob a condição de venda das refeições nas cantinas aos preços sociais acordados (código de

exploração), pagando mensalmente aos SAS.IPP uma contrapartida financeira pela exploração daquelas unidades.

Este contrato vigorou durante todo o ano de 2012, na sequência de um concurso realizado no final de 2011 e por deliberação do Conselho de Gestão e parecer favorável do Conselho de Ação Social (CAS), à adjudicação da concessão da exploração de todas as unidades alimentares do IPP, a um único concessionário.

GiCANT (Gestão integrada de cantinas)

Em 2010 os SAS.IPP promoveram o desenvolvimento deste projeto, em articulação com a Divisão de Sistemas e Infraestruturas de Informação e Comunicação do IPP, visando a introdução de um sistema mais eficaz e eficiente de marcação e pagamento de refeições.

Para além do desenvolvimento do *software*, este projeto envolveu a aquisição de diverso equipamento, referido no quadro a seguir, bem como pequenas obras de adaptação de ligações à rede informática de cada Escola, num investimento total em 2011 de cerca de 47.000€.

Especificidades de funcionamento do GiCANT

O GiCANT permite simplificar o processo de marcação e pagamento de refeições nas unidades alimentares, uma vez que se trata de um sistema muito simples e prático, que apenas pressupõe:

- A posse do cartão de identificação, emitido sob a responsabilidade da sua Escola ou Serviço;
- Ter as credenciais de acesso ao portal académico;
- Ter uma conta-corrente carregada.

Para funcionamento e carregamento da conta corrente, neste sistema, o utente apenas tem que aceder ao GiCANT através de <http://gicant.SAS.IPP.pt>, autenticar-se com as suas credenciais, aceder ao menu <Conta-corrente> e escolher um valor para carregar a sua conta-corrente (mínimo de 10€) para gerar a partir daí uma Referência Multibanco. Após este passo, terá que se dirigir a uma Caixa Multibanco e proceda ao pagamento na opção “Pagamentos e outros serviços” – “pagamento de serviços/compras” – Entidade,

Referência e Valor que obteve no GICANT”. O carregamento ficará disponível na sua conta corrente, em regra, dois dias após o pagamento.

A marcação das refeições funciona também de uma forma muito simples e intuitiva. Para tal o utente tem que aceder ao GICANT, tal como mencionado no parágrafo anterior e, após carregar a conta-corrente, no menu <Refeições> selecionar a opção <Marcar refeição>, podendo marcar uma só refeição (escolher a ementa) ou várias (almoço e jantar) até ao máximo de 7 dias consecutivos. As refeições marcadas ficam em “reserva” que só se confirma se não forem anuladas até às 10,30h ou 18h de cada dia, conforme se trata de almoço ou jantar.

A validação da compra da refeição na linha de self-service da unidade alimentar, o utente apenas tem que passar o seu cartão pelo leitor e a operadora verificar a regularidade da reserva.

Apesar de ter sido sentida alguma resistência inicial na mudança no sistema de marcação de refeições que o sistema GiCANT trouxe, este sistema revelou ser uma mais valia na gestão das unidades alimentares, uma vez que o sistema anterior representava uma fonte constante de problemas e constrangimentos para os utentes e para os serviços.

3 – Garantia do preço de refeição social no âmbito do modelo de gestão

O preço mínimo da refeição social é determinado pelo Despacho do Ministro da Ciência e do Ensino Superior, n.º 22.434/2002 (2ª Série) de 1 de Outubro, com atualização no início de cada ano letivo.

Da aplicação deste Despacho resulta que estudantes que frequentam o 1º e 2º ciclo, independentemente da sua situação socioeconómica, pagam o preço tabelado de menor valor que é determinado segundo aplicação do Despacho referido, correspondendo, por princípio, a 0,5% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, em vigor no início de cada ano letivo.

Não obstante o limiar máximo possível se fixar nos 2,43€ por refeição social no ano de 2012, foram garantidos os preços que a seguir se referem, determinados de acordo com

uma atualização gradual, aprovada pelo Conselho de Gestão e validado pelo Conselho de Ação Social:

- 2,30€ - janeiro a julho de 2012.
- 2,35€ - setembro de 2012 a julho de 2013.
- 2,40€ - setembro de 2013 a julho de 2014.

A garantia daqueles preços no ano em apreço permitiu que o IPP fosse a Instituição de Ensino Superior Público com o mais preço de refeição social praticado, com vantagens inegáveis para os seus estudantes, particularmente os mais carenciados.

No que respeita aos preços a aplicar aos funcionários e docentes da Instituição, determinava a Portaria n.º 376/2009, de 06 de março, que atualiza o preço das refeições a fornecer aos trabalhadores da administração pública, que aquele preço seria fixado em € 3,80, incluindo o imposto sobre o valor acrescentado. Não obstante, o preço praticado ao longo daquele ano foi de 3,50€, inferior ao limiar máximo previsto.

Tabela 32 – Universo de potenciais utilizadores das unidades alimentares

	SERV. PRESIDENCIA E SAS	ESE	ESMAE	ESEIG	ISCAP	ISEP	ESTGF	ESTSP	Total
Total de estudantes		1.725	835	1.449	3.742	6.579	1.260	2.166	17.756
Total de trabalhadores	81	200	186	119	294	554	100	307	1.841
População alvo total	81	1.925	1.021	1.568	4.036	7.133	1.360	2.473	19.597

4 – Número de refeições servidas

4.1 – Análise evolutiva, agregada, das refeições anuais servidas nas unidades alimentares do tipo cantina

A tabela e figura seguintes pretendem demonstrar a evolução anual do número de refeições servidas nas unidades alimentares do IPP, do tipo cantina.

Através deles, é possível visualizar de uma forma comparativa a atividade das várias unidades ao longo dos anos, assim como a sua expressão financeira. De notar um ligeiro aumento de refeições servidas, contrariando de uma forma geral a verificada desde 2009.

Tabela 33 – Evolução do número de refeições servidas nas unidades alimentares do tipo cantina

Unidade alimentar Escola	2 007	2 008	2 009	2 010	2 011	2 012
ESE	29 614	27 478	35 850	33 675	29 978	38 281
ESMAE	21 397	18 735	15 417	14 606	18 420	19 608
ESEIG	30 189	27 699	30 143	28 485	27 547	23 091
ESTGF	11 851	20 276	18 862	18 007	18 537	16 789
ESTSP	---	---	---	---	---	22 241
ISCAP	31 087	30 351	29 723	25 112	23 307	26 207
ISEP	111 819	125 598	104 310	102 835	93 032	91 541
IPP	235 957	250 137	234 305	222 720	210 821	237 758

Figura 16 – Evolução do número de refeições servidas nas unidades alimentares do tipo cantina

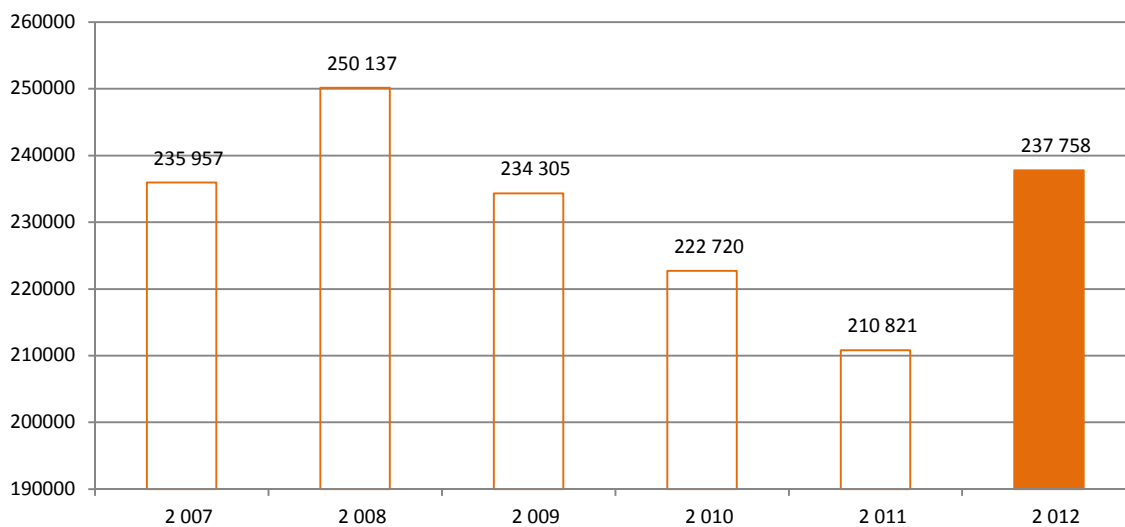
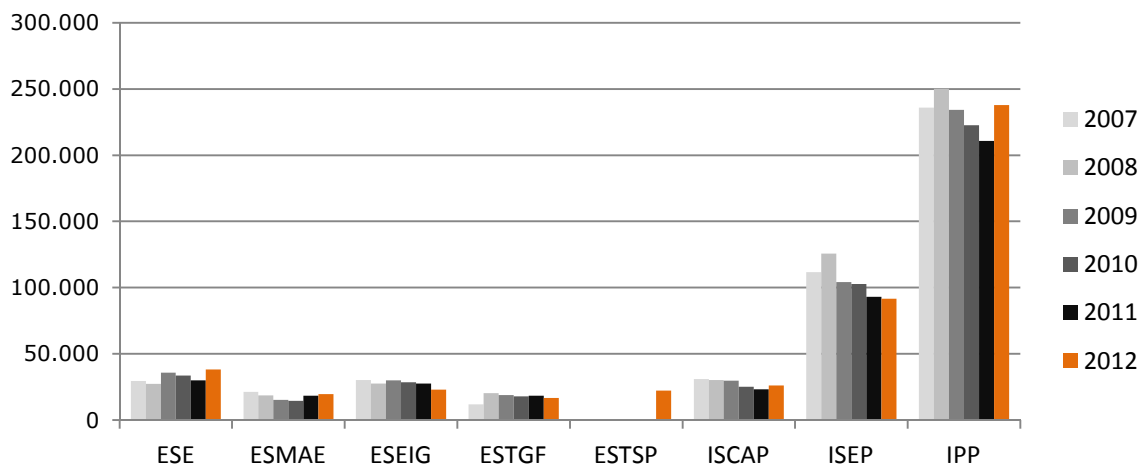


Figura 17 – Evolução do número de refeições servidas por unidade alimentar



4.2 – Análise desagregada das refeições servidas em 2012, por unidades alimentar do tipo cantina

ESE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	4.342	1.516	6.235	4.035	4.497	3.305	1.459		1.366	4.717	4.040	2.769	38.281	174
Funcionamento (dias)	17	21	22	19	22	20	22		20	21	21	15	220	

ESMAE	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.866	1.248	2.584	1.837	2.231	2.187	1.116		320	2.376	2.223	1.620	19.608	88
Funcionamento (dias)	21	21	22	19	22	20	22		20	21	21	15	224	

ESEIG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	2.534	1.118	3.599	1.955	2.219	1.600	458		955	3.782	3.068	1.803	23.091	104
Funcionamento (dias)	21	21	22	19	22	19	22		20	21	21	15	223	

ESTGF	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	1.354	690	2.638	1.925	2.286	1.094	308		501	2.699	2.149	1.145	16.789	75
Funcionamento (dias)	21	21	22	19	22	20	22		20	21	21	15	224	

ESTSP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	3.443	2.685	2.640	1.638	1.747	1.447	511	73	741	3.148	2.712	1.456	22.241	78
Funcionamento (dias)	25	25	27	22	26	22	26	22	25	25	25	15	285	

ISCAP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	2.587	1.818	4.861	3.718	2.725	1.909	490		1.230	3.316	2.494	1.059	26.207	118
Funcionamento (dias)	20	21	22	19	22	19	22		20	21	21	15	222	

ISEP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AG	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA/ DIA
Refeições servidas	9.305	6.081	12.935	7.836	7.322	7.280	3.362		6.967	14.054	10.028	6.371	91.541	409
Funcionamento (dias)	21	21	22	19	22	20	22		20	21	21	15	224	

5 – Avaliação das condições de qualidade e funcionamento das unidades alimentares

«Os serviços de ação social devem fazer uma avaliação global periódica das condições de qualidade de funcionamento das unidades alimentares, por forma a assegurar as condições de higiene, equilíbrio dietético das ementas, custos, tempo e forma de atendimento dos estudantes».

Artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22/01

Os SAS.IPP realizaram em 2012 ações de avaliação à satisfação dos utentes das unidades alimentares sob a sua gestão, recorrendo à aplicação de inquéritos por questionário e à aplicação do método de cliente mistério em todas as unidades alimentares do tipo cantina.

O inquérito por questionário, caracterizado por ser uma técnica de observação não participante, foi constituído por um conjunto de itens, estruturados em perguntas, às quais os entrevistados interessados puderam responder de maneira específica, escolhendo, na generalidade de entre um conjunto limitado e pré determinado de respostas.

Os itens avaliados foram as instalações, as refeições e o atendimento, de acordo com a escala de 1 (Muito Insatisfeito) a 5 (Muito satisfeito). Em caso de não ter opinião sobre a questão, o inquerido respondeu com a opção SO ou sem opinião.

No total foram inquiridos 315 utilizadores das unidades alimentares.

Os resultados são representados, sob a forma agregada, através das figuras seguintes.

Figura 18 – Distribuição dos inquiridos por idades

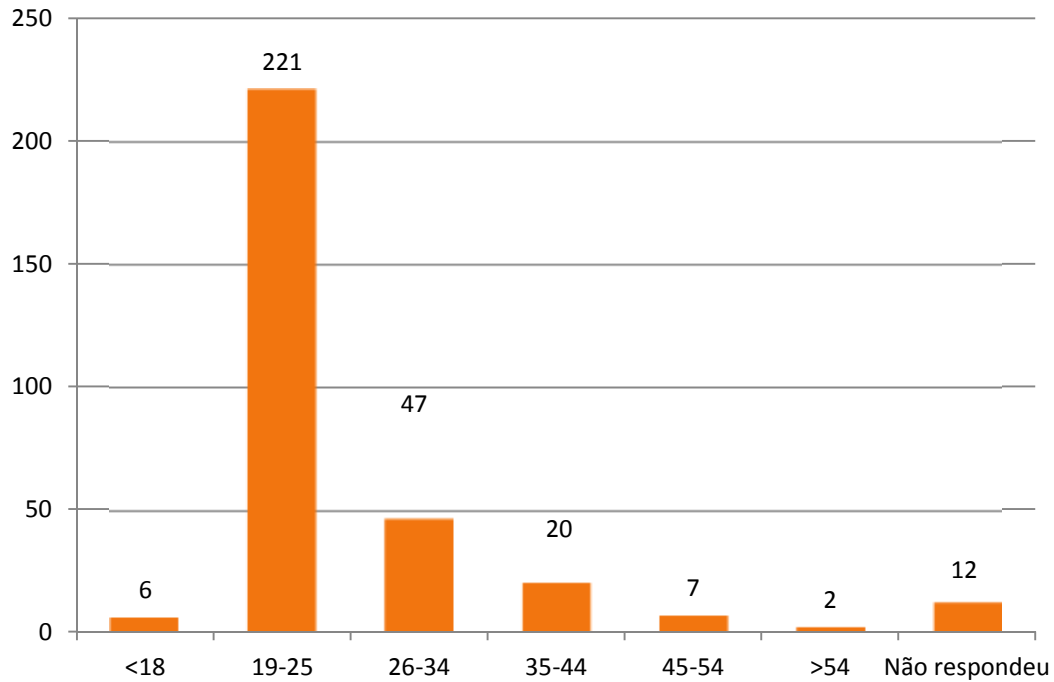


Figura 19 – Distribuição dos inquiridos por sexo

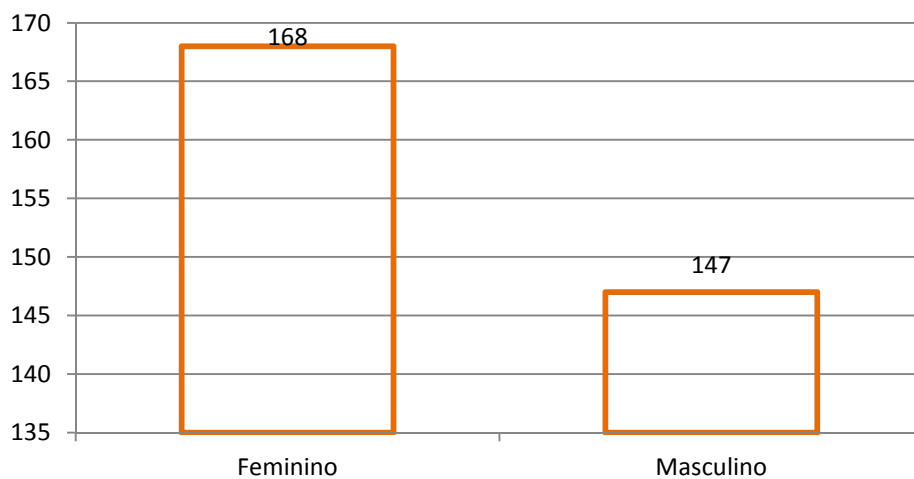


Figura 20 – Distribuição dos inquiridos por função institucional ocupada

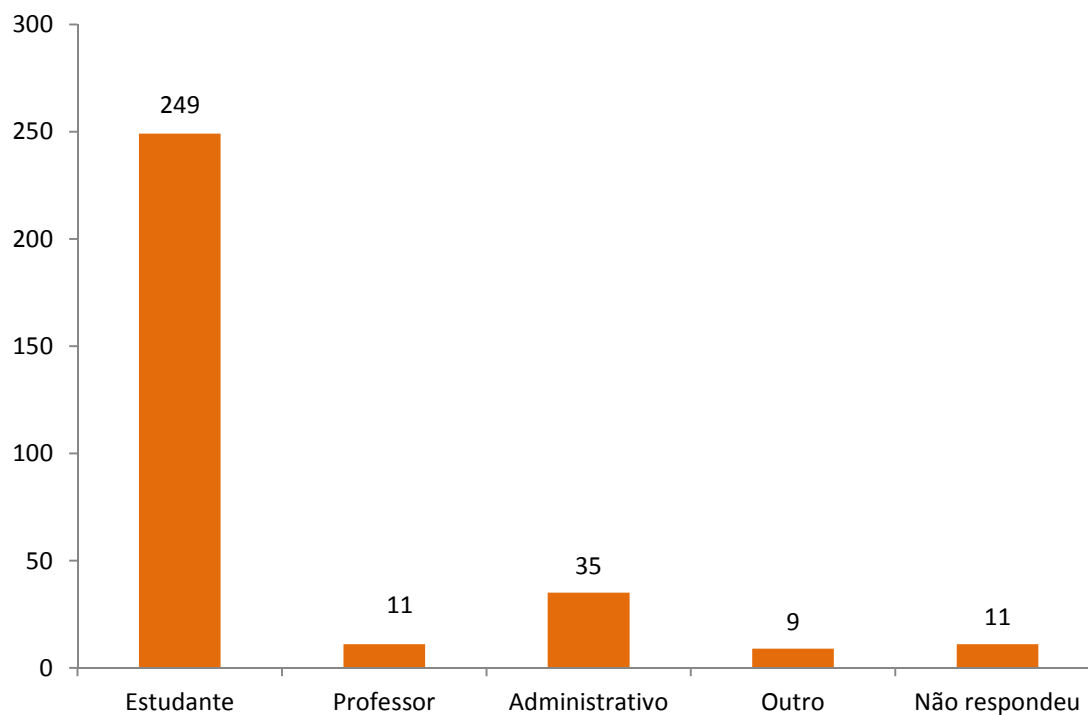


Figura 21 – Avaliação do espaço de refeitório

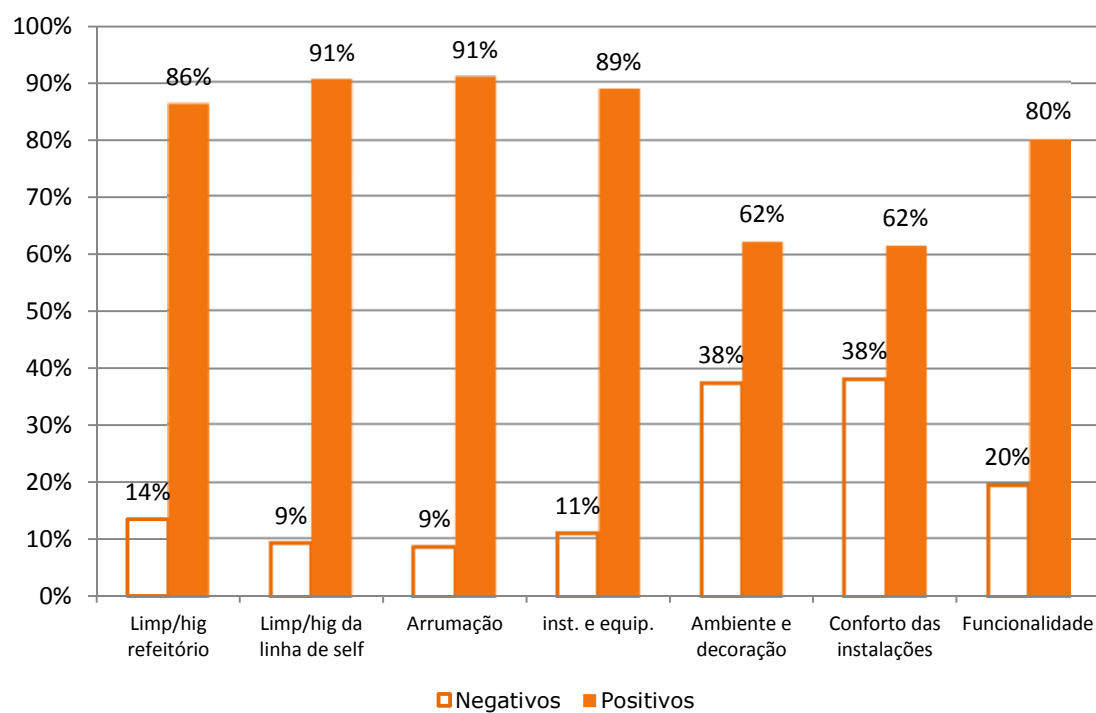


Figura 22 – Frequência do consumo de refeições

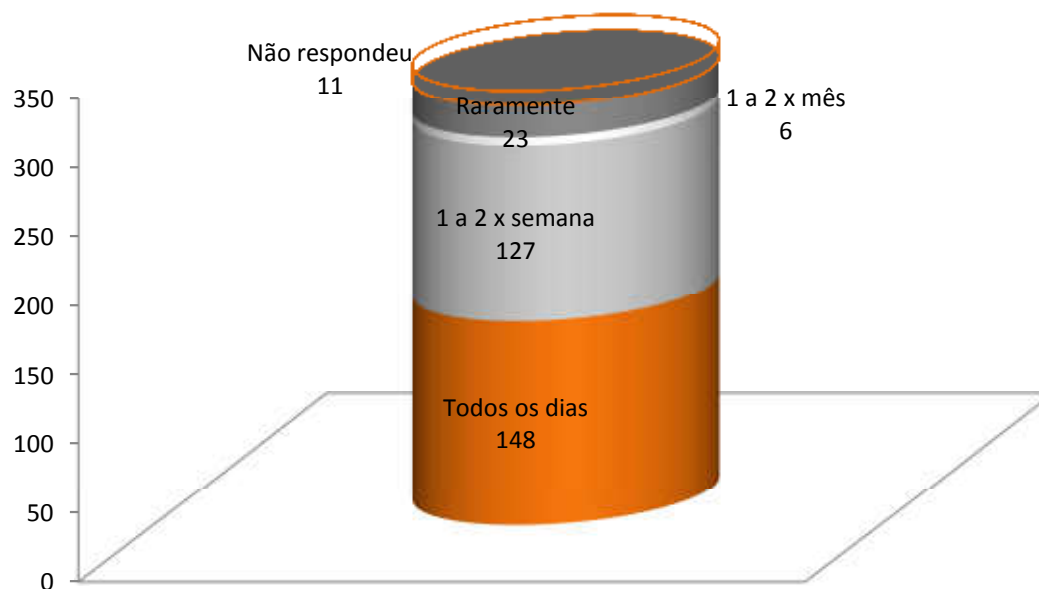


Figura 24 – Avaliação dos produtos alimentares consumidos

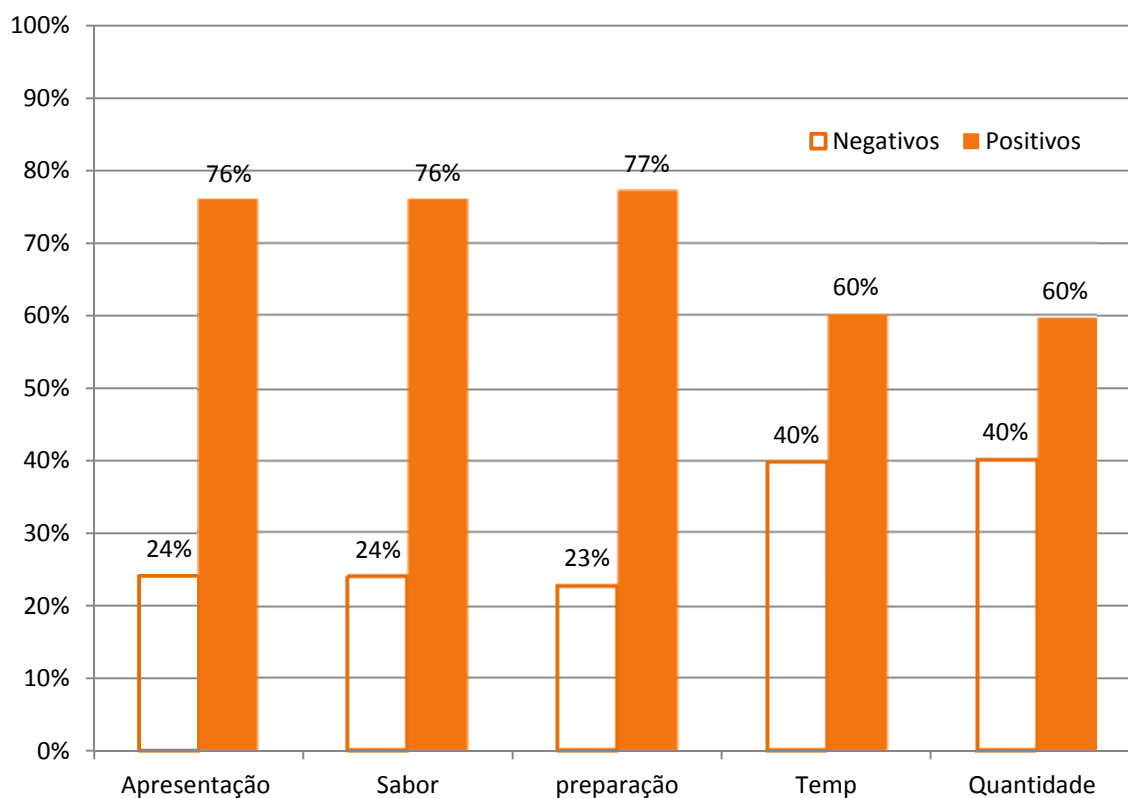


Figura 23 – Avaliação do serviço

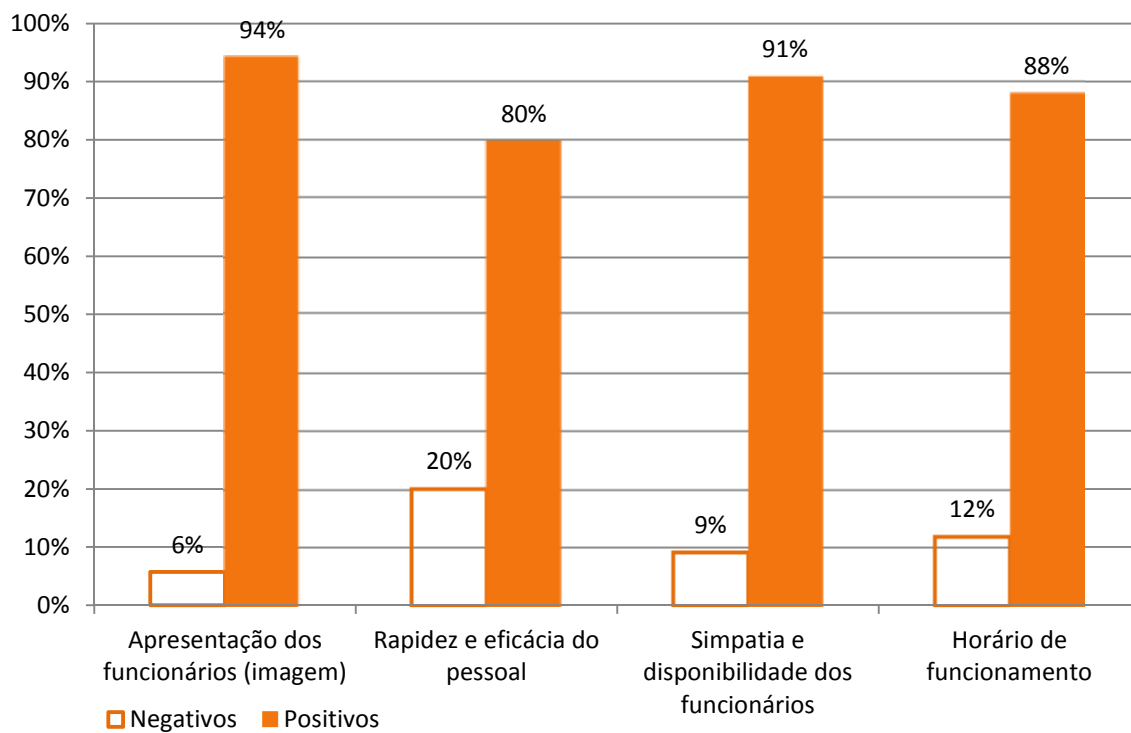


Figura 25 – Avaliação da ementa

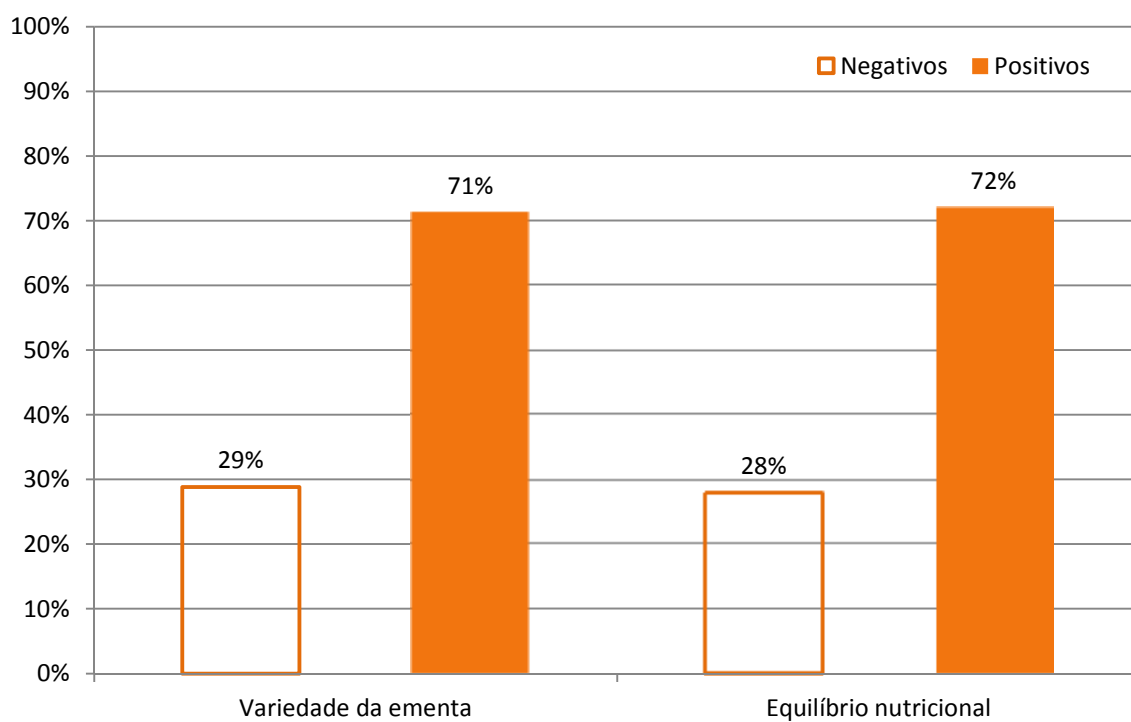
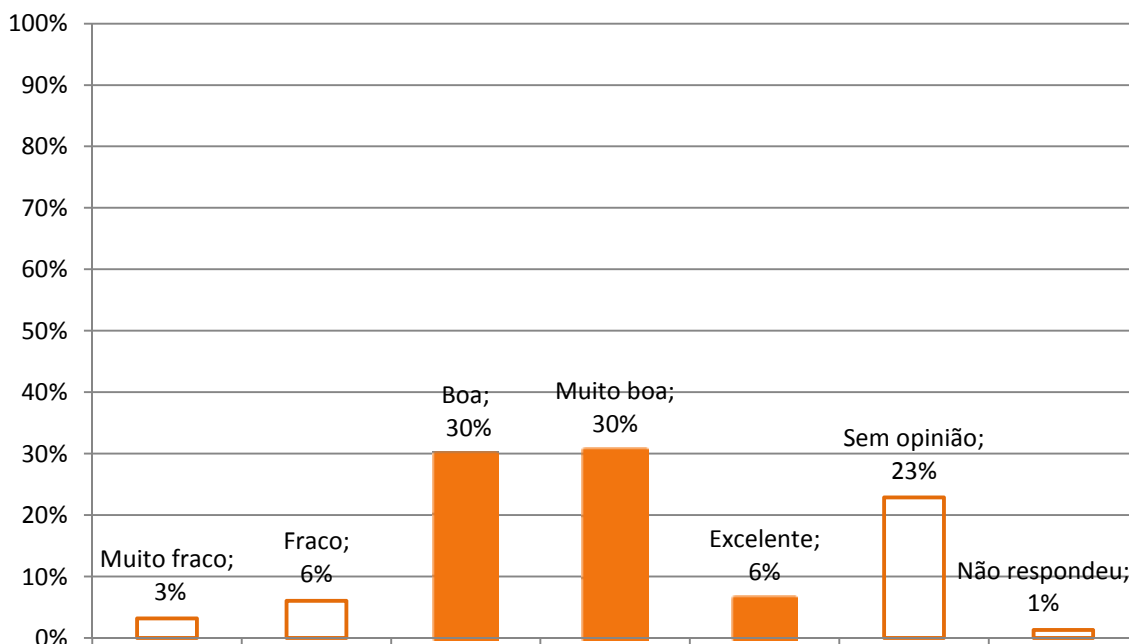


Figura 26 – Avaliação geral do serviço



6 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2012 nas unidades alimentares

6.1 - Cantina na ESE, no Porto

As intervenções realizadas durante do ano 2012 nesta unidade alimentar, totalizaram cerca de 26.000,00€ e constaram de melhorias no espaço em termos de ar interior e de comportamento acústico, assim como da aquisição de equipamento identificado como necessário ao bom funcionamento do serviço prestado.

Para melhoria do comportamento acústico da sala de refeições da unidade alimentar, procedeu-se à instalação de painéis absorvente no teto, de forma a minimizar a reflexão dos sons. Foi ainda instalado um sistema de renovação de ar, constituído por um conjunto de grelhas que permitem a admissão de ar e outras a sua extração, garantindo assim a renovação de ar interior e qualidade salubre de mesmo.



Foto 1 – Painéis acústicos nos teto da sala de refeições da unidade alimentar da ESE



Foto 2 – Sistema de ventilação da sala de refeições da unidade alimentar da ESE

6.2 - Cantina e Snack-bar no ISEP, no Porto

A cantina do ISEP sofreu obras de beneficiação muito importantes nos anos de 2007 e 2008, de modo a garantir as condições adequadas em matéria de segurança alimentar sanitária e cumprimento dos regulamentos em vigor na área da alimentação coletiva.

Em 2010 procedeu-se ao melhoramento da linha de self, que se dividiu em duas, para garantir uma melhor fluidez do serviço, uma vez que a procura nesta unidade é elevada.

O investimento nesta unidade alimentar, no ano 2012, foi cerca de 15.000€, tendo constado de intervenções correntes de manutenção e aquisição de algum equipamento identificado como necessário para o bom funcionamento do serviço.

Foi elaborado um projeto com vista à remodelação das instalações elétricas desta unidade, o qual correspondeu a um investimento de 2.500€, já que estas instalações carecem de intervenção dada a idade avançada das mesmas.

6.3 - Cantina no ISCAP, em Matosinhos

Esta unidade é relativamente recente, pelo que apenas foi realizada uma intervenção de conservação, a qual constou da pintura da sala de refeições e de pequenas reparações de construção civil, num encargo total de cerca de 5.000€.



FOTO 3 – Aparência final da sala de refeições da unidade alimentar do ISCAP após pintura da mesma

6.4 - Cantina na ESMAE, no Porto

Esta unidade foi intervencionada em anos anteriores, no sentido de resolver problemas de cumprimento da regulamentação em vigor nesta área de atividade. Em 2012 apenas se realizaram pequenos trabalhos de manutenção de construção civil e de serralharias, num total de 200€.

6.5 - Cantina na ESEIG

A unidade alimentar da ESEIG é relativamente recente. Em 2012 apenas se realizaram pequenos trabalhos de manutenção de serralharias, num total de 3.000€.

6.6 - Cantina na ESTGF

Esta unidade foi totalmente remodelada em 2008, dado que não oferecia as condições mínimas da regulamentação em vigor.

6.7 - Cafeteria na ESTSP

Na ESTSP, como se referiu, não existe cantina. Por isso, atentas as necessidades dos estudantes, a Cafeteria evoluiu para o conceito de snack-bar, fornecendo refeições ligeiras. O maior volume de investimento nesta unidade foi realizado em 2008 e 2009 (equipamento novo).

Em 2012, por a sala de refeições se apresentar insuficiente face ao número de utentes que diariamente utilizam a unidade alimentar, foi construída e equipada uma sala modular no exterior da Escola para dar apoio à sala de refeições. O investimento total foi de 67.000€.

7 – Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das unidades alimentares do tipo cantinas

A evolução das receitas e despesas na área de alimentação estão representadas nas tabelas e imagens seguintes.

Tabela 34 – Evolução das receitas e despesas

Receitas/ despesas alimentação	2007	2008	2009	2010	2011	2012
RECEITA (TOTAL)	493.911,24	517.463,11	561.865,02	630.900,30	373.175,46	158.405,74
DESPESAS CORRENTES	1.013.014,06	1.056.296,35	865.331,45	765.749,55	452.594,25	95.017,29
DESPESA (TOTAL)	1.134.145,67	1.335.289,79	957.876,36	933.915,35	628.156,38	244.775,87
TAXA DE COBERTURA (s/ despesa total)	49%	49%	65%	82%	82%	65%
TAXA DE COBERTURA (s/ despesas correntes)	44%	39%	59%	68%	59%	167%

Figura 27 – Evolução das receitas e despesas

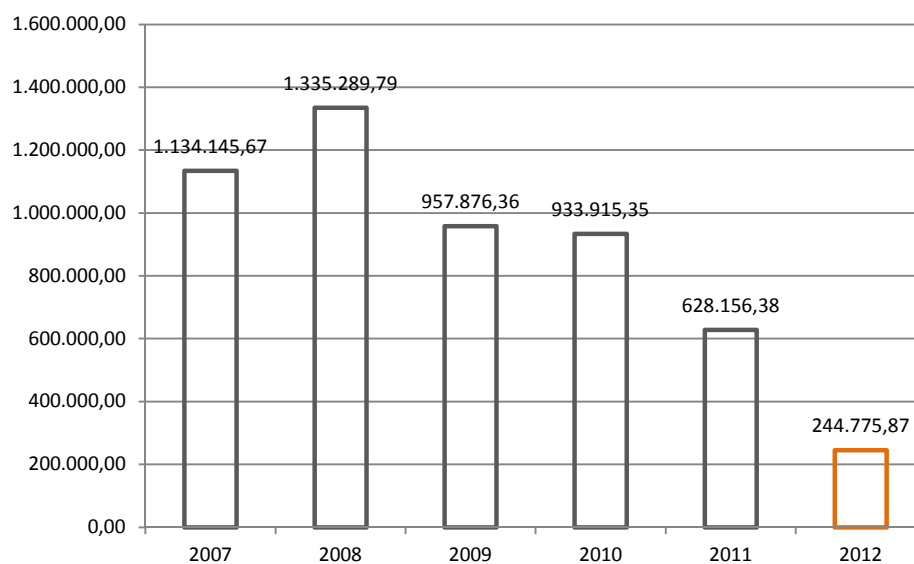


Figura 28 – Evolução da receita de alimentação

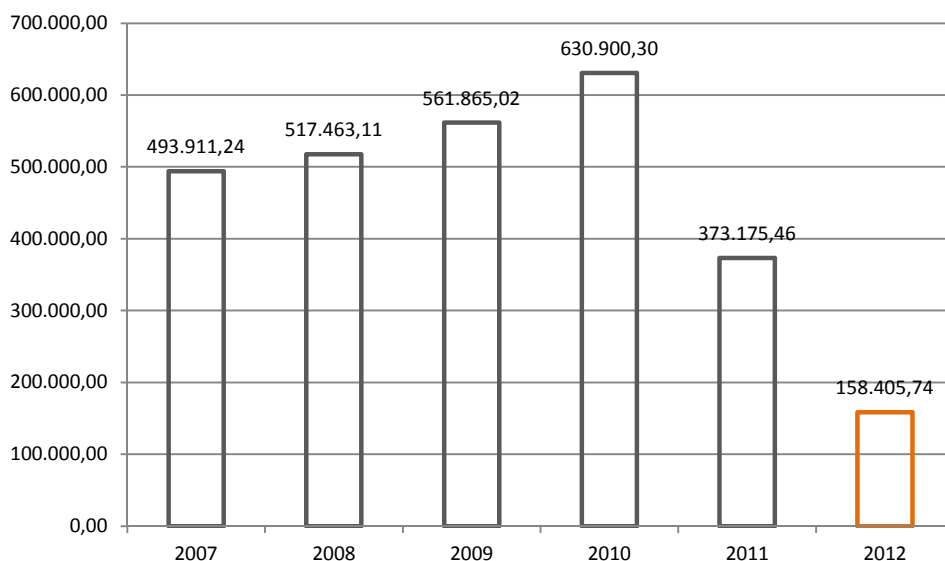


Figura 29 – Evolução das taxas de cobertura

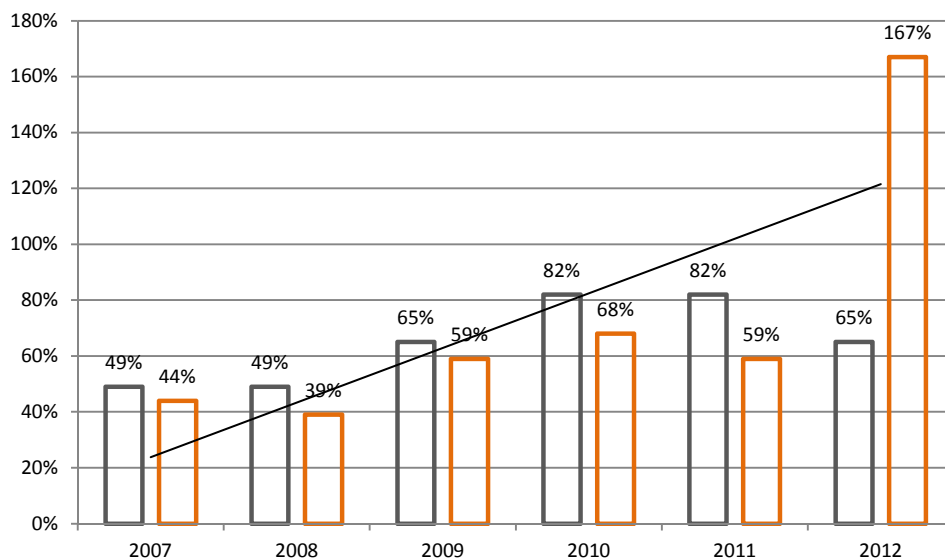


Tabela 35 – Receitas e despesas na área de alimentação no ano de 2012

Escola	DESPESAS CORRENTES PESSOAL (1)	DESPESAS CORRENTES OUTRAS (2)	TOTAL DESPESAS CORRENTES (3)	DESPESAS CAPITAL (4)	TOTAL DESPESAS (5) = 3 + 4	RECEITAS (6)	TX COBERTURA (7) = 6 : 5	TX COBERTURA (8) = 6 : 3
ESE	19.096,78	8.200,35	27.297,13	63.141,16	90.438,29	53.605,89	59%	196%
ESEIG	6.075,19	2.503,82	8.579,01	0,00	8.579,01	12.828,69	150%	150%
ESMAE	3.218,61	1.345,12	4.563,73	4.283,04	8.846,77	5.328,63	60%	117%
ISCAP	5.403,39	1.833,79	7.237,19	4.420,62	11.657,81	11.196,02	96%	155%
ISEP	21.347,06	20.134,55	41.481,61	12.587,10	54.068,71	45.875,83	85%	111%
ESTGF	3.755,47	978,31	4.733,79	0,00	4.733,79	8.029,23	170%	170%
ESTSP	389,97	734,87	1.124,84	65.326,66	66.451,50	21.541,45		
TOTAL	59.286,47	35.730,82	95.017,29	149.758,58	244.775,87	158.405,74	-	-

Figura 28 - Despesa na área de alimentação no ano de 2012

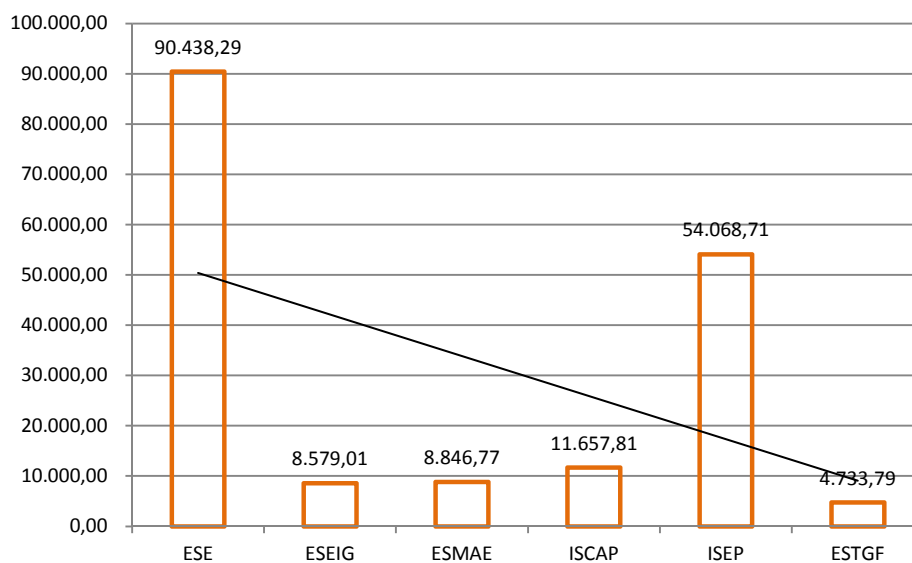


Figura 29 - Receita na área de alimentação no ano de 2012

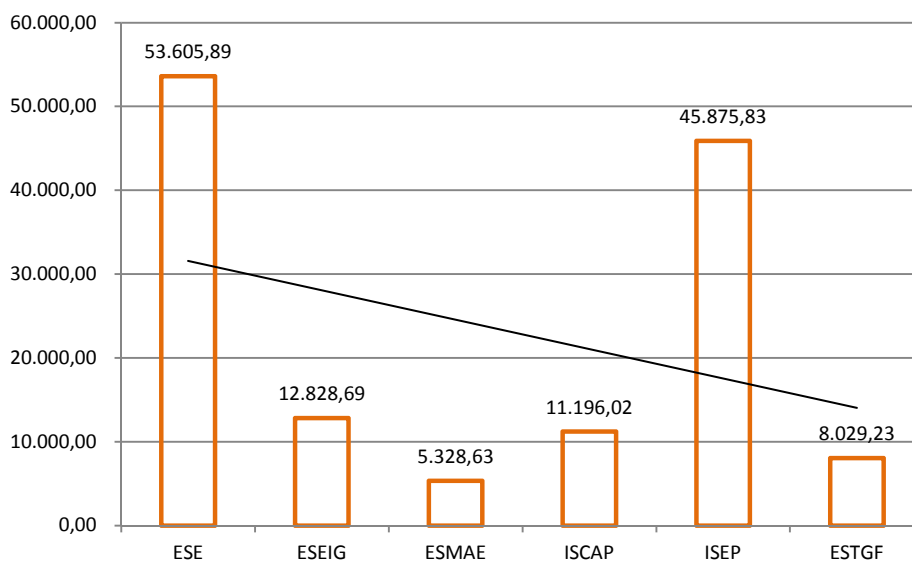
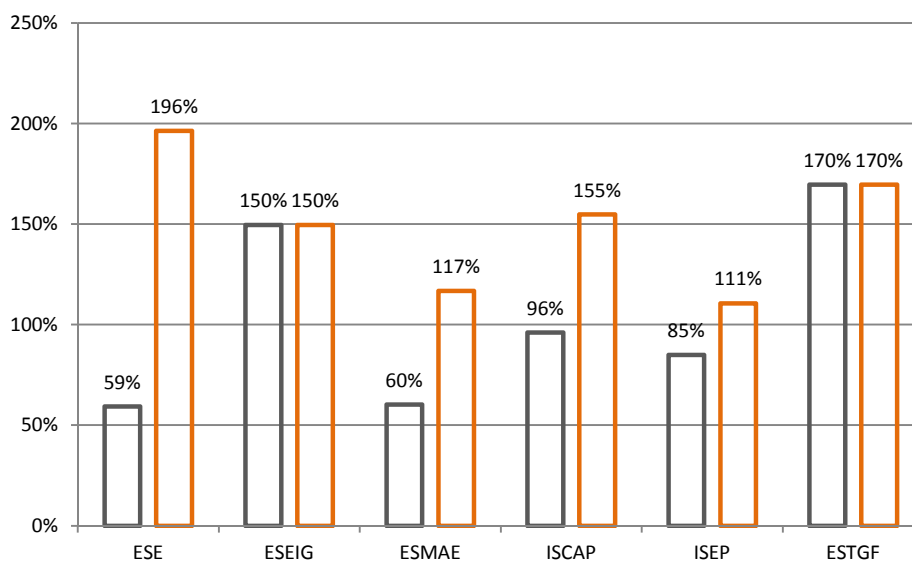


Figura 30 – Taxas de cobertura em 2012



VIII.

Alojamento

Os serviços de ação social devem promover o acesso dos alunos a condições de alojamento que propiciem um ambiente adequado ao estudo, designadamente através da criação de residências de estudantes

Artigo 20.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 129/93. D.R. n.º 94, Série I-A de 1993-04-22
Ministério da Educação
Estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

VIII. Alojamento

1 – Enquadramento

No âmbito dos objetivos que prosseguem, os SAS.IPP promovem o acolhimento aos estudantes que frequentam as escolas do IPP e os seus cursos superiores conferentes de grau ou curso tecnológico, que pelas suas condições socioeconómicas, pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo e necessitem, por isso, de alojamento para prosseguir os seus estudos.

Como se referirá a seguir, a oferta de alojamento é muito limitada, quando comparada com as demais instituições de ensino superior públicas.

Sem prejuízo dessa limitação, os SAS.IPP têm procurado qualificar os espaços de alojamento existentes, com melhor apetrechamento e mais funcionais, sem prejuízo dos esforços no sentido do aumento da oferta.

Todo o trabalho desenvolvido nesta área tem com objetivo facilitar o dia-a-dia do estudante e contribuir para o seu desenvolvimento e integração na comunidade académica.

Atualmente os SAS.IPP têm consciência que a oferta de alojamento é muito limitada, fruto de opções do passado agora difícil de corrigir. Nesse quadro, para além da construção da Residência de José Régio (a abrir em 2012), estão em curso estudos para a construção de uma nova residência no Porto e outra em Felgueiras, como se referirá a seguir.

Os SAS.IPP alojam, ainda nas residências, quando existem vagas, estudantes integrados em programas internacionais ou de intercâmbio institucional, quando abrangidos por protocolos celebrados entre o IPP e outras instituições ou participem em atividades promovidas pelo IPP e suas escolas, bem como visitantes.

VIII. Alojamento

Os Serviços de Ação Social do IPP dispõem de 7 residências com capacidade para acomodar 316 estudantes ou o equivalente a 1,8% dos seus estudantes (total de estudantes do IPP no ano letivo 2012-13 é de 17.756).

As residências destinam-se ao alojamento dos estudantes do IPP, tendo prioridade os bolsheiros abrangidos pelo sistema das bolsas de estudo que pela distância ou dificuldade de transporte não possam residir com o agregado familiar durante o ano letivo.

Em 2012 estiveram em pleno funcionamento seis das sete residências de estudantes, a seguir referenciadas.

1.1 - Designação das Unidades de alojamento

Cidade	Designação das Unidades de Alojamento
PORTO	Residência de Almeida Valente (AV)
PORTO	Residência da Azenha (AZ)
PORTO	Residência da Bainharia (BN)
PORTO	Residência de Coelho Neto (CN)
PORTO	Residência de Riobom (RB)
VILA CONDE	Residência José Régio (JR)
VILA CONDE	Residência de S. Roque (SR)

1.2 - Localização das unidades de alojamento

Residência	Localização das unidades de Alojamento
AV	Rua Coronel Almeida Valente, 330 - 4200-030 - PORTO
AZ	Rua da Azenha, 245/247 - 4200-113 - PORTO
BN	Travessa da Bainharia, 16 - 4050-081 - PORTO
CN	Rua Coelho Neto, 78 - 4000-176 - PORTO
RB	Av. Rodrigues de Freitas, 14 - 4300-455 - PORTO

JR Praça José Régio – 4480 – 718 - VILA DO CONDE

SR Rua do Lidador, 131 - 4480-791 – VILA DO CONDE

1.3 - Regime de funcionamento

Unidade de Alojamento	Regime de funcionamento
Residência de Almeida Valente (AV)	Setembro a julho
Residência da Azenha (AZ)	Setembro a julho
Residência da Bainharia (BN)	Setembro a julho
Residência da Bainharia (BN)	Setembro a julho
Residência de Coelho Neto (CN)	Setembro a julho
Residência de Riobom (RB)	Setembro a julho
Residência José Régio (JR)	Setembro a julho
Residência de S. Roque (SR)	Setembro a julho

1.4 – Principais características das unidades de alojamento

1.4.1 - Residência de Almeida Valente

Capacidade: 104 camas

Tipo: mista



Principais
características

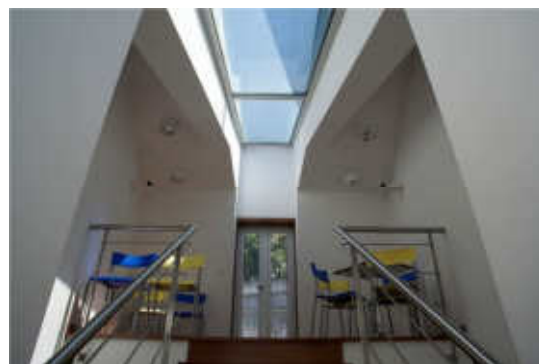
2 Quartos individuais para deficientes
49 Quartos duplos
1 Quarto quádruplo

2 Quartos para portadores de deficiência
WC privativo para cada 2 quartos
Aquecimento central
1 Cozinha em cada piso equipado com frigorífico, micro-ondas, fogão e tv
Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
Tábua e ferro de engomar
Sala de convívio equipada com plasma
Rede wireless em toda a residência
Sistema de vídeo vigilância
Vigilância e segurança humana 24 horas por dia

1.4.2 - Residência de Azenha

Capacidade: 42 camas

Tipo: feminina



Principais características

21 Quartos duplos distribuídos por 6 apartamentos
WC privativo
1 Cozinha por apartamento equipado com frigorífico, micro-ondas, fogão e tv
Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
Tábua e ferro de engomar
Sala de convívio equipada com tv
Rede wireless em toda a residência
Sistema de vídeo vigilância
Vigilância e segurança humana em período noturno

1.4.3 - Residência de Bainharia

Capacidade: 18 camas

Tipo: masculina



Principais características

- 6 quartos duplos
- 2 quartos triplos
- 1 quartos de banho por piso
- 1 cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão
- lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, tábua e ferro de engomar
- sala de convívio equipada com tv
- rede wireless em toda a residência
- Sistema de vídeo vigilância

1.4.4 - Residência de Coelho Neto

Capacidade: 19 camas

Tipo: mista



Principais

- 4 Quartos duplos
- 1 Quarto quádruplo

características

- 1 Quarto individual
- 2 Quartos de banho coletivos
- 1 Cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão
- Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
- Tábua e ferro de engomar
- Sala de convívio equipada com tv
- Rede wireless em toda a residência
- Sistema de vídeo vigilância

1.4.5 - Residência de Riobom

Localização: Avenida Rodrigues de Freitas n.º 14, Porto

Capacidade: 36 camas Tipo: mista



Principais características

- 8 Quartos duplos
- 6 Quartos triplos
- 2 Quartos de banho coletivos
- 2 Cozinhas equipadas com frigorífico, micro-ondas e fogão
- Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa,
- Tábua e ferro de engomar
- Sala de convívio equipada com tv
- Rede wireless em toda a residência
- Sistema de vídeo vigilância
- Vigilância e segurança humana em período noturno

1.4.6 - Residência de S. Roque

Capacidade: 40 camas

Tipo: mista



Principais características

- 11 Quartos duplos
- 6 Quartos triplos
- 2 Quartos de banho coletivos
- 1 Cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão
- Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa, Tábua e ferro de engomar
- Sala de convívio equipada com tv
- Rede wireless em toda a residência
- Sistema de vídeo vigilância
- Vigilância e segurança 24 horas por dia

1.7 - Residência de José Régio



Inaugurada a 04 de dezembro de 2012

Capacidade: 63 camas

Tipo: mista

Principais características

- 28 Quartos individuais, com espaço individual de estudo e WC
- 16 Quartos duplos, com espaço individual de estudo e WC
- 3 Quartos para deficientes, com espaço individual de estudo e WC
- 1 Cozinha equipada com frigorífico, micro-ondas e fogão por piso
- Lavandaria self-service equipada com máquinas de lavar e secar roupa por piso
- Tábua e ferro de engomar
- Sala de convívio equipada com tv por piso
- Rede wireless em toda a residência
- Sistema de vídeo vigilância
- Vigilância e segurança humana 24 horas por dia

2 – Modelo de gestão

As residências de estudantes estão sob a gestão direta dos SAS.IPP, implicando um grande esforço dado a exiguidade de recursos que dispõem.

Para minimizar esse aspeto, em 2012, tal como em anos anteriores, as atividades foram prosseguidas também com o apoio da estrutura de recursos humanos dos Serviços da Presidência, nomeadamente ao nível de atividades de manutenção ou ainda ao nível de atividades de acolhimento, integração e desenvolvimento pessoal dos residentes, através de iniciativas conjuntas promovidas com o gabinete de apoio ao estudante também pertence à estrutura orgânica daqueles serviços centrais.

Neste domínio, em 2012, foram prosseguidas as seguintes principais atividades:

- Verificação do cumprimento do regulamento por parte dos residentes nomeadamente através de visitas periódicas às residências de estudantes
- Reuniões com a comissão de estudantes residentes
- Reuniões gerais com todos os residentes
- Receção, análise, tratamento de candidaturas a alojamento e respetiva atribuição
- Participação em grupo de trabalho para o desenvolvimento de nova plataforma de gestão de pagamentos de alojamento através das transferências/depósitos bancárias
- Participação em grupo de trabalho para o desenvolvimento de nova plataforma de candidaturas a alojamento (Gires) e respetiva gestão
- Criação de procedimento para candidatura online
- Criação de Manual para Pagamento de Alojamento em Residências dos SAS.IPP para o GIRES
- Gestão da comunicação presencial, eletrónica e telefónica
- Emissão de declarações
- Atividades de controlo, nomeadamente: Verificação de contas bancárias; verificação de pagamentos através da SIBS; lançamento de prestações de

alojamento; controlo de receita de alojamento; notificações de dívidas; emissão de guias de receita para a contabilidade; devolução de caucões; controlo de atribuição de complemento de alojamento no SICABE.

GiRES - Sistema de integrado de residências

Os SAS.IPP, com a colaboração do Gabinete de Sistemas de Informação e Apoio à Decisão do Instituto Politécnico do Porto, implementaram um novo sistema de gestão do alojamento para estudantes do IPP.

Este projeto tem como principais objetivos:

- Permitir aos estudantes efetuar *online* a candidatura a alojamento;
- Facilitar a gestão e identificação dos pagamentos de alojamento pelos Serviços;
- Evitar o manuseamento e controlo de dinheiro;
- A implementação de mecanismos de controlo e de acompanhamento do processo;

O GiRES está disponível na página *online* dos Serviços de Ação Social do IPP em https://www.ipp.pt/site/ipp_social/sasipp/noticias.aspx e tem disponível o endereço de correio eletrónico alojamento@sas.ipp.pt para qualquer esclarecimento.

O sistema é simples e prático e apenas obriga a que cada utilizador (estudante ou colaborador dos Serviços) disponha de credenciais de acesso (autenticação LDAP).

Permite:

- Aos estudantes:
 - Efetuar a candidatura a alojamento;

Alojamento - Consulta de Candidatura

Candidatura n.º 2012/GIRES/000001
Estado: **Concluído - checkin efetuado**

Candidatura	Histórico	Notificações	Alojamento	Prestações
Identificação Pessoal				
Número de estudante:	10100026			
Nome completo:	CATARINA AMÉLIA BARBOSA DIAS			
Sexo:	<input checked="" type="radio"/> F <input type="radio"/> M			
Data de Nascimento:	07-02-1992			
Número de Identificação Fiscal (NIF):	222637862			
País do NIF:	Portugal			

- Acompanhar o estado da candidatura;
 - Consultar os dados para pagamento das prestações de alojamento;
 - Obter faturas/recibos e comprovativos de pagamento;
- Aos SAS.IPP:
 - Aceder à informação de gestão de forma integrada;
 - Gerir as candidaturas a alojamento;
 - Atribuir residência/quarto/cama a um determinado estudante;

Alojamento - Consulta de Candidatura

Candidatura n.º 2012/GIRES/000001
Estado: **Concluído - checkin efetuado**

Candidatura	Histórico	Notificações	Alojamento	Prestações
Residência:	Residência Riobom (Mista)			
Quarto:	(RB403) QUARTO DUPLO - Piso 4 - Feminina - Cama_1			
Notificação enviada a:	22-08-2012 15:33:44			
Aceitou alojamento:	Sim			
Data de consulta do alojamento atribuído:	24-08-2012 23:18:42			
Data aceitação do alojamento:	28-08-2012 23:37:32			
Data prevista de entrada:	10-09-2012 00:00:00			
Classificação do estudante:	Bolseiro			
Já apresentou caução em ano anterior?	Sim			
Data do checkin:	11-09-2012			
Data do checkout:				

- Efetuar o checkin e checkout de um determinado estudante e obter contratos de alojamento;

- Gerir pagamentos de prestações a alojamento;

Alojamento - Consulta de Candidatura

Candidatura n.º 2012/GIRE5/000001
Estado: **Concluído - Checkin efetuado**

Candidatura | Histórico | Notificações | Alojamento | **Prestações**

Descrição	Situação do Estudante	Dados para pagamento				
Montante a pagar = 0,00€						
1ª Prestação de alojamento correspondente ao mês de Setembro de 2012	Bolsa	Documento	Data de emissão	Data do movimento	Montante	Informação
		Fatura	01-09-2012		84,75 €	
		Recebimento	24-09-2012	24-09-2012	84,75 €	
Montante a pagar = 0,00€						
2ª Prestação de alojamento correspondente ao mês de Outubro de 2012	Bolsa	Documento	Data de emissão	Data do movimento	Montante	Informação
		Fatura	01-10-2012		84,75 €	
		Recebimento	11-10-2012	11-10-2012	84,75 €	

- Integrar ficheiros SIBS e registar pagamentos por transferência bancária ou depósito em conta;
- Emitir faturas/recibos e comprovativos de pagamento;
- Emitir documento de recebimento diário para a contabilidade;
- Relatório de pagamento de prestações para gestão de receita/dívida;
- Disponibilização de serviços para geração de informação a constar no ficheiro SAFT;
- Consultar histórico associado a cada candidatura;

Alojamento - Consulta de Candidatura

Candidatura n.º 2012/GIRES/000001

Estado: **Concluído - Checkin efetuado**

Candidatura	Histórico	Notificações	Alojamento	Prestações
Data	Utilizador	Ação		
12-06-2012 10:39:43	Estudante	Registo da candidatura		
22-06-2012 18:33:37	Estudante	Submissão da candidatura		
02-07-2012 9:46:19	(aluf) Ana Luísa Fernandes @ SC	Consulta de histórico da candidatura		
02-07-2012 9:46:38	(aluf) Ana Luísa Fernandes @ SC	Consulta de histórico da candidatura		
02-07-2012 9:57:40	(aluf) Ana Luísa Fernandes @ SC	Decisão de 1º Nível		
02-07-2012 10:06:08	(aluf) Ana Luísa Fernandes @ SC	Consulta de histórico da candidatura		
03-07-2012 10:29:17	(sas) Marisa @ SAS	Consulta de histórico da candidatura		
03-08-2012 16:01:52	(mca) Maria Clara Rodrigues de Andrade Cardoso @ SAS	Consulta de histórico da candidatura		

- Notificar estudantes;

Alojamento - Consulta de Candidatura

Candidatura n.º 2012/GIRES/000001

Estado: **Concluído - Checkin efetuado**

Candidatura	Histórico	Notificações	Alojamento	Prestações
Assunto	Para	Data	Enviado por	
 Candidaturas a Alojamento – Ano letivo 2012/2013 – Candidatura n.º 2012/GIRES/000001 - Reserva de alojamento deferido	catbdias@live.com.pt	22-08-2012 15:33:48	Marisa	
 Alojamento – Ano letivo 2012/2013 – Candidatura n.º 2012/GIRES/000001 - Dados para pagamento da prestação correspondente ao mês de Fevereiro de 2013	catbdias@live.com.pt	06-02-2013 10:35:07	Maria Cardoso	
 Alojamento – Ano letivo 2012/2013 – Candidatura n.º 2012/GIRES/000001 - Dados para pagamento da prestação correspondente ao mês de Março de 2013	catbdias@live.com.pt	07-03-2013 10:56:48	Marisa	
 Alojamento – Ano letivo 2012/2013 – Candidatura n.º 2012/GIRES/000001 - Dados para pagamento da prestação correspondente ao mês de Abril de 2013	catbdias@live.com.pt	02-04-2013 17:05:42	Marisa	

3 – Modelo de atribuição de alojamento

A atribuição de alojamento é sustentada em regulamento próprio, aprovado nos termos regulados no Decreto-Lei n.º 129/93, de 22/04.

Esse diploma regulador interno fixa as condições de ingresso e de utilização dos equipamentos, as normas de disciplina interna e as formas de participação dos estudantes na gestão, conservação e limpeza das instalações.

A atribuição é feita mediante prévia candidatura, organizada em momentos principais:

- No decurso (próximo do termo) do ano letivo anterior para aquele que se requer alojamento, dirigido aos estudantes que naquele ano se encontram inscritos.
- No início do ano letivo para o qual o alojamento é requerido, dirigido especialmente àqueles estudantes que ingressam pela primeira vez no ensino superior e IPP.
- A terceira fase, sem termo, ocorre ao longo de todo o ano letivo e a atribuição do alojamento é feita em função das vagas que entretanto vão vagando.

A candidatura é apresentada em plataforma própria, acessível via internet e posteriormente gerida, analisada e decidida, em programa informático específico para essa função.

Porque a prestação de serviços de alojamento nas residências do IPP se dirige seus estudantes, preferencialmente aos mais carenciados, a sua atribuição depende da verificação das seguintes condições:

- a) Estudantes que, tendo sido bolseiros no ano letivo anterior, sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual se candidatam a alojamento;
- b) Novos estudantes que sejam candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo da candidatura a alojamento;
- c) Estudantes não bolseiros no ano letivo anterior e candidatos a bolsa de estudo para o ano letivo para o qual requerem alojamento;
- d) Demais estudantes, que não se enquadrem nos subgrupos anteriores.

Da atribuição de alojamento e da sua aceitação, decorre a assinatura de um contrato, onde o estudante, que passa à qualidade de alojamento, assume um conjunto de direitos e deveres.

3.1 – Garantia do preço de alojamento social no âmbito do modelo de gestão: medidas de política social de preços de alojamento

O Conselho de Gestão do IPP, sob prévio parecer favorável do Conselho de Ação Social, deliberou:

1. Manter os preços de alojamento para estudantes, bolseiros e não bolseiros, de acordo com os fixados para o ano letivo 2011-2012, considerando a situação social e económica do país, com reflexos ao nível do agravamento das condições socioeconómicas das famílias;
2. Manter os preços para alojamento à semana e ao dia para todos os subtipos de utilizadores (estudantes e docentes convidados) de acordo com os fixados para o ano letivo 2011-2012;
3. Como medida de incentivo ao sucesso escolar e desincentivo ao seu abandono, autorizar que o estudante residente, que foi bolseiro em 2011-2012 e ao qual não foi reconhecido o direito a bolsa de estudo no ano letivo 2012-2013, pague, por um ano e neste ano letivo, o preço de alojamento como equiparado a estudante bolseiro;
4. Alterar os preços de alojamento para os docentes convidados na tipologia de quarto duplo, por se concluir adequado criar maior equilíbrio/ proporcionalidade na fixação dos preços em função do tipo de utilizador, com discriminação positiva dos estudantes;
5. Manter o preço de alojamento para docentes convidados, em quarto individual, de acordo com o preço fixado para o ano letivo 2011-2012, por se considerar adequado à respetiva tipologia de alojamento e ao princípio de proporcionalidade referido no n.º 5;
6. Manter inalterados, para todos os subtipos de utilizadores e tipologias de alojamento, os valores das taxas complementares e caução aprovadas para o ano letivo 2011-2012;

3.2 Tabelas de preços

3.2.1 - Estudantes

RESIDÊNCIA/ Tipo de quarto	Estudantes do IPP Boleiros				Outros Estudantes incluindo ERASMUS				
	Mensal - quarto individual	Mensal - quarto duplo - por pessoa	Mensal - quarto triplo - por pessoa	Mensal - quarto quádruplo - por pessoa	Mensal - quarto individual	Mensal - quarto duplo - por pessoa	Mensal - quarto triplo - por pessoa	Mensal - quarto quádruplo - por pessoa	
AZENHA (apartamentos)	—	88,75 €	—	—	—	106,00 €	—	—	
ALMEIDA VALENTE a)	97,00 €	84,75 €	—	82,00 €	112,00 €	102,00 €	—	92,00 €	
BAINHARIA	—	80,75 €	78,00 €	—	—	88,00 €	88,00 €	—	
COELHO NETO	93,00 €	80,75 €	—	78,00 €	108,00 €	90,00 €	—	88,00 €	
RIOBOM	—	84,75 €	82,00 €	—	—	102,00 €	92,00 €	—	
JOSÉ RÉGIO (VILA DO CONDE)	101,00 €	88,75 €	—	—	116,00 €	106,00 €	—	—	
S. ROQUE (VILA DO CONDE)	—	84,75 €	82,00 €	—	—	102,00 €	92,00 €	—	
Preço do alojamento à semana				45,00 €	Preço do alojamento à semana				60,00 €
Preço do alojamento ao dia				15,00 €	Preço do alojamento ao dia				20,00 €
Valor da caução para 2012-2013:				110,00 €	Valor da caução para 2012-2013:				110,00 €

a) Quarto individual: apenas para estudantes portadores de deficiência física ou sensorial

3.2.1 – Docentes, investigadores e não docentes

RESIDÊNCIA/ Tipo de quarto	Docentes, não docentes e investigadores			
	Mensal - quarto individual	Mensal - quarto duplo - por pessoa	Mensal - quarto triplo - por pessoa	Mensal - quarto quádruplo - por pessoa
AZENHA (apartamentos)	—	192,80 €	—	—
ALMEIDA VALENTE a)	237,00 €	189,60 €	—	—
BAINHARIA	—	186,40 €	—	—
COELHO NETO	233,00 €	186,40 €	—	—
RIOBOM	—	189,60 €	—	—
JOSÉ RÉGIO (VILA DO CONDE)	241,00 €	192,80 €	—	—
S. ROQUE (VILA DO CONDE)	—	189,60 €	—	—
Preço do alojamento à semana				75,00 €
Preço do alojamento ao dia				25,00 €
Valor da caução para 2012-2013:				110,00 €

4 – Ocupação das residências

4.1 – Análise evolutiva, agregada, da ocupação das residências ao longo dos anos letivos

Tabela 36 – Tipologia do alojamento

Unidade de alojamento	Tipo	Lotação					
	Masculino/ feminino/ mista	Nº de camas	Nº de quartos				
			Individual deficientes	Individual	Duplo	Triplo	>Triplo
ALMEIDA VALENTE	MISTA	104	2	-	50	-	4
AZENHA	FEMININA	42	-	-	20	-	
BAINHARIA	MASCULINA	18	-	-	6	2	
COELHO NETO	FEMININA	13	-	1	4	-	2
RIOBOM	MISTA	38	-		9	3	
S. ROQUE	MISTA	40	-		11	6	
JOSÉ RÉGIO	MISTA	63	3	28	32	-	-
TOTAL		316		1	132	11	6

Conforme se concluirá da análise dos dados a seguir apresentados, a taxa de ocupação tem assistido a um comportamento de aumento em crescendo.

De uma taxa de ocupação de 74% verificada em 2007, passamos para uma taxa de ocupação de 100% o que representa um aumento de 26%.

No ano de 2012, por referência ao período de 31 de dezembro, todas as residências apresentavam uma taxa de ocupação de 100% da sua capacidade.

Tabela 37 – Resultados da atribuição de alojamento 2012-13

Unidade de alojamento	Total camas	Bolseiros	Não bolseiros	Total	TX Ocupação
Residência Almeida Valente	104	79	25	104	100%
Residência Azenha	42	32	10	42	100%
Residência Bainharia	18	12	6	18	100%
Residência Coelho Neto	13	9	4	13	100%
Residência Rio Bom	36	30	6	36	100%
Residência S. Roque	40	33	7	40	100%
Total	253	195	58	253	100%

% Colocação

Total de candidatos	---	195	171	366	69%
---------------------	-----	-----	-----	-----	-----

Data: 31-12-2012

Figura 31 – Resultados da atribuição de alojamento 2012-13

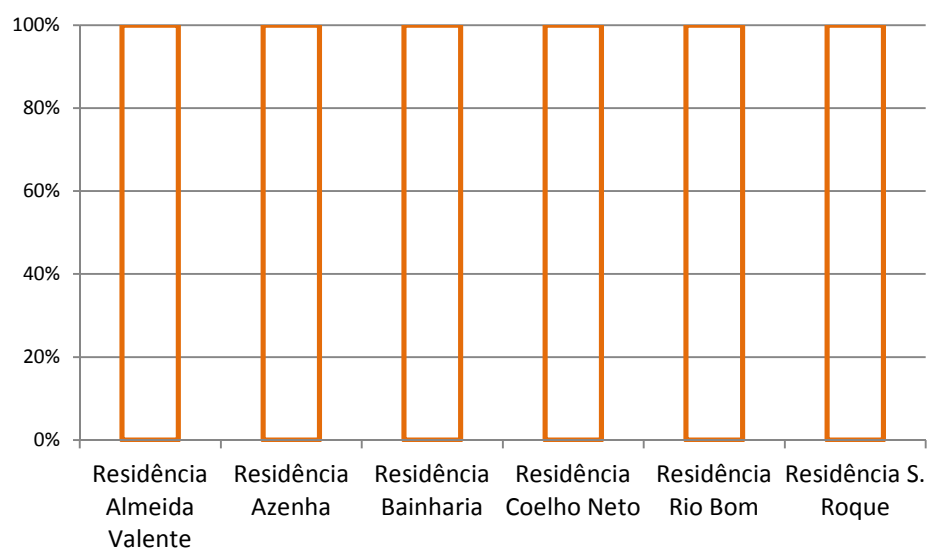


Tabela 38 – Resultados da atribuição de alojamento 2012-13

ESCOLA	TOTAL COLOCADOS	Bolseiros	Não bolseiros	TX Ocupação
ESE	37	32	5	15%
ESEIG	40	33	7	16%
ESMAE	10	6	4	4%
ESTSP	59	49	10	23%
ISCAP	25	13	11	10%
ISEP	82	62	21	32%
Total	253	195	58	100%

Figura 32 – Resultados da atribuição de alojamento 2012-13

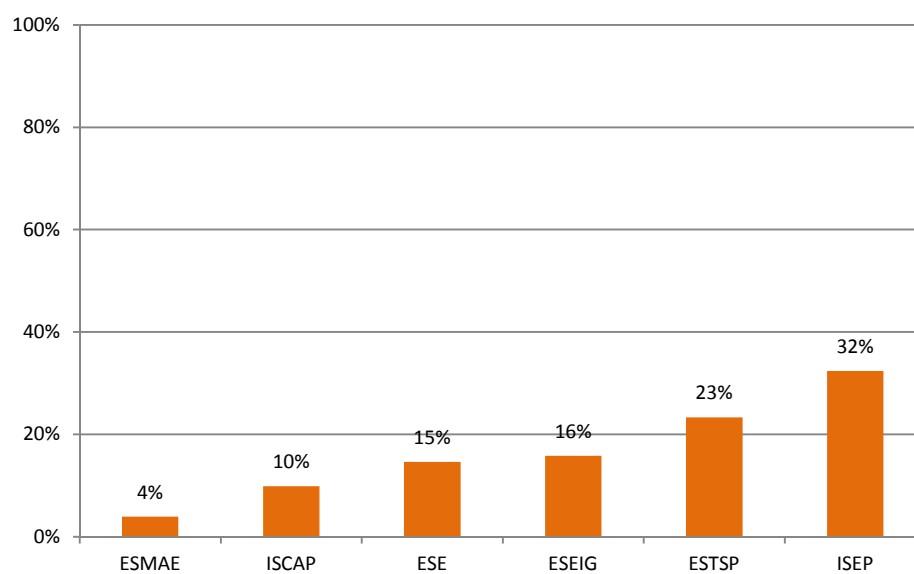


Tabela 39 – Resultados da atribuição de alojamento: análise histórica

Unidade de alojamento	Total camas	2007	2008	2009	2010	2011	Total camas	2012
		Ocupação	Ocupação	Ocupação	Ocupação	Ocupação		Ocupação
Residência Almeida Valente	104	93%	90%	89%	92%	100%	104	100%
Residência Azenha	42	90%	62%	81%	74%	100%	40	100%
Residência Bainharia	18	94%	83%	83%	89%	89%	18	100%
Residência Coelho Neto	19	95%	100%	100%	100%	100%	13	100%
Residência Rio Bom	36	0%	50%	97%	100%	100%	36	100%
Residência S. Roque	40	55%	45%	70%	78%	88%	40	100%
Total	259	74%	73%	86%	88%	97%	251	100%

Figura 32 – Resultados da atribuição de alojamento: análise histórica

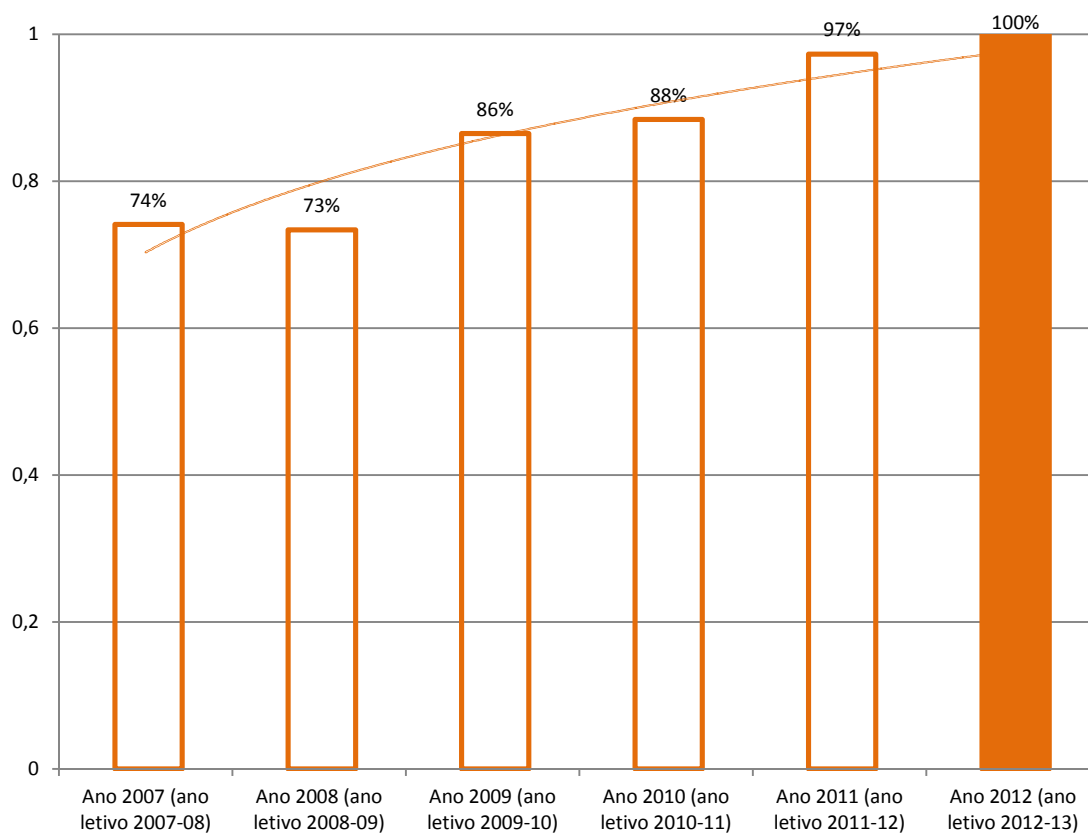


Figura 33 – Resultados da atribuição de alojamento: análise histórica

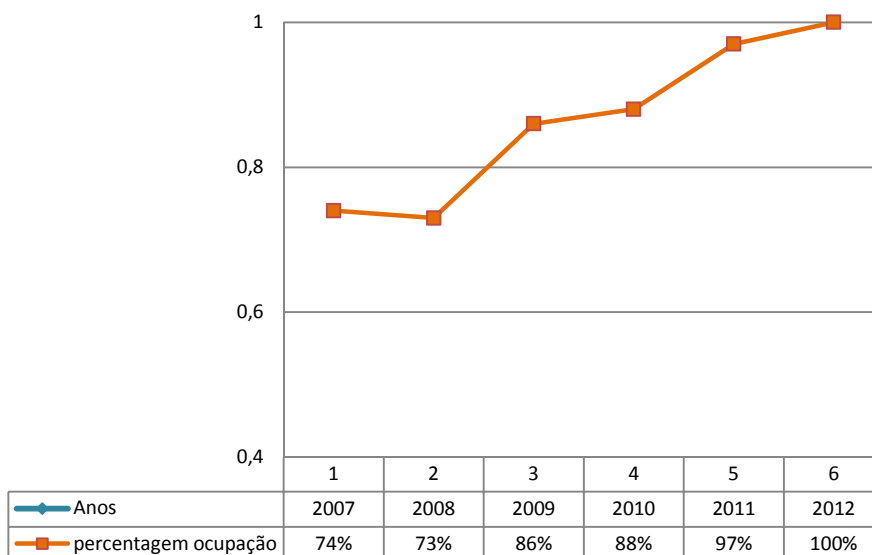


Figura 34 – Evolução da taxa de ocupação por estudantes bolseiros

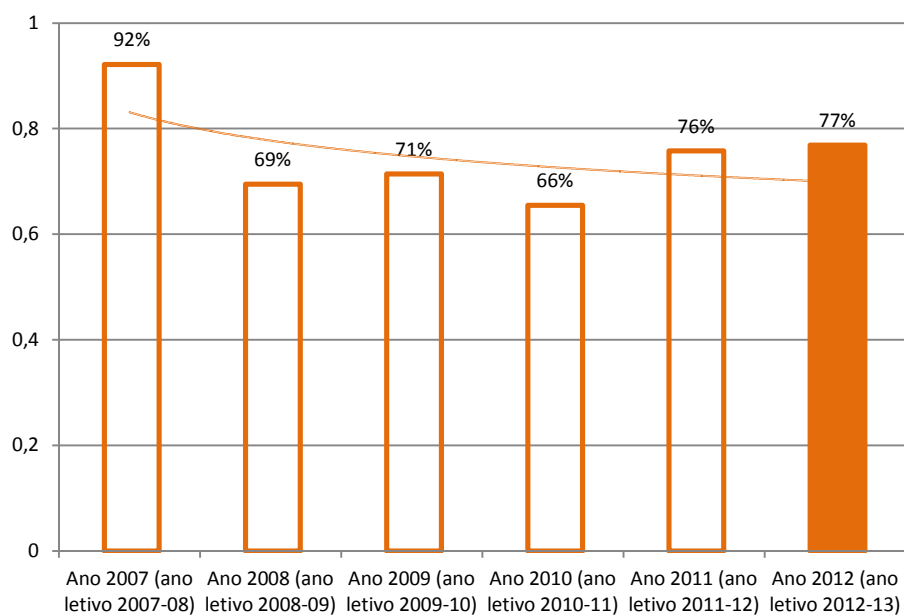
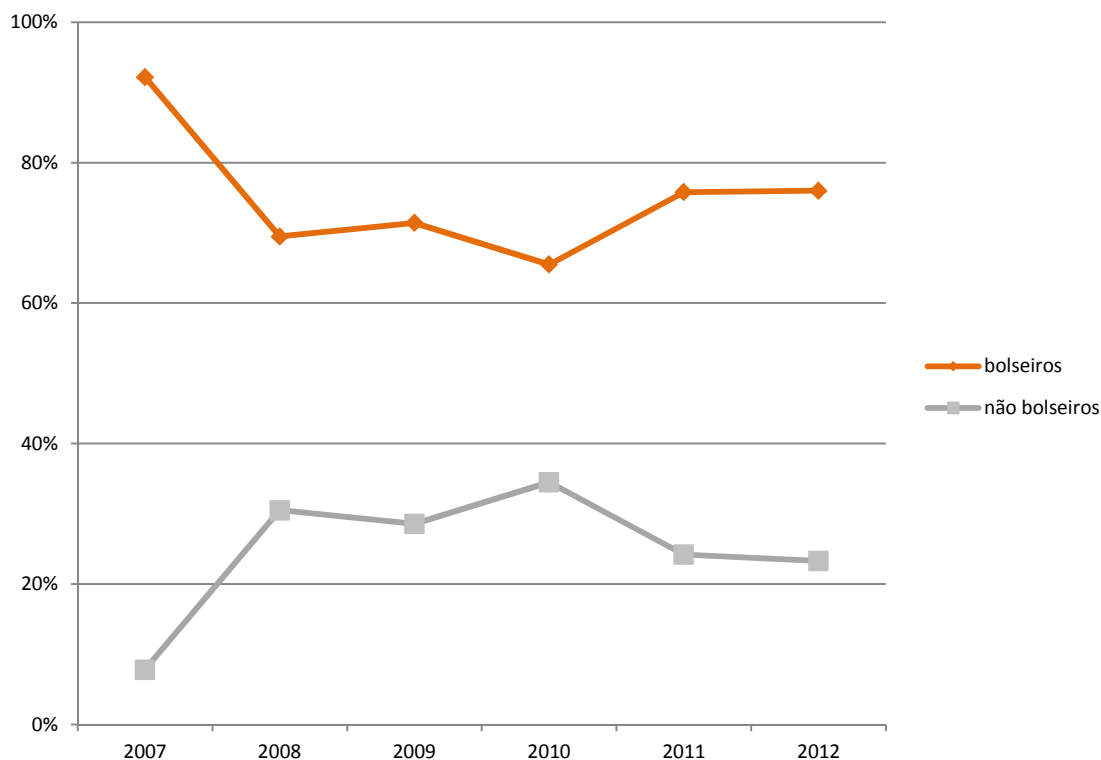


Figura 35 – Evolução da Taxa de ocupação por estudantes bolseiros e não bolseiros: análise comparativa



5 – Intervenções efetuadas durante o ano de 2012 residências de estudantes

5.1 – Melhoria das condições de segurança

O reforço das condições de segurança, higiene e limpeza, constitui objetivo a implementar no ano de 2012.

A melhoria das condições de segurança de pessoas e bens, nomeadamente dos residentes e residências de estudantes, constitui fator de especial preocupação motivo pelo qual, no ano de 2012, se adquiriu serviços de vigilância e segurança humana para duas das sete residências de estudantes, resultado que se pretende melhorar em 2013, passando de duas para cinco das residências.

Como investimento complementar àquele ou substitutivo daquele, neste caso para as residências de pequena dimensão que não justificam, para já, a aquisição de serviços de vigilância e segurança humana, foi feito um investimento na ordem dos 60.000 euros na

aquisição de equipamento de videovigilância e controlo de acessos às residências de estudantes.

Para aquele fim, adquiriram câmaras de tecnologia mais recente (SVIP-Sistema de Vídeo sobre *Internet Protocol*), com suporte numa fonte de alimentação elétrica ininterrupta (UPS), ligados a dois servidores específicos, que permitem a visualização das imagens em tempo real, em dois pontos centrais pelos efetivos de vigilância e segurança humana.

Este investimento abrangeu todas as residências de estudantes.

Também com o mesmo fim, de aumentar o nível de segurança dos estudantes que alojados nas residências de estudantes, foi adquirido em 2012 um sistema de controlo de acessos que permite o acesso autónomo às residências através do cartão de estudante e por uso da tecnologia de aproximação “MIFARE”, embutida nos cartões.

Este sistema vai acrescentar um aumento de segurança bem como uma maior confiança nos acessos e áreas a que se destina, com especial evidência para as seguintes mais-valias:

- Controle da gestão de acessos centralizado num determinado ponto;
- Controlo de entradas e saídas da residência (nomeadamente em caso de incidente, é possível averiguar quem está dentro da residência);
- Autorizações e bloqueio de acesso de forma remota;
- Substitui o procedimento de entrega física de chaves nas residências;
- Custo associado à perda de chaves deixa de se aplicar;
- Deixa de ser possível ao estudante duplicar chaves;
- É possível definir o “acesso restrito” a determinadas áreas da residência.

Este sistema foi adquirido e instalado em todas as residências de estudantes exceto na residência de Almeida Valente, residência que será objeto de igual investimento em 2013.

5.2 – Melhoria das condições de habitabilidade nas residências de estudantes

- a) Pintura de paredes e tetos interiores em todas as residências de estudantes;
- b) Aquisição de novo mobiliário para as zonas de estudo e convívio das residências de estudantes de Almeida Valente, José Régio e Riobom, com o objetivo de melhorar/ assegurar condições de estudo e socialização dos estudantes alojados;
- c) Aquisição de máquinas industriais de lavar e secar roupa para área de lavandaria de self-service da lavandaria da residência de estudantes de Almeida Valente;
- d) Aquisição de candeeiros para os quartos e varões e cortinas de base de duche para WC;
- e) Instalação de aquecimento elétrico na sala de convívio na residência da Bainharia;
- f) Recuperação das fachadas exteriores da residência de estudantes Rio Bom;
- g) Instalação de um elevador na residência de José Régio;
- h) Decoração da residência de estudantes de José Régio de forma a conferir-lhe um ambiente mais familiar e confortável.
- i) Outras pequenas reparações nomeadamente das instalações elétricas, hidráulicas e saneamento, carpintarias, serralharias e eletrodomésticos.

De seguida apresentam-se algumas imagens, nomeadamente do investimento feito em mobiliário para as residências de estudantes.

Residência de Almeida Valente

Espaço de estudo e convívio	Espaço de estudo
	
Espaço de estudo	Espaço de convívio
	

Residência de José Régio

Espaço de estudo e convívio	Espaço de convívio
	
Espaço de estudo (integrado nos quartos)	Espaço de convívio
	

Residência de Riobom



6 - Projetos de novas Residências: Residência de Estudantes Gil Vicente e Residência D. João IV

Partindo da necessidade de aumentar a oferta de alojamento aos estudantes do IPP, os SAS.ipp adjudicaram durante o ano 2012 a elaboração de dois projetos com vista à construção de duas novas residências:

- Residência de estudantes Gil Vicente
- Residência D. João IV

A necessidade de construção da nova residência de estudantes de Gil Vicente resulta da enorme carência da oferta de alojamento existente no IPP, comparando com as demais instituições de ensino superior. Como referência, o IPP dispõem de 253 camas, compara em nº de alunos com a Universidade do Minho e dispõe de 1.397 camas, ou a Universidade de Aveiro, com 1044 camas para muito menos alunos.

Os dados que se seguem ilustram o que se acabou de expor.

Tabela 40 – Oferta de camas no ensino superior público: análise comparativa

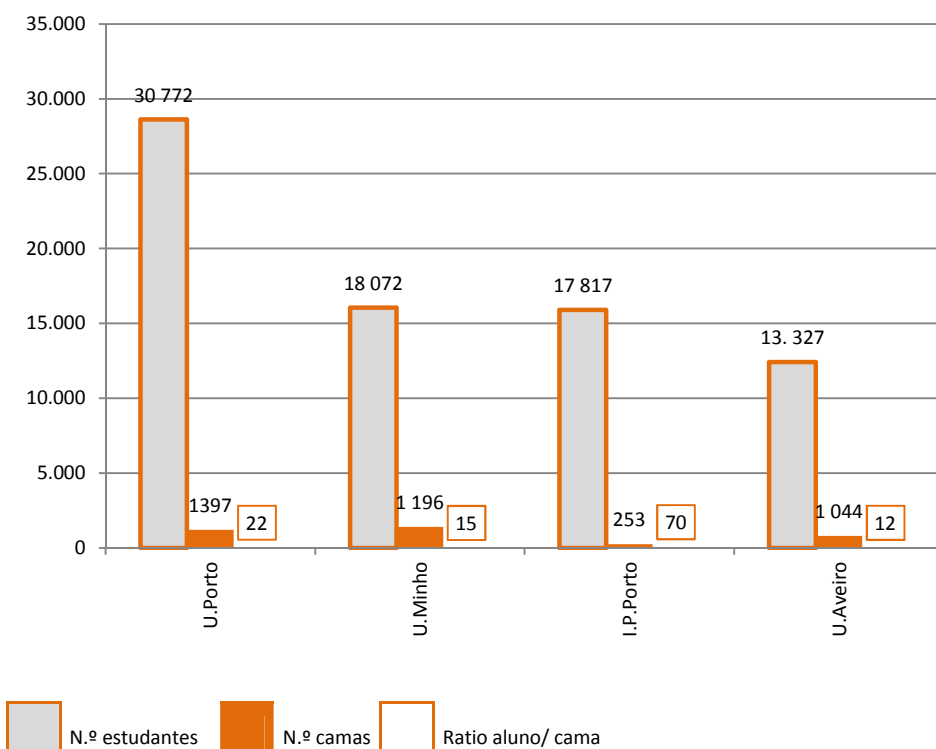
Instituição	Alunos a)	N.º de camas b)	Ratio alunos/cama
Universidade do Porto	30 772	1397	22,03
Universidade do Minho	18 072	1196	15,11
Instituto Politécnico do Porto	17 817	253	70,14
Universidade de Aveiro	13 327	1044	12,77

a) Fonte RAIDES 2011-2012, GPEARI – MEC

b) Dados publicados nos sites institucionais

c)

Figura 35 – Evolução da Taxa de ocupação por estudantes bolseiros e não bolseiros: análise comparativa



a) Fonte: Estatística "Anexo 3.1: Evolução de inscritos por Par estabelecimento/curso, Nível de formação e Sexo, de 1995-1996 a 2009-2010", GPEARI, in <http://www.gpeari.mctes.pt>

b) Inquérito às I.E.S

6.1 - Residência de estudantes Gil Vicente

A residência de estudantes Gil Vicente localizar-se-á na Rua de Gil Vicente, freguesia de Bonfim, concelho de Porto.

O projeto foi iniciado em 2010 tendo sido sufragado por todos os órgãos do IPP (Presidência, CAS, Conselho de Gestão e Conselho Geral).

Em 2010 foi adquirido um terreno e em 2012 uma faixa complementar, essencial a uma construção que permita atender ao objetivo de maximização do número de alojamentos nessa nova residência.

Em termos gerais prevêem-se 36 quartos individuais, ou o equivalente a 36 camas; 46 quartos duplos, ou o equivalente a 92 camas e espaços de uso comum como sejam cozinhas/ *kitchenetts*; sala de refeições, salas de convívio e salas de estudo.

Os custos totais de construção foram estimados em € 2.284.750.

6.2 Residência D João IV

A residência D. João IV resultará da recuperação de 3 imóveis localizados na Rua D. João IV, freguesia de Bonfim, concelho de Porto.

Os espaços de alojamento serão do tipo apartamento T1 e a residência será apoiada por espaços de cozinhas/ *kitchenetts*; sala de convívio e sala de reuniões

Os custos totais de construção foram estimados em € 707.750,00.

7 – Análise evolutiva da decomposição das despesas e receitas das residências de estudantes do IPP

A evolução das receitas e despesas na área de alojamento estão representadas nas tabelas e imagens seguintes.

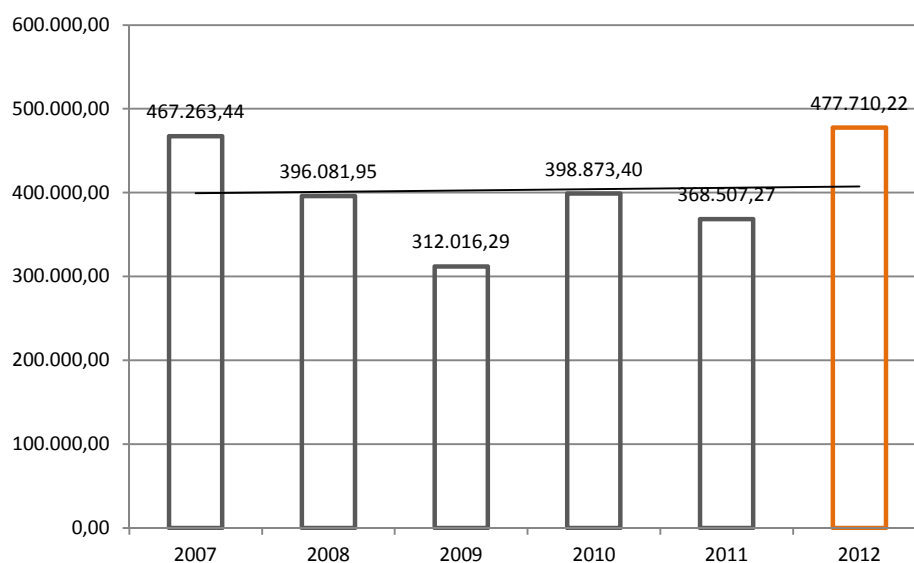
7.1 – Análise da receita e da despesa das residências que estiveram em funcionamento em 2012

A receita refletida nas tabelas e imagens seguintes corresponde à gerada pela atividade.

Tabela 41 – Evolução das receitas e despesas das residências em funcionamento em 2012

Receitas/ despesas alojamento	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas	140.861,00	175.825,76	191.681,81	190.437,55	214.029,50	245.668,29
Despesas correntes	366.877,74	356.653,08	280.657,20	306.930,07	290.785,54	322.781,25
Despesas totais (inclui capital)	467.263,44	396.081,95	312.016,29	398.873,40	368.507,27	477.710,22
Taxa de cobertura (despesa total)	30%	44%	61%	48%	58%	51%
Taxa de cobertura (despesas correntes)	38%	49%	68%	62%	74%	76%

Figura 36 – Evolução da despesa das residências em funcionamento em 2012



O aumento de cerca de 30% dos encargos verificado no ano de 2012 quando comparado no ano de 2011 explica-se em grande medida pela aquisição de bens e serviços, nomeadamente, de equipamento de vídeo vigilância, equipamento de controlo eletrónico de acessos, de mobiliário para melhoria das condições de estudo e convívio dos residentes, assim como aquisição de serviços vários e de empreitadas com vista à melhoria (qualificação e requalificação) de equipamentos e edifícios (com exceção da residência de S. Roque, o não de construção das demais residências remonta à segunda metade da década de 90).

Figura 37 – Evolução da receita de alojamento (residências em funcionamento)

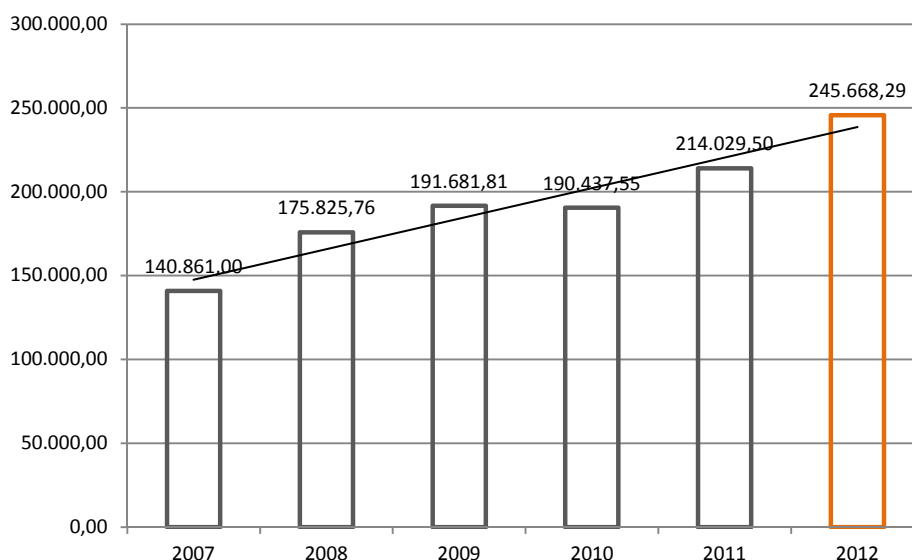
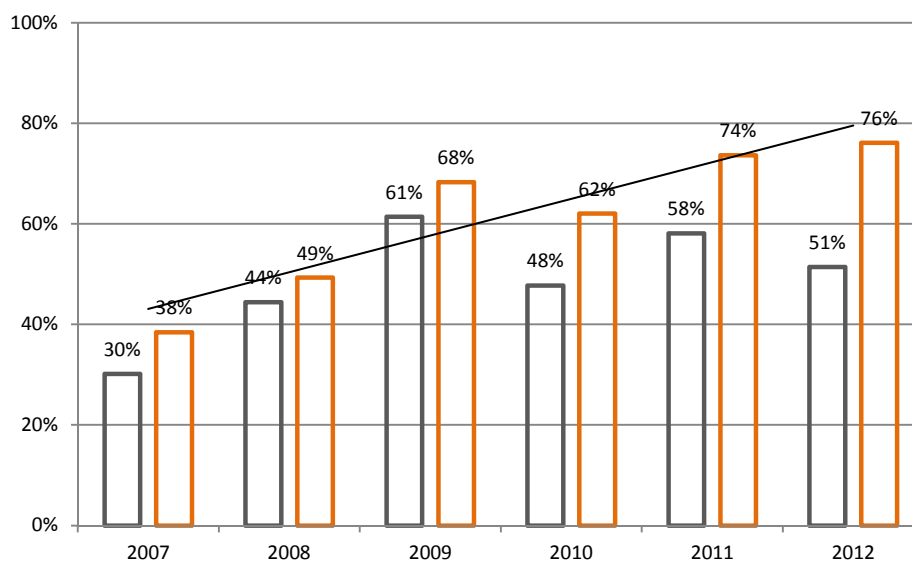


Figura 38 – Evolução das taxas de cobertura



Em termos de evolução das taxas de cobertura, nomeadamente da taxa de cobertura das despesas correntes através das receitas de alojamento, a mesma explica-se por duas principais circunstâncias a saber:

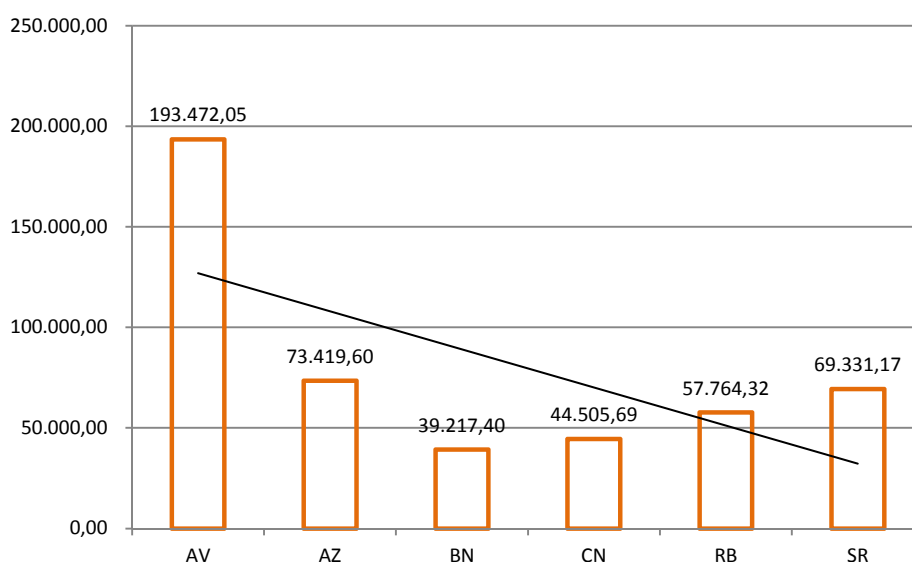
- A antecipação do pagamento das bolsas de estudo para um número significativo de estudantes, nomeadamente estudantes alojados nas residências de estudantes sob a gestão dos SAS.IPP;
- Um maior controlo da receita a arrecadar por via, nomeadamente, de notificação aos estudantes residentes da sua obrigação de pagar o alojamento dentro dos prazos regulamentares fixados. Para esta última circunstância em muito contribuiu a entrada em funcionamento do GiRES – plataforma informática de apoio à gestão do alojamento.

Em termos desagregados, por residência, foram atingidos os seguintes resultados:

Tabela 42 – Receitas e despesas de alojamento no ano de 2012

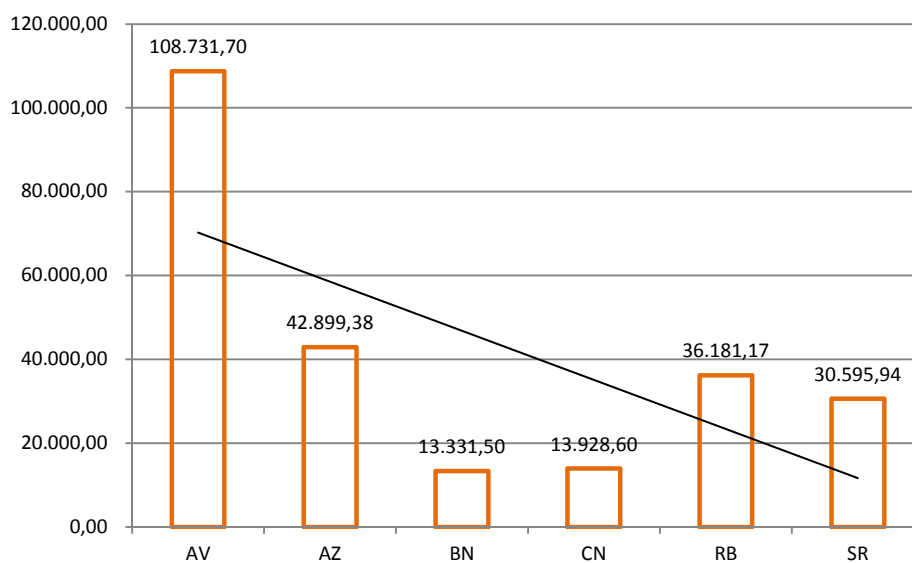
Residência de estudantes	DESPEAS CORRENTES PESSOAL (1)	DESPEAS CORRENTES OUTRAS (2)	TOTAL DESPEAS CORRENTES (3)	DESPEAS CAPITAL (4)	TOTAL DESPEAS (5) = 3 + 4	RECEITAS (6)	TX COBERTURA (7) = 6 : 5	TX COBERTURA (8) = 6 : 3
Residência Almeida Valente (AV)	24.674,87	120.849,34	145.524,21	47.947,84	193.472,05	108.731,70	56%	75%
Residência Azenha (AZ)	9.968,28	38.434,31	48.402,59	25.017,01	73.419,60	42.899,38	58%	89%
Residência Bainharia (BN)	6.715,80	16.032,10	22.747,90	16.469,50	39.217,40	13.331,50	34%	59%
Residência Coelho Neto (CN)	9.141,78	18.295,37	27.437,15	17.068,54	44.505,69	13.928,60	31%	51%
Residência Riobom (RB)	10.858,38	20.459,10	31.317,49	26.446,83	57.764,32	36.181,17	63%	116%
Residência S. Roque (SR)	9.488,92	37.863,00	47.351,92	21.979,25	69.331,17	30.595,94	44%	65%
TOTAL	70.848,03	251.933,22	322.781,25	154.928,97	477.710,22	245.668,29	51%	76%

Figura 39 - Despesa de alojamento por residência no ano de 2012



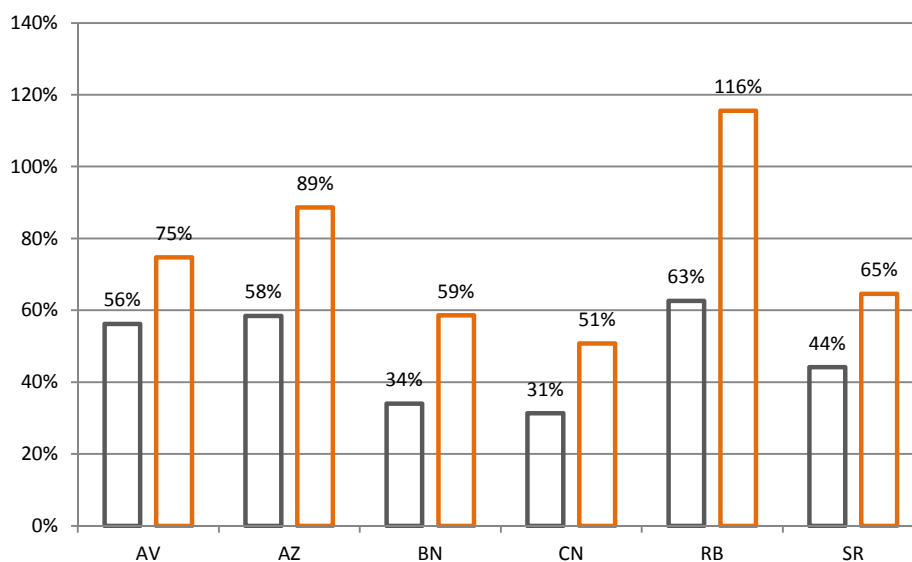
Residências em funcionamento a 31/12/2012

Figura 40 – Receita de alojamento por residência no ano de 2012



Residências em funcionamento a 31/12/2012

Figura 41 – Taxas de cobertura em 2012



7.2 – Análise da receita e da despesa de novas residências

Tal como foi antecipado no ponto 6 deste capítulo, em 2012 os SAS.IPP culminaram ações necessárias com vista à entrada em funcionamento no ano letivo 2013-2014 da nova residência de estudantes de José Régio e promoveram atividades com vista ao desenvolvimento da construção de uma nova residência de estudantes – residência de Gil Vicente – iniciado em 2010, assim como iniciaram um novo projeto com vista à construção da residência de D. João IV.

Independentemente do tipo de atividade em questão, o objetivo transversal a cada um dos projetos foi comum: aumentar a capacidade de alojamento para os estudantes do IPP, instituição que tem o maior ratio de distribuição de estudantes por cama quando comparados os rácios de todas as instituições de ensino superior público, universitário ou politécnico.

Em traços gerais as despesas e receitas tiveram a seguinte caracterização:

- Aquisição de bens e serviços com vista à criação de condições de usabilidade da residência de estudante de José Régio;
- Aquisição de uma parcela de terreno para a construção da residência de Gil Vicente, parcela que se configurou essencial à maximização do número de alojamentos nessa nova residência;
- Aquisição de serviços, nomeadamente de estudo, com vista à construção das duas novas residências de estudantes (Gil Vicente e D. João IV) que, no seu conjunto, justificaram cerca de total dos encargos assumidos no ano de 2012;
- As receitas, na generalidade, tiveram por fonte de financiamento transferências de Fundos e Serviços Autónomos do IPP (FF 540) e receitas próprias (FF 510).

Outros projetos na área de alojamento	DESPESAS CORRENTES PESSOAL (1)	DESPESAS CORRENTES OUTRAS (2)	TOTAL DESPESAS CORRENTES (3)	DESPESAS CAPITAL (4)	TOTAL DESPESAS (5) = 3 + 4	RECEITAS (6)	TX COBERTURA (7) = 6 : 5	TX COBERTURA (8) = 6 : 3
Residência de José Régio	0,00	22166,00	22166,00	92595,24	114761,24	114761,24	100,00	518,00
Residência Gil Vicente	0,00	42168,85	42168,85	179875,00	222043,85	222043,85	100,00	527,00
Residência D. João IV	0,00	12891,08	12891,08	0,00	12891,08	12891,08	100,00	100,00
TOTAL	0,00	77 225,93	77 225,93	272 470,24	349 696,17	349 696,17	100,00	453,00

IX.

Outros apoios de cariz social, cultural, desportivo ou recreativo

É assegurada aos estudantes, quando se coaduna com o serviço em causa, a preferência na contratação de pessoal para a prestação de serviços que assegurem as atividades correntes dos estabelecimentos em que estejam matriculados, no regime de tarefa ou de prestação de serviço, com a remuneração adequada

Preâmbulo do Decreto-lei n.º 129/93, de 22/04, diploma que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior

IX. Outras atividades de apoio social

Em 2012, no âmbito da criação da Bolsa de Voluntários do Instituto Politécnico do Porto, a qual objetiva:

1. Promover oportunidades para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais do estudante;
2. Promover a aproximação entre o Politécnico do Porto e a comunidade do meio envolvente;
3. Incentivar o estudante a participar em atividades de responsabilidade social, fomentando o espírito de solidariedade e uma atitude de cidadania;
4. Criar mecanismos facilitadores do processo de transição do Ensino Superior para o Mercado de Trabalho.

Os SAS.IPP apresentaram candidatura para um projeto designado por “Apoio ao funcionamento da residência de estudantes de S. Roque”. Com este projeto, o qual iniciou em janeiro e terminou em Julho, pretendia-se assegurar boas condições de funcionamento e bem-estar na residência de estudantes. A aprovação deste projeto permitiu, através da colaboração de cinco voluntários estudantes do IPP alojados na residência, preferencialmente bolseiros ou economicamente carenciados, promover a organização, limpeza e asseio dos espaços comuns da residência, entre como a realização de outras tarefas de manutenção das instalações.

Em Outubro de 2012, e após o sucesso do primeiro projeto, os SAS.IPP apresentaram candidatura de um novo projeto, designado por “Apoio ao alojamento de estudantes - Residência de S. Roque”, o qual visava a realização de tarefas de coordenação de atividades, o estabelecimento de contactos entre os residentes e os SAS.IPP, limpeza e arrumo dos espaços comuns e resolução de pequenos problemas do dia a dia.

Da análise do resultado destes projetos de voluntariado salienta-se, para além da ajuda económica aos alunos residentes carenciados, uma maior motivação e zelo pelos bens e espaços que lhe foram colocados à disposição aquando da entrada para a residência, assim como o desenvolvimento da sua formação cívica e social.

O modelo de seleção assenta em critérios de carência económica, sendo os selecionados estudantes carenciados e de entre os candidatos os mais carenciados.

O quadro seguinte sistematiza o valor investido nesta atividade assim como o número de estudantes carenciados que dela beneficiaram

Projeto	Valor pago	N.º de participantes
Residência de Almeida Valente	1.466,50	7
Residência da Azenha	1.610,00	8
Residência de Riobom	938,00	4
Residência de S. Roque	1.732,50	7
Total	5.747,00	26

X.

Análise do orçamento e financiamento das atividades

X. Análise do orçamento e financiamento das atividades

1 – Introdução

O financiamento da ação social no ensino superior está regulado pela Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, prevendo-se, em síntese, que

- a) **“O Estado investirá na ação social escolar”**, devendo o financiamento dos serviços de ação social do ensino superior efetuar-se **“através de uma fórmula calculada em critérios de equidade, eficiência e bom desempenho”**, a fixar através de decreto-lei, que contudo não chegou ainda a ser publicado (art.º 19.º n.º 2 e 3) e que
- b) O acesso dos estudantes a **“um serviço de refeições”** e dos deslocados **“a alojamento em residências ou apoios específicos para esse fim”** (...) **“são subsidiados de acordo com a fórmula a definir por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e de Ciência e do Ensino Superior”** (art.º 24.º n.º 1, 2 e 3), diploma, no entanto, também ainda não publicado.

O financiamento atribuído diretamente através do OE para os diferentes Serviços de Ação Social (SAS) não tem, porém, obedecido a critérios conhecidos e conformes àquele enquadramento legal, conforme se verifica pelas seguintes situações:

- Em 2007 verificou-se uma redução nominal de 3%, uniforme para todos os SAS

relativamente à dotação de 2006;

- Em 2008 verificou-se uma variação entre -32,95% e + 21,4%, sendo o financiamento dos SAS.IPP reduzido em **-26,5%** (nominais), sem qualquer suporte explicativo, nomeadamente decorrente dos referidos critérios de equidade (ver quadro seguinte), eficiência (os SAS reduziram custos e 67 aumentaram receitas) ou bom desempenho (não existem definidas metas sobre este critério);
- Para 2009 mantiveram-se os valores nominais de 2008, sendo de realçar que os vencimentos do pessoal aumentaram 2,9%;
- Em 2010, o financiamento manteve-se inalterado, isto é, idêntico ao de 2008.
- Em 2011 verificou-se uma redução de 12% em relação ao financiamento do ano anterior.
- Em 2012 verificou-se uma redução de cerca de 8% em relação ao financiamento do ano anterior.

Assim, o financiamento direto do OE para os SAS.IPP correspondeu, em 2012, a cerca de 59% do atribuído em 2007 (com valores nominais), ou seja, menos cerca de 41%, sendo que no mesmo período:

- O número de alunos do IPP passou de 15.188 para 17.756 (2012/13): mais cerca de 17.%;
- O número de candidatos a bolsa de estudo passou de 3.480 em 2007-08, para 5.449 em 2012-13 o que representa um aumento de mais cerca de 57%;

A solução dos SAS.IPP para esta diferenciação negativa, assentou nas seguintes lógicas:

- a) Prosseguir, no essencial, os objetivos essenciais da sua missão (apoios diretos aos estudantes, alimentação e alojamento) preterindo outros (apoios na saúde, psicopedagógicos, culturais, desportivos, etc...);
- b) Reduzir custos e aumentar receitas (neste último caso prejudicado pela orientação tutelar de não aumentar o preço das refeições nem do alojamento);
- c) Obter financiamento adicional do IPP, através de uma parcela das propinas paga pelos estudantes, que o CAS propôs de 3% e que obteve aprovação da Presidência e do Conselho Geral, nos termos previstos na alínea d) do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de Abril.

2 – Análise orçamental

2.1 – A receita

As fontes de financiamento que permitiram o desenvolvimento das diversas atividades realizadas pelos SAS.IPP em 2012 foram as seguintes:

- Receitas próprias (alimentação, alojamento e outras) – Fonte de financiamento (FF) – 510
- Transferências de Fundos e Serviços Autónomos (FSA) – IPP – FF 540
- Orçamento de Estado (OE) – FF 311.

Em representação gráfica podemos verificar a identificação das fontes de financiamento e a posição relativa de cada uma dessas fontes.

Figura 41 – Fontes de financiamentos dos SAS.IPP em 2012

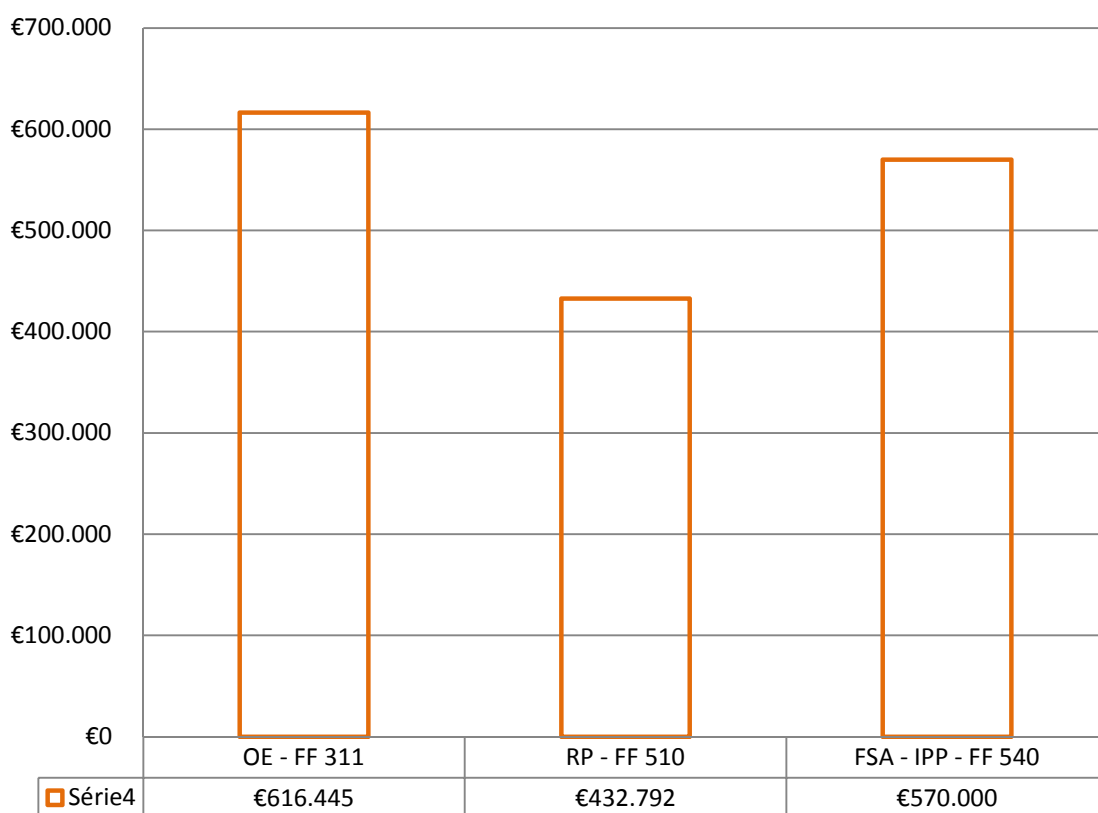
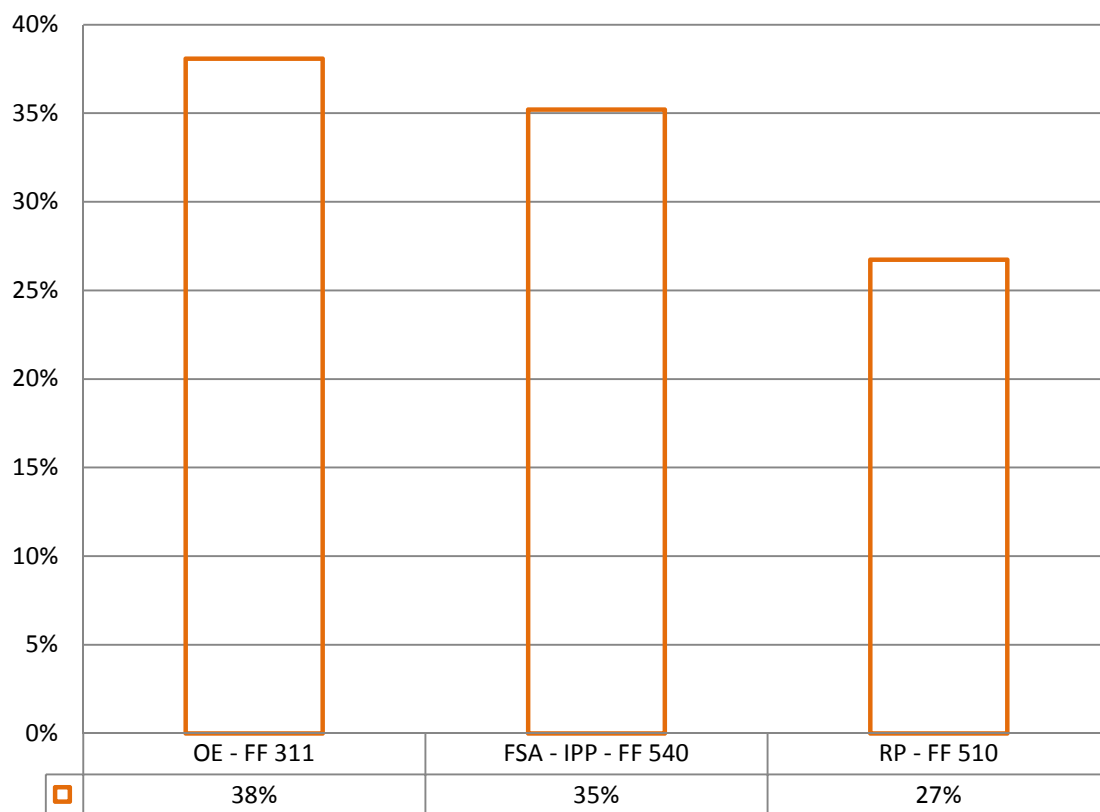


Figura 42 – Posição relativa das fontes de financiamento dos SAS.IPP em 2012



Conforme se verifica no gráfico apresentado, a autonomia orçamental dos SAS.IPP, considerando as transferências do IPP, em relação à receita total arrecadada é de 62%.

O financiamento total do OE representa 38% da receita global; as transferências do IPP representam 35% da receita global (570.000€ em 2012; 27.818€ em 2011).

As receitas próprias em 2012 totalizaram 432.792€ (637.406€ em 2011) e tiveram origem nas seguintes áreas de atividades:

Figura 43 – Distribuição das receitas próprias por área de atividade

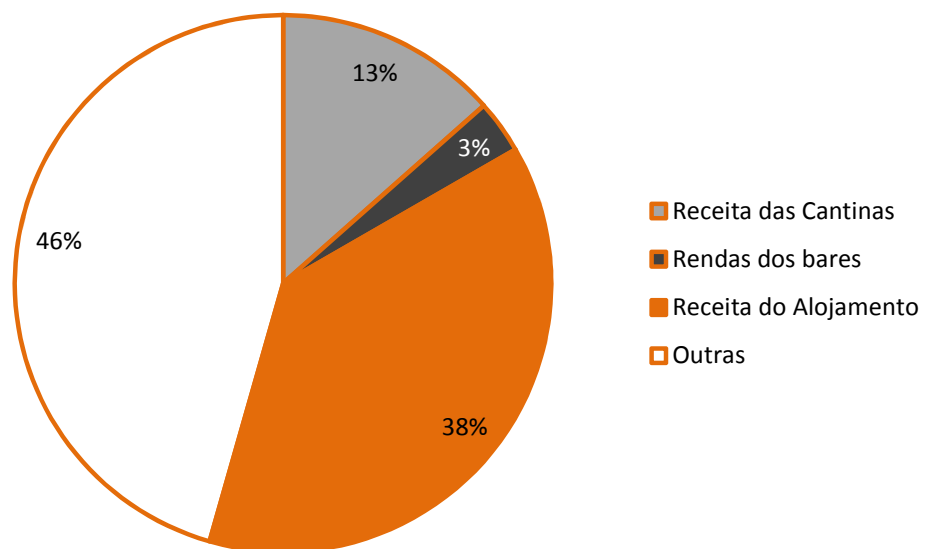
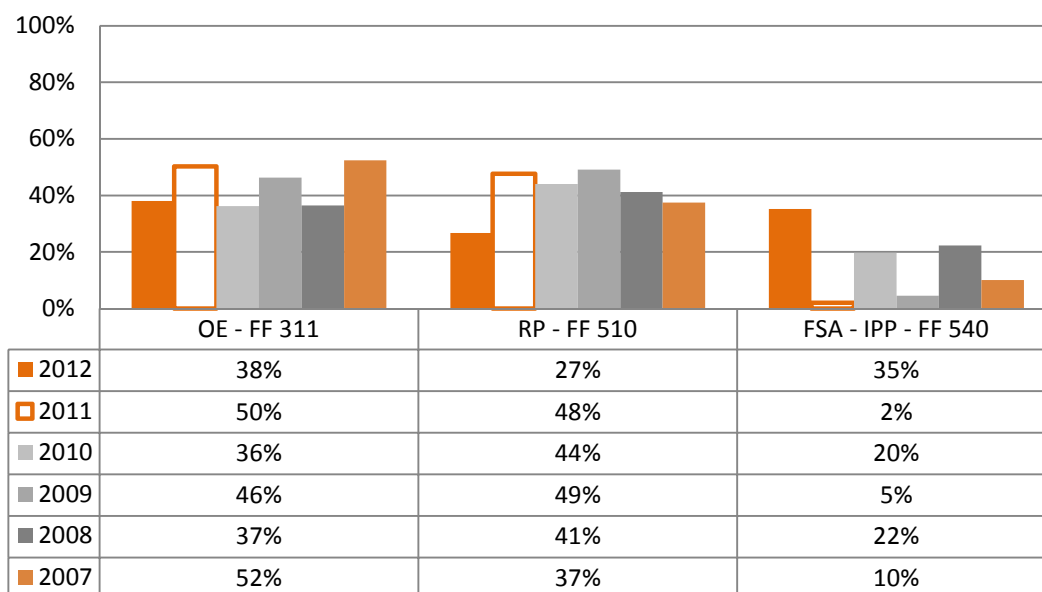


Figura 44 - Distribuição da Receita por Fonte de Financiamento – análise comparativa (em euros)



Figura 44 - Distribuição da Receita por Fonte de Financiamento – análise comparativa (peso relativo)



Como se verifica, o financiamento do OE passou de um peso relativo no financiamento da ação social do IPP de 57% no ano de 2007 para 38% no ano de 2012.

No que se refere à cobrança de receitas próprias (sem FSA-IPP), o valor total de 2012 decompõe-se como se indica a seguir, representando um decréscimo percentual relativamente a 2012 de 31%.

Tabela 43 – Decomposição das receitas próprias entre 2007 e 2012

Tipo de receita	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Receita das Cantinas	127.894,96	284.626,10	538.023,03	469.896,92	495.558,13	459.980,30
Rendas dos bares	30.510,78	84.289,36	92.877,27	91.968,10	35.297,17	31.903,00
Receita do Alojamento	358.268,29	214.029,50	192.571,00	194.751,81	166.130,50	148.898,90
Juros			14.280,85	20.461,12	151.650,11	93.304,12
Outras	432.792,37	637.405,96	86.861,52	44.469,40	12.538,31	8.269,38
Total	949.466,40	1.220.350,92	924.613,67	821.547,35	861.174,22	742.355,70
Varição face ao ano anterior	-22%	32%	13%	-5%	16%	

A variação negativa das receitas próprias (menos 22% do que o valor verificado no ano de 2011), sem transferências do IPP, deve-se à alteração do modelo de gestão das unidades alimentares do IPP que passou de um modelo de concessão com recebimento da receita de alimentação e pagamento de contrapartida financeira ao concessionário pelas refeições servidas, para um modelo de concessão em regime de exploração de serviço público.

A diminuição da receita na área de atividade da prestação de serviços de alimentação foi, conforme se poderá comprovar pela análise da evolução da despesa, significativamente compensada pela diminuição da despesa nesta área.

2.2 – A despesa

As despesas em 2012 ascenderam 1.162.520,54€ (em 2011 1.356.13€) e foram aplicadas da seguinte forma:

Figura 45 – Despesas em 2012 por tipo

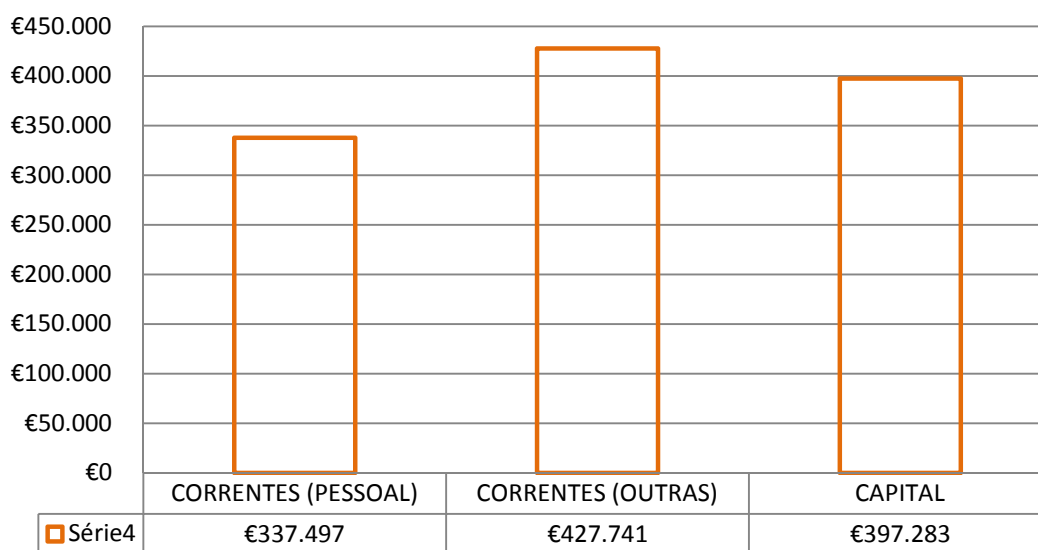
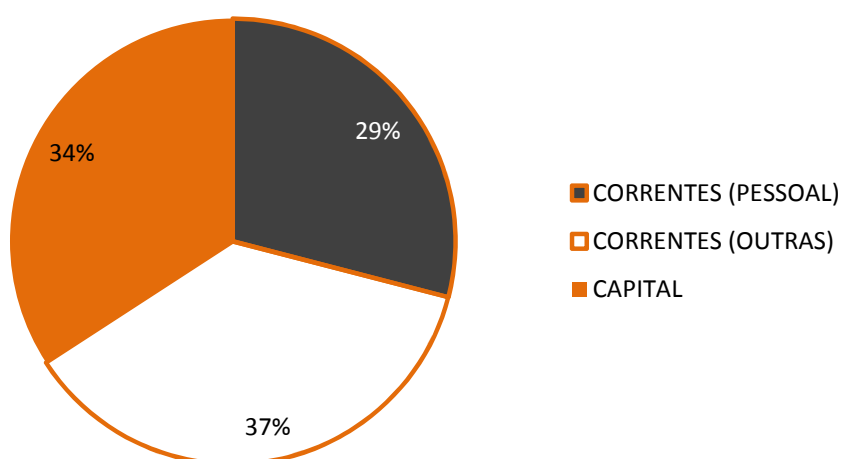


Figura 43 – Peso relativo das despesas no total das despesas



Conforme resulta da figura anterior, a distribuição da despesa em 2012 foi a seguinte:

- 29% (32% em 2011) para pessoal;
- 71% para despesas gerais de funcionamento e despesas de capital (68% em 2011).

Esta distribuição demonstra o desequilíbrio da distribuição da despesa e em si encerra as fortes dificuldades de cumprimento da missão dos SAS.IPP por insuficiência de meios humanos (os SAS.IPP são a instituição com menor rácio de trabalhadores por estudante no quadro de todo o ensino superior publico).

Figura 46 - Distribuição da despesa – análise comparativa (em euros)

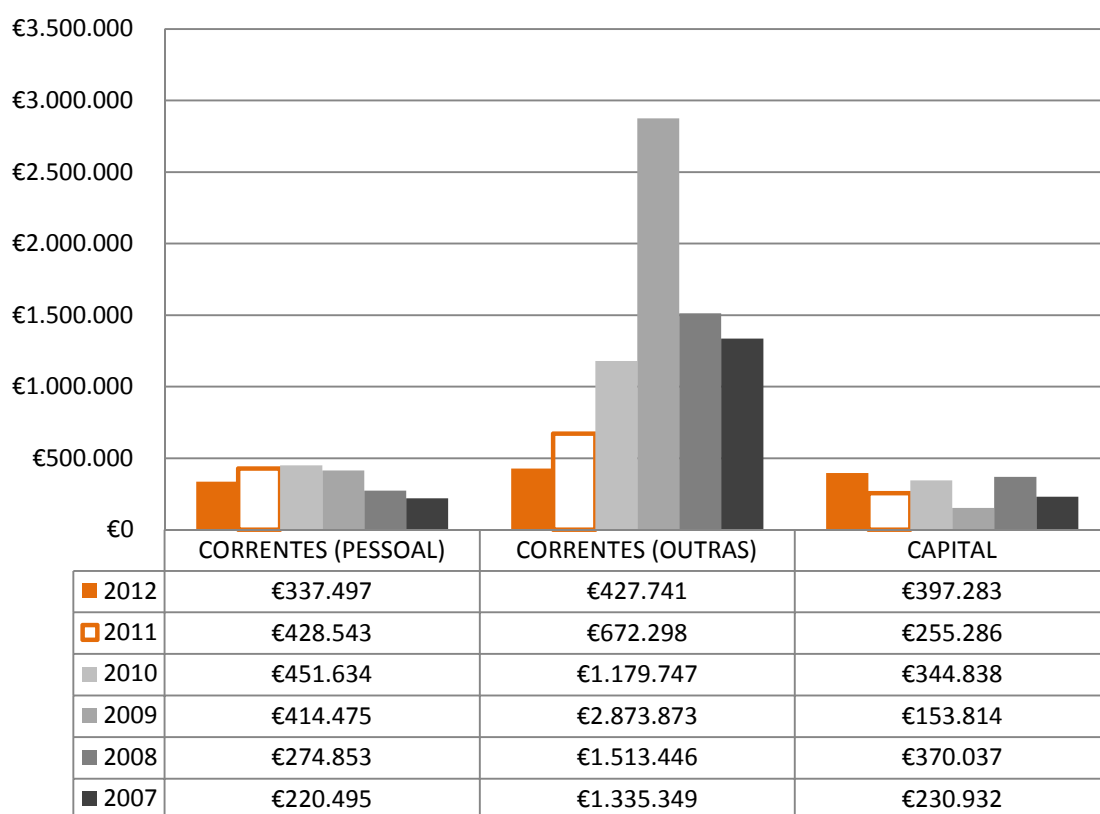


Figura 48 - Distribuição da despesa – análise comparativa (em peso relativo)

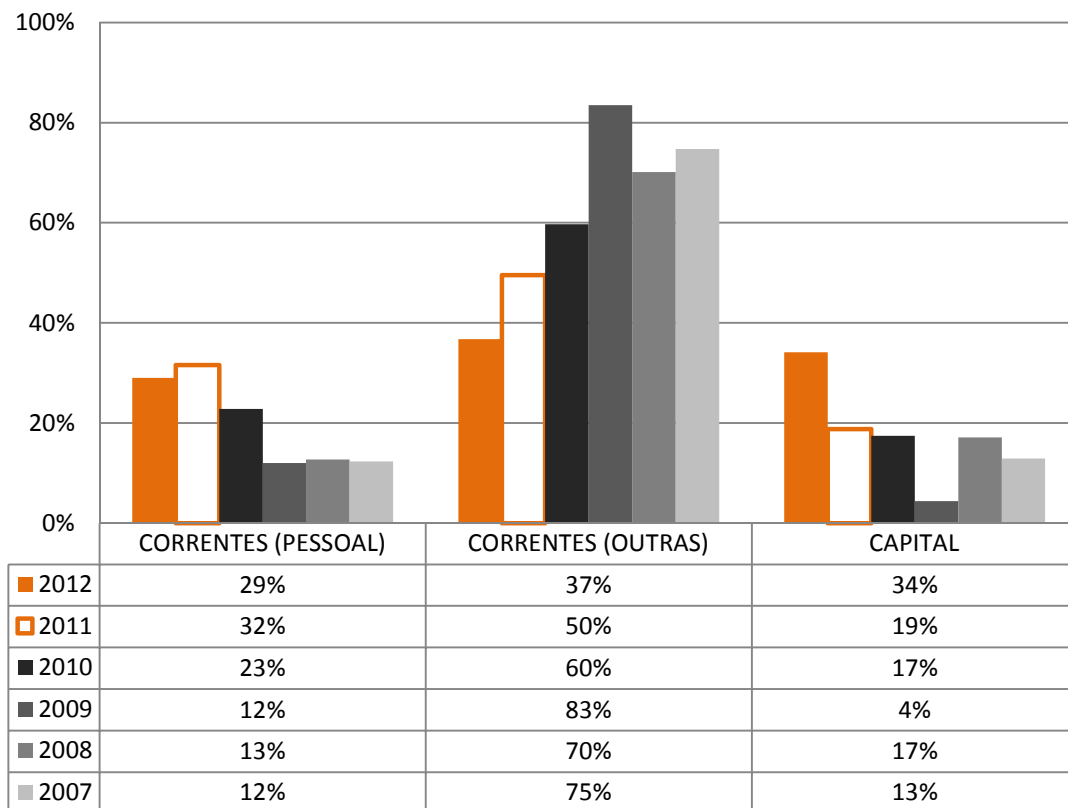


Figura 49 - Evolução dos encargos com pessoal - por área de atividade

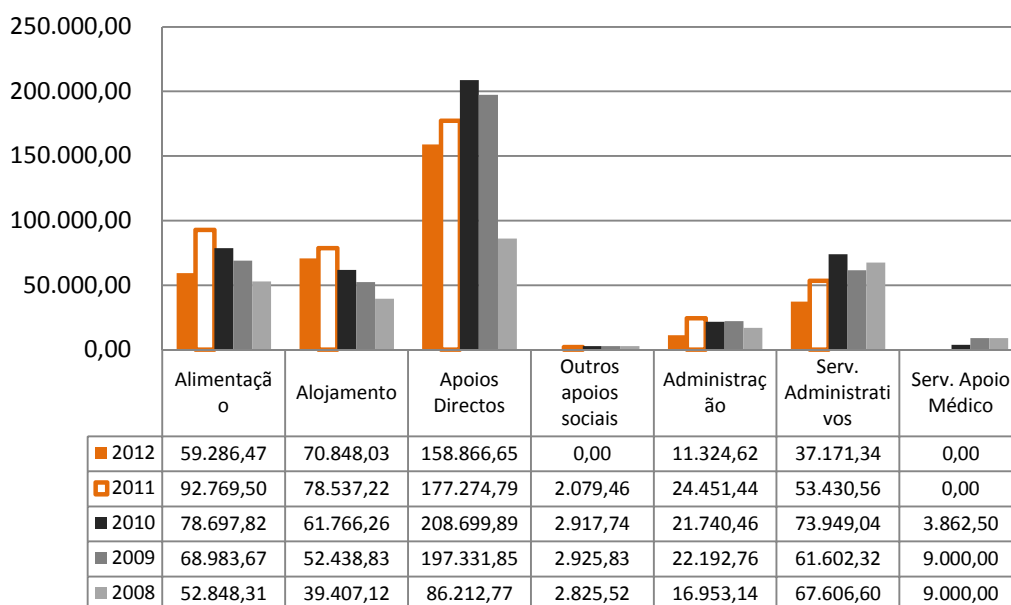
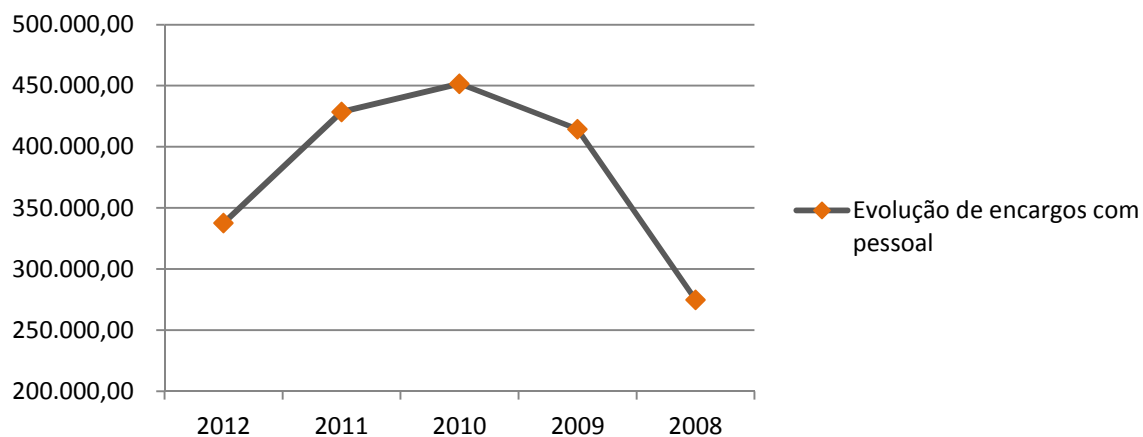


Figura 50 - Evolução dos encargos com pessoal – linha de tendência

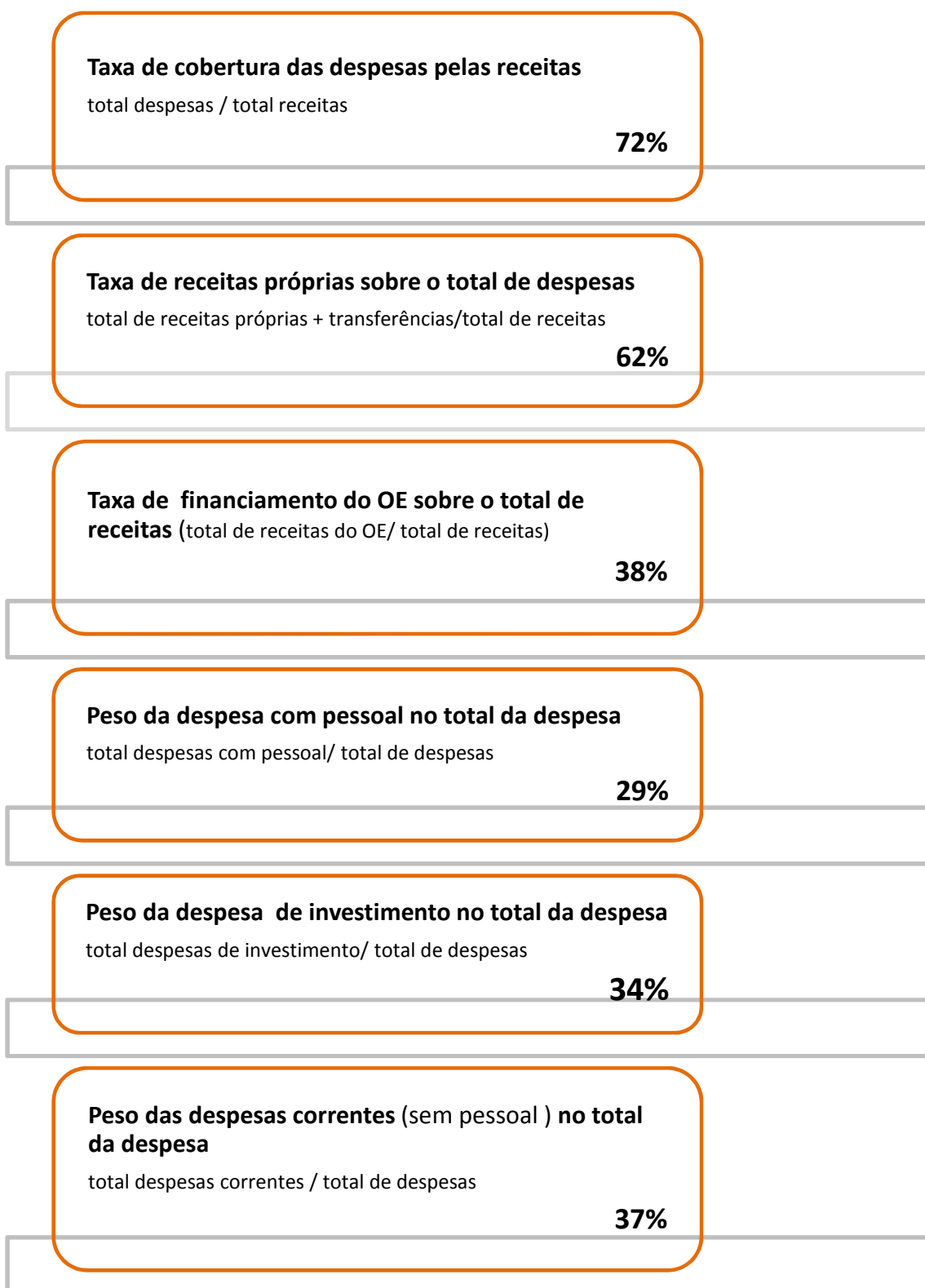


2.3 – Investimento

Em 2012, tal como nos quatro anos anteriores, os SAS.IPP não foram contemplados com quaisquer verbas do PIDDAC para investimento, apesar de o conjunto das seis residências e sete cantinas/bares carecerem de obras de conservação e se justificar a construção de novos espaços de alojamento, no Porto e em Felgueiras (como se referiu atrás, os SAS.IPP são os que têm menor capitação de camas por aluno em todas as instituições de ensino superior público).

Para colmatar essa carência, os SAS.IPP realizaram alguns investimentos que vão referidos no local próprio deste relatório, quer ao nível do reequipamento e conservação das residências, quer das cantinas e bares.

2.4 - Alguns indicadores



XI.

Conclusões

*Tudo o que sonho ou passo,
O que me falha ou finda,
É como que um terraço
Sobre outra coisa ainda.
Essa coisa é que é linda*

*Por isso escrevo em meio
Do que não está ao pé,
Livre do meu enleio,
Sério do que não é.
Sentir? Sinta quem lê!*

Excertos do poema "Isto" de Fernando Pessoa

XI. Conclusões

Ao longo dos diferentes capítulos do presente relatório foram sendo apresentadas por principais áreas de atividade os resultados atingidos pelos SAS.IPP num ano económico:

- 17.756 Potenciais clientes da ação social;
- 13.150 Atendimentos aos estudantes do IPP;
- 6.799 Bolsas atribuídas (3.298 relativas a 2011-12 e 3501 relativas a 2012-12), após a análise de 11.376 candidaturas (5.927 relativas a 2011-12 e 5.449 relativas a 2012-13), e que resultaram no reconhecimento de cerca de 10.364 milhões de euros (considerados os valores reconhecidos nos anos letivos 2011-12 e 2012-13);
- A gestão indireta de sete unidades alimentares que serviram 448.579 refeições sociais (anos letivos 2011-12 e 2012-13);
- A gestão da atribuição de alojamento nas residências de estudantes, após a análise de 761 candidaturas (395 em 2011-12 e 366 em 2012-13);
- Todas as atividades de realização de despesa e arrecadação de receita; de

controlo continuado das contas e da sua prestação;

- As centenas de projetos de manutenção / conservação das instalações e equipamentos existentes nas sete residências de estudantes e sete unidades alimentares;

Também ao longo de diferentes capítulos se conclui, de forma mais ou menos expressa, os fortes constrangimentos que os SAS do IPP enfrentam a dois níveis estruturantes:

- Um modelo de financiamento público que não tem em conta a dimensão do conjunto de utilizadores da ação social escolar no IPP, uma das maiores instituições de ensino superior do país mas que, comparativamente a outras Instituições, com um número muito inferior de estudantes, continua a beneficiar de uma financiamento real ou proporcional significativamente superior ao que tem vindo a ser reconhecido aos SAS do IPP;
- A exiguidade dos recursos humanos para fazer face à complexidade e diversidade das atividades de dimensão social – 19 trabalhadores – e que colocam os SAS do IPP na cauda

do menor número de trabalhadores no quadro dos SAS das IES, não obstante o IPP ser uma das maiores IES do país em número de estudantes;

Um e outro fator revertem-se em desigualdades comparativas, quer ao nível do grau de qualidade dos serviços prestados, quer ao nível da diversidade dos serviços a prestar, nomeadamente:

- Um número de camas significativamente inferior a SAS de outras IES com um número próximo de estudantes ou, em vários casos, com menos estudantes deslocados que o IPP;
- Níveis de serviço oferecidos ao nível do alojamento (lavandaria, limpeza, serviços de apoio permanentes em cada residência) que estes SAS estão longe de poder obter com o mesmo nível de qualidade e diversidade que são oferecidos por outros SAS;
- Impossibilidade de tomar decisões de alteração do modelo de gestão das unidades alimentares, designadamente de gestão direta de parte das unidades, de forma a aumentar a arrecadação de receita, por inexistência de recursos humanos para afetar a esse tipo de gestão.

A estas desigualdades poderiam ser acrescentadas outras mas cremos ser

aquelas representativas das principais áreas estratégicas de atuação dos Serviços de Ação Social.

Estudos desenvolvidos nos últimos anos, por organismos da Tutela, pelo CCISP e CRUP, são bem representativos das disparidades que encontramos em termos de oferta de serviços sociais pelas diferentes instituições de ensino superior, que se convertem em desigualdade de tratamento de estudantes que, independentemente da instituição que frequentam são, perante a mesma lei, igualmente carenciados.

Fruto das opções políticas de investimento e financiamento ao longo dos últimos anos, encontramos hoje disparidades gritantes na capacidade instalada dos diferentes serviços de ação social para atender a uma missão que é comum e transversal.

Todos podemos fazer o mesmo, porque a lei é igual para todos; todos expectam alcançar os mesmos objetivos sociais; todos, em suma, pretendem, ao nível da sua instituição, prosseguir o fim constitucional e supremo da ação social: permitir que todos os estudantes, especialmente os mais carenciados, tenham apoios adequados à frequência escolar e ao seu sucesso académico, para que a sua condição de carência não se converta num fator de discriminação negativa. Não obstante, nem todos conseguem os mesmos resultados, com o mesmo nível de qualidade, oportunidade e relevância.

Como resolver?

Porque longe vai o tempo em que havia condições para que a harmonia ou convergência pudesse ser feita por fatores de correção orçamental, nomeadamente por aumentar o financiamento dos serviços ação social, especialmente daqueles que sofreram do “desinvestimento do Estado” ao longo dos últimos anos, a única solução, parece-nos, passar por repensar a rede dos serviços de ação social.

Através de que forma?

Cooperação inter institucional?

Fusão?

Integração?

Parceria público/ público?

Creemos que a forma é menos relevante.

Relevante é o efeito que o repensar da rede de serviços de ação social pode produzir:

A cooperação, qualquer que seja a forma jurídica de base, por envolver a partilha de esforços e de recursos, permite alcançar ganhos em matéria de gestão, através de economias de escala, superando-se assim, em boa medida, os frequentes constrangimentos de ordem financeira e técnica que os serviços de ação social, na qualidade de serviços públicos, têm de enfrentar.

Permite igualmente evitar a duplicação de atuações administrativas, uma maior racionalização dos recursos públicos e, se

não mais importante, o cumprimento do princípio constitucional da igualdade de tratamento dos estudantes do ensino superior, especialmente dos mais carenciados.

As bases para avançar para um processo de reestruturação foram lançadas quando o Estado chamou a si a atribuição de regular as condições e requisitos de reconhecimentos dos apoios sociais diretos, com vantagens inegáveis para a igualdade de tratamento que deve estar na base das políticas públicas ação social.

Não fará sentido dar outros avanços, de reestruturação, sem perdas de qualidade para os nossos estudantes, todos os estudantes que frequentam o ensino superior?

O que fará menos sentido é permanecermos como estamos, em que cada estudante será qualitativamente mais igual do que outro em função da IES que frequente e das condições que esta tem para lhe oferecer, em prejuízo da democratização de acesso e frequência do ensino superior.

Para pensarmos a ação social como um sistema, em que o todo é mais do que a soma das partes, é essencial que o envolvimento do Estado, de quem, em última instância, é responsável por promover políticas de ação social, definir estratégias e financiar a atividade prosseguida de forma descentralizada.

O modelo de descentralização que está presente à atual rede de ação social está desajustado da realidade e adequado a um tempo que já lá vai. Mantê-lo é impedir que as IES cumpram cabalmente o papel para o qual foram chamadas a dar resposta, por incumbência do Estado.

Eduarda Machado

Administrador

SAS.IPP, 29-04-2013